

## DECLARAÇÃO

Declaro, por minha honra, que este trabalho é original e todas as fontes utilizadas estão devidamente referenciadas.

A candidata,

Viseu, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

## **AGRADECIMENTOS**

O nosso agradecimento à Professora Doutora Ana Paula Cardoso, pelo apoio, coordenação e supervisão científica deste trabalho de investigação.

O nosso agradecimento a todos os Professores que contribuíram para o nosso crescimento pessoal e profissional. A todos os colegas.

À professora Doutora Sofia Margarida Pires, ao Professor Doutor Dionísio Vila Maior.

De uma forma muito especial aos meus pais José e Adelaide, à minha irmã Anabela, às minhas sobrinhas Beatriz e Margarida, ao meu cunhado Paulo Lourenço.

Ao Luís Ferreira, um marido excepcional e um pai exemplar. À sua preciosa ajuda, às suas palavras sempre repletas de carinho e coragem, à sua dedicação incondicional à nossa filha Maria Leonor, à paz, tranquilidade e segurança que me transmite, ao seu bom humor com que me presenteia todos os dias, à sua integridade e honestidade que fazem dele um ser único e que fazem de mim uma mulher feliz.

À minha filha Maria Leonor, o meu bem mais precioso.

A todos, bem-haja.

## RESUMO

A implementação da educação sexual nas escolas portuguesas é um tema polémico, que se vem debatendo há já alguns anos. Apesar da sua pertinência na formação integral de todos os indivíduos, e da actual legislação que confere a obrigatoriedade da leccionação da educação sexual nas escolas, constata-se um certo adiamento por parte dos professores para a integração definitiva desta temática, na prática lectiva no 1º Ciclo do Ensino Básico (1º Ciclo).

Com a realização deste trabalho, pretendemos conhecer a percepção dos pais/encarregados de educação e dos professores do 1º Ciclo relativamente à implementação da educação sexual em meio escolar e comparar as suas perspectivas face a esta problemática.

De forma a encontrarmos respostas ao problema de investigação, propusemo-nos a realizar um estudo de natureza quantitativa, recorrendo a uma pesquisa de carácter descritivo e comparativo, utilizando o inquérito por questionário.

A investigação empírica decorreu durante o ano lectivo de 2010/2011, em três agrupamentos de escolas do concelho de Viseu, envolvendo 90 pais/encarregados de educação e 56 professores do 1º Ciclo.

Através dos dados colhidos, constatámos que há diferenças estatisticamente significativas entre pais/encarregados de educação e professores no que concerne à dificuldade em abordar o tema da sexualidade, à relevância atribuída à educação sexual no 1º Ciclo, à opinião sobre a adequação dos conteúdos à faixa etária, e metodologia utilizada, bem como à importância atribuída à ligação escola/família. Em qualquer dos casos, os professores revelam respostas mais favoráveis.

Os resultados deste estudo revelam que, apesar de pais/encarregados de educação e professores concordarem com a obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo, há ainda lacunas no que concerne à formação nesta área, nomeadamente no âmbito do relacionamento interpessoal e sexualidade com especial enfoque na afectividade.

### **Palavras-chave:**

*Educação sexual; pais/encarregados de educação; professores; 1º ciclo do ensino básico.*

## ABSTRACT

The implementation of sexual education in Portuguese schools is a controversial topic, which has been debated for some years now. Despite the relevance of the topic to the training process of all individuals, and the current legislation, making the teaching of sexual education in schools, a mandatory project. There are some reservations expressed by the teachers making the definitive integration of this issue in practice teaching in 1st Cycle of Basic Education (1<sup>st</sup> Cycle).

With this work, we want to know the parents/guardians and the 1<sup>st</sup> cycle teachers' perception concerning the implementation of sexual education in schools and compare their perspectives recording this problem.

In order to find answers to the problem, we decided to conduct a quantitative study, through a descriptive and comparative research, using the questionnaire survey.

The empirical research was conducted during the academic year 2010/2011, involving three groups of schools in the district of Viseu, 90 parents/guardians and 56 teachers of the 1st Cycle.

Through the data collected, we found out that there are significant statistical differences between parents/guardians and teachers regarding the difficulty in addressing the issue of sexuality, the importance given to sexual education in the 1st Cycle, their opinion about the contents to the range age, and the methodology used as well as the importance attached to the link school/family. In either case, teachers show more receptiveness.

The results of this study reveal that despite the fact that parents/guardians and teachers agree about its mandatory character in the 1st Cycle, there are still deep gaps recording training in this area, particularly in the context of interpersonal relationships and sexuality with special focus on affectivity.

### **Keywords:**

*Sexual education; parents; teachers; 1st Cycle of Basic Education.*

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
-------------------------	----------

## **PRIMEIRA PARTE ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **CAPÍTULO 1**

<b>SEXUALIDADE – ASPECTOS GERAIS .....</b>	<b>7</b>
1.1 O que é a educação sexual?.....	7
1.2 Dimensões da sexualidade .....	9
1.2.1 Características da sexualidade na infância .....	12
1.2.2 A perspectiva freudiana.....	16
1.3 Anatomia e fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino.....	18
1.3.1 Sistema reprodutor masculino .....	19
1.3.1.1 Órgãos genitais externos .....	19
1.3.1.2 Órgãos genitais internos .....	19
1.3.2 Sistema reprodutor feminino .....	21
1.3.2.1 Órgãos genitais externos .....	21
1.3.2.2 Órgãos genitais internos .....	22
1.4 A educação para a sexualidade ao longo dos tempos .....	23
1.5 A educação sexual em Portugal e o seu enquadramento legal .....	26

### **CAPÍTULO 2**

<b>A EDUCAÇÃO SEXUAL EM CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR .....</b>	<b>35</b>
2.1 Afectividade, normas e valores da sexualidade.....	35
2.2 A educação para a sexualidade na família .....	37
2.2.1 O papel dos pais na orientação e educação sexual dos filhos.....	39
2.3 A educação sexual em contexto escolar .....	41
2.3.1 Os professores face à educação sexual.....	43

2.3.2 O perfil do professor de educação sexual .....	45
2.4 A educação sexual no 1º Ciclo do Ensino Básico.....	48
2.5 Articulação escola/família face à educação sexual.....	51

## **SEGUNDA PARTE**

### **INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA**

#### **CAPÍTULO 3**

<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>55</b>
3.1 Tipo de investigação .....	55
3.2 Problema e objectivos de investigação .....	56
3.3 Variáveis .....	58
3.4 Hipóteses de investigação .....	58
3.5 Caracterização da população e amostras .....	60
3.5.1 Pais/encarregados de educação .....	61
3.5.2 Professores.....	63
3.6 Instrumentos de recolha de dados .....	65
3.7 Procedimento.....	69
3.8 Análise e tratamento de dados.....	70

#### **CAPÍTULO 4**

<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>72</b>
4.1 Análise descritiva .....	72
4.1.1 Dados de caracterização das concepções sobre a sexualidade.....	72
4.1.2 Dados de caracterização da percepção sobre a sexualidade.....	91
4.2 Verificação das hipóteses .....	113

#### **CAPÍTULO 5**

<b>DISCUSSÃO DOS DADOS .....</b>	<b>123</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>134</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>140</b>

<b>ANEXOS</b> .....	<b>147</b>
Anexo 1 – Aprovação dos instrumentos para a recolha de dados.....	148
Anexo 2 – Questionário aos pais/encarregados de educação.....	149
Anexo 3 – Questionário aos professores .....	156
Anexo 4 – Tabela das finalidades referidas pelos pais/encarregados de educação..	163
Anexo 5 - Tabela das finalidades referidas pelos professores .....	164

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	- Distribuição dos pais/encarregados de educação, por grau de parentesco .....	61
Tabela 2	- Distribuição dos pais/encarregados de educação, por escalão etário ..	61
Tabela 3	- Distribuição dos pais/encarregados de educação, por estado civil.....	62
Tabela 4	- Distribuição dos pais/encarregados de educação, por situação profissional.....	62
Tabela 5	- Distribuição dos pais/encarregados de educação, por nível de escolaridade.....	63
Tabela 6	- Distribuição dos professores, por sexos.....	63
Tabela 7	- Distribuição dos professores, por escalão etário .....	64
Tabela 8	- Distribuição dos professores, por estado civil.....	64
Tabela 9	- Distribuição dos professores, por tempo de serviço .....	64
Tabela 10	- Distribuição dos professores, por situação profissional .....	65
Tabela 11	- Distribuição dos professores, por habilitações académicas.....	65
Tabela 12	- Análise estatística utilizada .....	70
Tabela 13	- Perspectiva dos pais/encarregados de educação relativamente à idade para o início do namoro .....	73
Tabela 14	- Perspectiva dos professores relativamente à idade para início do namoro.....	73
Tabela 15	- Perspectiva dos pais/encarregados de educação relativamente à idade para ter a primeira relação sexual .....	74
Tabela 16	- Perspectiva dos professores relativamente à idade para ter a primeira relação sexual .....	75
Tabela 17	- Perspectiva dos pais/encarregados de educação relativamente à idade para casar .....	75
Tabela 18	- Perspectiva dos professores relativamente à idade para casar.....	76
Tabela 19	- Perspectiva dos pais/encarregados de educação relativamente à idade para ter o primeiro filho.....	77
Tabela 20	- Perspectiva dos professores relativamente à idade para ter o primeiro filho .....	77

Tabela 21 -	Opinião dos pais/encarregados de educação sobre se há uma idade para o início da sexualidade .....	78
Tabela 22 -	Opinião dos professores sobre se há uma idade para o início da sexualidade.....	78
Tabela 23 -	Perspectiva dos pais/encarregados de educação sobre a idade para o início da sexualidade.....	79
Tabela 24 -	Perspectiva dos professores sobre a idade para início da sexualidade.....	79
Tabela 25 -	Percepção dos pais /encarregados de educação relativamente ao seu grau de conhecimento sobre a sexualidade .....	80
Tabela 26 -	Percepção dos professores sobre o seu grau de conhecimento sobre a sexualidade .....	80
Tabela 27 -	Percepção dos pais /encarregados de educação relativamente ao grau de conhecimento dos seus educandos sobre a sexualidade.....	81
Tabela 28 -	Percepção dos professores relativamente ao grau de conhecimento dos seus alunos sobre a sexualidade.....	81
Tabela 29 -	Iniciativa dos pais/encarregados de educação para abordar o tema da sexualidade.....	81
Tabela 30 -	Iniciativa dos professores para abordar o tema da sexualidade .....	82
Tabela 31 -	Origem da iniciativa dos pais/encarregados de educação para abordar o tema da sexualidade.....	82
Tabela 32 -	Origem da iniciativa dos professores para abordar o tema da sexualidade.....	82
Tabela 33 -	Razões apontadas pelos pais/encarregados de educação para não terem abordado o tema com os seus educandos.....	83
Tabela 34 -	Razões apontadas pelos professores para não terem abordado o tema com os seus alunos.....	83
Tabela 35 -	Hábito de o educando colocar dúvidas aos pais/encarregados de educação que envolvam a sexualidade.....	84
Tabela 36 -	Hábito de o aluno colocar dúvidas aos professores que envolvam a sexualidade.....	84
Tabela 37 -	Dúvidas sobre a sexualidade colocadas aos pais/encarregados de educação .....	85
Tabela 38 -	Dúvidas sobre a sexualidade colocadas aos professores .....	86
Tabela 39 -	Percepção da capacidade de resposta dos pais/encarregados de educação às dúvidas dos educandos sobre a sexualidade .....	87

Tabela 40 -	Percepção da capacidade de resposta dos professores às dúvidas dos alunos sobre a sexualidade .....	87
Tabela 41 -	Percepção da dificuldade dos pais/encarregados de educação em abordar o tema junto dos educandos .....	87
Tabela 42 -	Percepção da dificuldade dos professores em abordar o tema junto dos alunos .....	88
Tabela 43 -	Justificação dos pais/encarregados de educação relativamente à dificuldade em abordar o tema da sexualidade com os seus educandos .....	88
Tabela 44 -	Justificação dos professores relativamente à dificuldade em abordar o tema da sexualidade com os seus educandos .....	89
Tabela 45 -	Hábito de os pais/encarregados de educação procurarem esclarecer as suas dúvidas .....	89
Tabela 46 -	Hábito de os professores procurarem esclarecer as suas dúvidas .....	89
Tabela 47 -	Interlocutores no esclarecimento de dúvidas dos pais/encarregados de educação .....	90
Tabela 48 -	Interlocutores no esclarecimento de dúvidas dos professores .....	90
Tabela 49 -	Percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à importância do ensino da sexualidade no 1º Ciclo .....	91
Tabela 50 -	Percepção dos professores relativamente à importância do ensino da sexualidade .....	92
Tabela 51 -	Razões invocadas pelos pais/encarregados de educação para a pouca relevância atribuída à abordagem da sexualidade .....	92
Tabela 52 -	Razões invocadas pelos professores para a pouca relevância atribuída à abordagem da sexualidade .....	93
Tabela 53 -	Opinião de pais/encarregados de educação sobre quem deverá abordar o tema da sexualidade junto das crianças do 1º Ciclo .....	93
Tabela 54 -	Opinião dos professores sobre quem deverá abordar o tema da sexualidade junto das crianças do 1º Ciclo .....	93
Tabela 55 -	Conhecimento dos pais/encarregados de educação sobre a obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo .....	94
Tabela 56 -	Conhecimento dos professores sobre a obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo .....	94
Tabela 57 -	Opinião dos pais/encarregados de educação relativamente à obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo .....	94
Tabela 58 -	Opinião dos professores relativamente à obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo .....	95

Tabela 59 -	Conhecimento da Lei nº 60/2009 de 06 de Agosto pelos pais/encarregados de educação .....	95
Tabela 60 -	Conhecimento da Lei nº 60/2009 de 06 de Agosto pelos professores..	95
Tabela 61 -	Percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à carga horária de educação sexual no 1º Ciclo .....	96
Tabela 62 -	Percepção de professores relativamente à carga horária de educação sexual no 1º Ciclo .....	96
Tabela 63 -	Conhecimento das finalidades da educação sexual em meio escolar pelos pais/encarregados de educação .....	97
Tabela 64 -	Conhecimento das finalidades da educação sexual em meio escolar pelos professores.....	97
Tabela 65 -	Finalidades de educação sexual mais referenciadas pelos pais/encarregados de educação .....	98
Tabela 66 -	Finalidades da educação sexual menos referenciadas pelos pais/encarregados de educação .....	99
Tabela 67 -	Finalidades da educação sexual mais referenciadas pelos professores .....	100
Tabela 68 -	Finalidades menos referenciadas pelos professores que constituem a educação sexual em meio escolar .....	101
Tabela 69 -	Opinião dos pais/encarregados de educação sobre a adequação dos conteúdos sobre a sexualidade leccionados no 1º Ciclo .....	102
Tabela 70 -	Opinião dos professores sobre a adequação dos conteúdos sobre a sexualidade leccionados no 1º Ciclo .....	102
Tabela 71 -	Percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à forma de abordar o tema da sexualidade .....	103
Tabela 72 -	Percepção dos professores relativamente à forma de abordar o tema da sexualidade .....	103
Tabela 73 -	Percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à preparação dos agentes que leccionam os conteúdos relativos à sexualidade no 1º Ciclo.....	104
Tabela 74 -	Percepção dos professores relativamente à preparação dos docentes que leccionam os conteúdos relativos à sexualidade no 1º Ciclo.....	104
Tabela 75 -	Percepção dos pais/encarregados de educação sobre a eficácia do ensino da educação sexual nas escolas do 1º Ciclo .....	105
Tabela 76 -	Percepção dos professores sobre a eficácia do ensino da educação sexual no 1º Ciclo .....	105

Tabela 77 -	Razões apontadas pelos pais/encarregados de educação para a reduzida eficácia do ensino da educação sexual no 1º Ciclo.....	106
Tabela 78 -	Razões apontadas pelos professores para a reduzida eficácia do ensino da educação sexual no 1º Ciclo.....	106
Tabela 79 -	Sugestões dos pais/encarregados de educação para melhorar a eficácia da educação sexual no 1º Ciclo .....	107
Tabela 80 -	Sugestões dos professores para melhorar a eficácia da educação sexual no 1º Ciclo .....	107
Tabela 81 -	Percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à importância da ligação entre a escola e a família no desenvolvimento do tema .....	108
Tabela 82 -	Percepção dos professores relativamente à importância da ligação entre a escola e a família no desenvolvimento do tema .....	108
Tabela 83 -	Principais justificações apresentadas pelos pais/encarregados de educação relativamente à importância da ligação entre a escola e a família .....	109
Tabela 84 -	Principais justificações apresentadas pelos professores relativamente à importância da ligação entre a escola e a família.....	109
Tabela 85 -	Disponibilidade dos pais/encarregados de educação para participar em acções de formação sobre o tema .....	110
Tabela 86 -	Disponibilidade dos professores para participar em acções de formação sobre o tema .....	110
Tabela 87 -	Assuntos que os pais/encarregados de educação gostariam de ver abordados em iniciativas de sensibilização e debate sobre o tema da sexualidade.....	111
Tabela 88 -	Assuntos que professores gostariam de ver abordados em iniciativas de sensibilização e debate sobre o tema da sexualidade ..	112
Tabela 89 -	Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento sobre a sexualidade percebido pelos pais/encarregados de educação e professores.....	114
Tabela 90 -	Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento do educando percebido pelos pais/encarregados de educação e pelos professores.....	115
Tabela 91 -	Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas no que concerne à	

	dificuldade em abordar o tema da sexualidade entre pais/encarregados de educação e professores .....	116
Tabela 92 -	Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas no que toca à relevância atribuída ao ensino da sexualidade no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e por professores .....	117
Tabela 93 -	Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas no que concerne à aceitação da obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e por professores .....	117
Tabela 94 -	Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas quanto à adequabilidade dos conteúdos da educação sexual no 1º Ciclo, em relação à faixa etária, percebida por pais/encarregados de educação e por professores .....	118
Tabela 95 -	Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas na opinião dos pais/encarregados de educação e dos professores no que concerne ao grau de adequação da forma de abordagem do tema da sexualidade no 1º Ciclo .....	119
Tabela 96 -	Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção dos pais/encarregados de educação e dos professores quanto à eficácia da educação sexual no 1º Ciclo .....	120
Tabela 97 -	Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas no que concerne à importância da ligação entre a escola e a família percebida por pais/encarregados de educação e por professores .....	121
Tabela 98 -	Resumo dos resultados obtidos na verificação das hipóteses.....	122

---

## INTRODUÇÃO

---

## INTRODUÇÃO

O complexo mundo da sexualidade nasce com os seres humanos, já que, além de ser uma das esferas mais importantes da vida, é inerente à sua condição natural.

Embora nem sempre estejamos conscientes da sua presença, a sexualidade está patente ao longo de toda a vida. Primeiro em estado latente, depois mais vivamente na adolescência até se instalar na plenitude da maturidade, acompanhando-nos durante a nossa existência. Contudo, durante muitos anos, considerou-se a sexualidade como um sinónimo de reprodução, remetendo a sua essência apenas à genitalidade. Porém, no decorrer das últimas décadas a sexualidade deixa de estar somente vinculada ao conceito de reprodução e passa a compreender outras vertentes, tais como, afectos, comunicação, partilha, entre outros aspectos.

O tabu edificado em torno deste conceito foi sendo progressivamente derrubado, uma vez que a sociedade está ciente de que abordar esta temática é fundamental para a construção do ser humano enquanto pessoa. De facto, “todos fazemos educação sexual e todos t(iv)emos uma educação sexual, porque somos seres sexuados e objecto de um processo educativo desde que nascemos até que morremos” (Frade *et al.*, 1992, p.10).

A sexualidade, sendo uma forma de comunicação entre as pessoas, é, sem dúvida, influenciada pela educação recebida e também pelas experiências vividas durante a infância e adolescência. Desta forma, são deveras importantes as experiências positivas que acompanham o crescimento.

Contudo, não é somente de conhecimentos científicos, relacionados com a temática da sexualidade, que os jovens precisam, mas de uma educação completa que envolva todo o ciclo de vida; o que nos leva a concluir que é urgente um maior envolvimento da família e da escola bem como de toda a comunidade, como agentes activos nesta aprendizagem.

Como sabemos, ultimamente, a educação sexual tem vindo a tornar-se num objecto de discussão, por vezes polémico, principalmente desde que foram tomadas medidas legislativas que conferem a sua obrigatoriedade nas escolas, a partir o 1º Ciclo até ao ensino secundário.

Sendo a educação um processo mediante o qual as crianças e jovens se formam e se constroem como pessoas, deverá ser um processo global que integra, obrigatoriamente, a educação sexual, num esforço permanente de educação do indivíduo. No entanto, segundo Ramos (2005), esta aprendizagem pode ser feita através de dois processos: um implícito e quotidiano e outro explícito, dirigido e intencional, baseado em acções programadas que têm por objectivo definido a educação da sexualidade.

A verdade é que a educação sexual tem vindo a ser, ao longo dos últimos anos, motivo de especial atenção por parte daqueles que se preocupam e têm responsabilidades no processo educativo das crianças e jovens. Isto não significa que, ao longo dos tempos, não houvesse indivíduos que dirigissem alguma reflexão sobre o assunto. Quando tal acontecia, adoptava-se o padrão representativo que caracterizava, quase sempre, a moral sexual da nossa civilização.

Fazer uma abordagem da sexualidade de um modo aberto e científico, é uma conquista relativamente recente e que ainda tem um longo caminho a percorrer. Com efeito, apesar de, em 1984, se legislar pela primeira vez, em Portugal, sobre a educação sexual, as dificuldades em concretizar um programa sobre esta temática, não são alheias às conotações preconceituosas e às crenças e ideias feitas sobre a sexualidade em geral.

É cada vez mais relevante reconhecer a importância da educação sexual na educação integral dos alunos, logo não podemos negligenciar o papel da escola e dos professores como agentes educativos. Sendo a escola um lugar de construção de saberes, esta não se pode alhear de uma abordagem organizada, intencional e adequada da educação sexual de forma a dar respostas concisas e úteis. De acordo com Frade e colaboradores (1992), é essencial que “seja sentida a importância de abordar o tema da sexualidade humana, assim como uma compreensão da utilidade e necessidade deste tema” (p.10). Desta forma, educar é compreender, aceitar e actuar técnica e pedagogicamente de uma maneira sincera e eficaz. O professor deverá ser uma pessoa capaz de reflectir sobre a sua própria actividade docente, capaz de identificar e diagnosticar problemas da sua própria prática e capaz de levar a cabo a sua reflexão/acção.

A par da escola que se constitui como um dos locais fundamentais para a construção de comunidades saudáveis e cujo papel já não se resume à preparação dos educandos para o mundo profissional, temos também o imprescindível papel da família na abordagem desta temática, pois “a vivência da sexualidade é um dos elementos do processo de desenvolvimento global da pessoa, no qual a família, como se sabe, é o primeiro e um dos principais agentes.” Com efeito, é no ambiente familiar

que se realizam as primeiras relações afectivas e vinculativas que mais tarde irão influenciar “os ciclos de vida subsequentes, nomeadamente nas suas dimensões afectiva, amorosa e sexual” (Ministérios da Educação e da Saúde, APF, 2000 p. 49).

Neste sentido e equacionando os diversos aspectos e factos inerentes à problemática em questão, realizámos uma investigação empírica de carácter descritivo e comparativo, através do inquérito por questionário a pais/encarregados de educação e professores, em três agrupamentos da cidade de Viseu. Seguindo uma linha de pensamento concreta e lógica, procurámos informação pertinente para responder à principal questão enunciada, que pretende saber qual a percepção dos pais/encarregados de educação e professores do 1º Ciclo do Ensino Básico sobre a educação sexual em meio escolar.

Com a realização deste trabalho, pretendemos ampliar os nossos conhecimentos e prática no domínio da investigação, bem como aumentar os conhecimentos no âmbito da educação sexual em meio escolar. De igual forma, esperamos que este trabalho contribua para a implementação da educação sexual em meio escolar com a colaboração efectiva de pais/encarregados de educação e professores.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes: na primeira, composta por dois capítulos, é delineado o enquadramento teórico do trabalho. Na segunda, abordam-se, ao longo de três capítulos, as questões de investigação.

Mais especificamente, no primeiro capítulo são abordados os aspectos gerais da sexualidade, a educação sexual e a sua evolução ao longo dos tempos, bem como o seu enquadramento legal.

No segundo capítulo, debruçamo-nos sobre a educação sexual em contexto familiar e escolar, principalmente no que concerne à abordagem desta temática no 1º Ciclo do Ensino Básico.

O terceiro capítulo inicia a segunda parte do trabalho e reporta-se à metodologia utilizada. Nele são apresentados o tipo de investigação e os seus objectivos, enunciadas as hipóteses e variáveis, caracterizadas as amostras, descritos os instrumentos de colheita de dados e os procedimentos adoptados.

No quarto capítulo são apresentados os dados que resultam da análise descritiva, seguindo a ordem das questões colocadas no questionário. Num primeiro ponto expomos os dados de caracterização das concepções sobre a sexualidade e num segundo ponto os dados de caracterização da percepção sobre a sexualidade.

No quinto capítulo procedemos à discussão dos dados obtidos, seguindo-se a conclusão onde apresentamos algumas reflexões relativamente à temática em

questão, bem como algumas sugestões no que concerne à abordagem da educação sexual, fazendo também alusão a futuras investigações neste âmbito.

---

**PRIMEIRA PARTE**  
**ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

---

# CAPÍTULO 1

## SEXUALIDADE – ASPECTOS GERAIS

### 1.1 O que é a educação sexual?

Dado que a educação sexual tem a maior importância na actualidade e tem sido igualmente objecto de variadas interpretações, será pertinente fazer uma abordagem ainda que sucinta, deste conceito, no sentido da sua melhor compreensão.

Tal como refere Marques (2002), há diferenças formas de definir a educação sexual, não só no que diz respeito ao conceito em si, como às finalidades que lhes são atribuídas.

Para Goldeberg (1984, citado por Sprovieri, 2005) poderíamos considerar a educação sexual de duas formas: “uma, racional e de conteúdo intelectual, que se preocupa basicamente com informação, clareza e precisão de conceitos; outra, de carácter participativo, que se insere num contexto social marcado pelas transformações observadas no relacionamento sexual” (p.200). Deste modo, esta perspectiva de educação sexual depende, em muito, dos valores, das aprendizagens e escolhas de carácter pessoal, mas também da participação dos indivíduos no processo social e na comunidade em que está inserido.

Todas as sociedades, procuram, de uma forma geral, transmitir os seus valores e regras de conduta no campo da sexualidade. Contudo, este processo, por vezes, é feito de mensagens contraditórias. Portanto, a escola enquanto espaço de enorme importância no processo de socialização, tem um papel fundamental a desempenhar nesta temática.

Através da educação sexual, formam-se atitudes e crenças acerca da sexualidade e do comportamento sexual, de uma forma geral. Logo, a “escola não se pode furtar à abordagem formal, estruturada, intencional e adequada, de um conjunto de questões relacionadas com a sexualidade humana, a qual é normalmente designada por educação sexual na escola” (Ministérios da Educação e da Saúde, APF, 2000, p. 26).

Falar de educação sexual sem falar de sexualidade seria uma lacuna, pois como nos diz López e Fuertes (1999), esta permite o amor, o afecto e a comunicação com

outras pessoas, podendo expressar-se de diversas formas, consoante a religião, a cultura e as opções sexuais de cada indivíduo. Logo, a sexualidade deve ser vivida e integrada numa relação afectiva numa forma responsável e partilhada

A educação sexual é, desta forma, um processo contínuo de aprendizagem que se realiza através de várias acções, muitas vezes informais que decorrem das experiências do quotidiano e que está relacionada com o nosso corpo, a nossa expressão e imagem corporal e com o nosso maior ou menor conforto em relação a ele.

Frade *et al.* (1992) recorda-nos que todos tivemos, e teremos sempre, educação sexual, porque esta acontece em cada momento, através dos modelos, dos comportamentos e da sua diversidade social, daí que quando falamos de educação sexual, “estamos a utilizar um conceito global e abrangente de sexualidade que inclui a identidade sexual (masculino/feminino), o corpo, as expressões da sexualidade, os afectos, a reprodução e a promoção da saúde sexual e reprodutiva” (p.15).

Por isso, todos os pais, todas as famílias, todos os agentes de educação formal, ou informal, são veículos de educação sexual. Em casa, nos meios de comunicação social e, claro, também em meio escolar.

Note-se, ainda, que todos vivemos a sexualidade desde que nascemos e durante toda a vida, mas cada um de forma diferente, com sensações, emoções, sentimentos, decisões e ritmos distintos.

Fazendo a educação sexual parte do processo educativo com implicações na realização pessoal e interpessoal de cada um de nós, não podemos deixar de a englobar num conjunto de valores que devem respeitar a individualidade de cada um, ou seja, os valores pessoais, familiares e culturais.

Assim, é necessário dar especial atenção ao quotidiano e, nomeadamente, às famílias e comunidades para que se possam adaptar conteúdos, mensagens e reflexões, de uma forma que promova uma sexualidade gratificante.

Em meio escolar, desde a educação de infância, passando pelos diversos ciclos, faz-se educação sexual na forma como se responde, às questões dos alunos inclusive às suas provocações, relacionadas com a sexualidade. Tornamos difícil, ou acessível, falar destas questões, não só pelo que dizemos, mas muito especialmente pela forma como o fazemos. Não é possível não fazer educação sexual em meio escolar. A educação sexual como disciplina, para além de transmitir conhecimentos no que concerne aos aspectos biológicos, não deve descurar a formação no campo da afectividade. Todavia, a educação sexual e a sexualidade serão sempre “um processo de construção individual, com dúvidas, hesitações e tomadas de decisão, feito de experiências e aprendizagens de vida. A escola, agindo de forma adequada pode

contribuir de forma mais positiva e gratificante” (Ministérios da Educação e da Saúde, APF, 2000, p. 27).

A sexualidade está sujeita a um processo de aprendizagem que ocorre ao longo de toda a vida, podendo assim considerar-se a educação sexual todas as formas de transmissão de valores e informações nas suas múltiplas e variadas dimensões que seguidamente se apresentam.

## **1.2 Dimensões da sexualidade**

A sexualidade tem sido, ao longo dos séculos, um tema polémico. Até ao século XIX, reduziu-se o termo sexualidade à prática sexual propriamente dita. Em consonância com esta ideia, poder dizer-se que a perspectiva tradicional atribuía à sexualidade um cariz negativo, tendo como único objectivo a reprodução. Esta visão redutora da sexualidade parece dever-se, em parte, à influência da Igreja, que propagava “a ideia do sexo, enquanto fonte de pecado, justificada apenas tendo como finalidade a procriação” (Nodin, 2000, p. 607).

É para este sentido que apontam, por exemplo, Félix e Marques (1995), para quem o tema sexualidade na nossa cultura não só vem sempre acompanhado de preconceitos e discriminações, mas também tende a permanecer assim, pois pertence ao campo dos tabus e das questões inerentes à origem do ser humano. Note-se que, de acordo com os mesmos, a sexualidade é algo de muito amplo, que envolve toda a personalidade humana e que nos permite comunicar, dar e receber afecto e prazer ao longo de todas as fases da vida — inclusive na velhice (ao contrário do que se pensou durante muito tempo).

O interesse de que se reveste a abordagem do tema encontra-se na circunstância de se relacionar com uma das problemáticas nucleares deste trabalho: falar de sexualidade é falar de uma realidade intrincada que não pode ser determinada a partir de um único ponto de vista, uma só ciência ou umas quantas palavras (López & Fuertes, 1999); estes autores consideram, aliás, que estamos perante uma realidade que nos motiva e ao mesmo tempo nos condiciona.

Como se sabe, a sexualidade implica a totalidade do corpo, não apenas uma determinada parte. Com efeito, somos seres humanos sexuados, que, ao longo de toda a nossa vida, vamos manifestando, de maneiras diversas, a nossa sexualidade. Como nos referem Félix e Marques (1995), ao contrário do que acontece com os

animais (em que a sexualidade apenas está relacionada com a procriação), nos seres humanos ela é sobretudo fonte de prazer, de comunicação e de bem-estar — sendo que as vivências sexuais têm como finalidade a reprodução apenas em alguns períodos.

Convém, a este propósito, lembrar que a Organização Mundial da Saúde define a Sexualidade Humana como “uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura, intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental” (OMS, citado por Pereira, 2001, p.13).

Parece claro, portanto, que a sexualidade ultrapassa os aspectos meramente biológicos, já que se relaciona com factores psicológicos, sociais, espirituais, entre outros, que motivam a construção da personalidade de cada ser humano.

São vários, como se sabe, os estudos que têm sido desenvolvidos a propósito desta questão, designadamente na área da Medicina, da Biologia, da História, das Ciências Sociais e Humanas, da Ética, da Filosofia, da Sociologia, da Psicologia e da Antropologia — o que tem permitido de um amplo leque de conhecimentos na área da sexualidade, apesar de ainda subsistirem dúvidas acerca do verdadeiro significado desta palavra.

Assim, pode, para já, avançar-se que existem reconhecidamente cinco tipos de perspectivas tradicionais: a perspectiva reprodutiva, a genital, a heterossexual, a masculina e a perspectiva do adulto (Cortesão *et al.*, 1989).

No que diz respeito à perspectiva reprodutiva, podemos dizer que ela encaminha a sexualidade para fins reprodutores em detrimento do erotismo, encontrando-se presente no discurso da religião católica, com a interdição dos métodos contraceptivos. Quanto à perspectiva genital, é importante realçar que ela se centra particularmente nos órgãos genitais e coito vaginal. No que concerne à perspectiva heterossexual, importa referir que ela integra a perspectiva anterior e refere-se à relação amorosa unicamente estabelecida entre homem e mulher. Já a perspectiva masculina avulta os papéis de género, ou seja, os “papéis sociais, características psicológicas e comportamentos sexuais atribuídos em função do sexo, desde cedo” (Cortesão *et al.*, 1989, p.15). Por último, a perspectiva do adulto está associada ao casamento, com as limitações das outras vertentes.

Contudo, as perspectivas tradicionais ainda imperantes, bem como os variados progressos no âmbito da sexualidade, permitem-nos olhá-la presentemente de uma forma mais afectiva e social, como esclarece Pereira (2001, p.13), quando escreve que “a sexualidade deixou (...) de ser sinónimo de reprodução, de pecado e de

impureza para passar a fazer parte integrante dos afectos, do prazer, da comunicação interpessoal, da maternidade e da paternidade responsáveis”. Por seu lado, também para Louro (2000, p. 62), a “sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, ou seja, processos profundamente culturais e plurais” .

Para além de abranger a perspectiva pessoal, social e política, a sexualidade inclui ainda a dimensão da aprendizagem, uma vez que cada homem e mulher constroem a sua própria sexualidade ao longo da vida.

Se se define o ser humano pela experiência, ou seja, pela sua maneira própria de representar o mundo (...) um ser humano sem sistema sexual é tão incompreensível quanto um ser humano sem pensamento. Há osmose entre sexualidade e existência. A sexualidade é todo o nosso ser (Ponty, 1975, citado por López & Fuertes, 1999, p.7).

A sexualidade está, pois, indissociavelmente ligada à afectividade. Cortesão *et al.* (1989, p.16) afirmam que a educação sexual é sobretudo “educação da afectividade”. Sampaio (1987, p.19) corrobora esta ideia ao referir que “a educação sexual é apresentada como um aspecto da educação afectiva com influências na formação da personalidade, na socialização e na escolha de um conjunto de valores morais pessoais”. Nesta perspectiva, considera que a educação sexual é multidimensional, contemplando quatro dimensões: a biológica, a psicológica, a sociológica e a ética.

A dimensão biológica constitui o elo vital para a sexualidade humana, não podendo, todavia, resumir-se a esta dimensão (embora não possa ser compreendida sem a mesma); é a partir desta vertente que deriva a dimensão procriativa, que leva à transmissão de vida, e a “dimensão unitiva, que leva ao encontro com outro ser como parceiro dessa transmissão” (Rocha, 1996, p.125).

Depois, importa lembrar a vertente psicológica: ela diz respeito à afectividade que caracteriza todo o ser humano desde os primeiros meses de vida e que pode influenciar o indivíduo nos diversos domínios em que se insere ao longo da sua existência (no estabelecimento de relações amorosas, de relações de amizade...), facilitando o desenvolvimento harmonioso do indivíduo e contribuindo, em última instância, para a sua felicidade pessoal; e nunca é excessivo lembrar que um incompleto desenvolvimento da sexualidade humana pode levar a um crescimento “deficiente” da pessoa.

Outra vertente da sexualidade humana é a sociológica. A sexualidade é das características mais determinadas e moldadas pelo processo de socialização. O que somos, pensamos, fantasiemos, desejamos e fazemos ao nível sexual é resultado das

aprendizagens, interações e reflexões realizadas numa cultura e numa sociedade influenciados pelos seus costumes, moral e leis. Nesse sentido, para que o indivíduo consiga a sua total realização, necessita de se abrir aos outros e de se aproximar dos outros. Assim, por esse motivo, a construção da personalidade dos indivíduos está fortemente ligada aos modelos que vai encontrando ao longo da vida, atribuindo-se especial interesse aos pais, família e sociedade.

Por fim, uma quarta vertente muito complexa e para a qual devemos ter especial atenção é a ética, que remete para as decisões pessoais acerca das relações com os outros e acerca da construção de um misto de valores pessoais e morais que se relacionam intimamente com a forma como os indivíduos vivem e compreendem a sua sexualidade. A este propósito, importa lembrar que esta tem vindo a ser realçada, uma vez que a noção de valor se encontra cada vez mais associado à construção da identidade pessoal de cada um: “a apreensão cognitiva da pessoa se processa enquanto objecto investido de valor e enquanto suporte de valores” (Perron, citado por Rocha, 1996, p.127).

Creemos não ser abusivo acentuar a noção segundo a qual, e de acordo com ideias defendidas por diversos autores, um passo relevante na vivência da nossa sexualidade é aceitarmo-nos tal como somos, comutando os medos e angústias por um autêntico conhecimento do nosso corpo, sendo também capazes de entender as diferentes formas de sexualidade. Só deste modo iremos construir uma sexualidade enriquecedora e positiva. Assim sendo, pode de igual modo dizer-se que ela faz parte integrante do ser humano ao longo da sua existência, devendo ser, na opinião de Bastos (2003), complementar no desenvolvimento da personalidade e da identidade, assim como do processo educativo, já que caracteriza o homem e a mulher, não só no plano físico, mas também no psicológico e espiritual, marcando toda a sua inerente expressão.

### **1.2.1 Características da sexualidade na infância**

Até o século XVII, a infância não era reconhecida como um período próprio e importante da vida humana. Até aí, a criança era encarada como um adulto em ponto pequeno; não recebia, por isso, nenhuma atenção ou educação específica e convivia desde cedo com as preocupações inerentes do dia-a-dia dos adultos (Badinter, 1980; Aries, 1988; Strecht, 2001, citados por Félix, 2002).

Mais tarde, no século XVIII, com a criação das primeiras escolas e a formação escolar, a criança começa a ser encarada como tal, conquistando, definitivamente, o seu lugar na família.

Entretanto, é na sociedade burguesa que a criança passa a ser considerada como alguém especial; encontra, então, na família um verdadeiro clima de infância, criando a sua privacidade e desenvolvendo a afectividade. Porém, note-se, que tal facto era apenas um privilégio das crianças "bem nascidas", já que as "mal nascidas" exibiam apenas a sua pobreza; a própria escola era dividida em ensino para o povo e ensino para a burguesia e para a aristocracia.

Para além disto, importa ainda sublinhar que o século XVIII — reconhecendo decisivamente a individualidade da criança — foi considerado o século da "descoberta" da criança por Rousseau — que a vê não como um homem, mas como alguém em construção (Félix, 2002).

Já relativamente à educação sexual ou a qualquer facto que remetesse para esta temática, bem como para a prática do sexo, importa dizer que tais factos ou práticas eram considerados como actividades pecaminosas e não merecedoras de aceitação. As crianças, segundo Ariès (1988) e Pais (1987) (ambos citados por Félix 2002), estavam em estado de pureza, pois não praticavam actividades sexuais, estando, por isso, isentas de qualquer culpa ou vergonha. Viviam afastadas e sem informação sobre a sexualidade, sendo reprimidas determinadas expressões de cariz sexual, bem com o a curiosidade sobre este tema.

Apesar de tudo, e ainda segundo Félix (2002), no decorrer do século XX, assistimos a uma evolução significativa respeitante aos padrões considerados socialmente aceites para as diferentes expressões da sexualidade. Pouco a pouco, esta passa a ser melhor aceite e compreendida, devendo-se esta mudança em grande parte às ideias de Freud — cujas declarações foram, sem dúvida, muito contestadas e debatidas, já que teve a ousadia de afirmar que a sexualidade estava presente no ser humano desde o nascimento, tratando a questão sem a conotação do pecado, pois somos seres sexuados com manifestações e interesses nesta área.

Contudo, os interesses sexuais vão variando ao longo da nossa existência e, tal como os adultos, também as crianças manifestam a procura de bem-estar e interacção do seu corpo e do corpo dos outros. No entanto, segundo Félix (2002, p.41), a sexualidade infantil, apesar de ter muitos aspectos semelhantes à dos adultos, tem características específicas, a saber:

1. Os órgãos genitais estão pouco desenvolvidos e os caracteres sexuais secundários iniciam o seu desenvolvimento apenas no final da infância.

2. A quantidade de hormonas sexuais em circulação no sangue é também muito pequena, o que vai interferir na pulsão sexual, que é diminuta.
3. Por razões hormonais, o prazer sexual é difuso.
4. Os estímulos externos não têm significado erótico. Na infância, a atracção por outras pessoas é mais uma atracção afectiva que sexual.
5. A orientação do desejo (homossexual, heterossexual ou bissexual) não está consolidada; esta acontecerá somente na adolescência.
6. É mais difícil às crianças fazer a distinção entre os desejos e sentimentos especificamente sexuais e os desejos e sentimentos afectivos.

Entretanto, não podemos deixar de sublinhar ainda que as actividades sexuais das crianças têm como base motivações muito diferentes das dos adultos. Aquelas agem, na sua maioria, por imitação, traduzindo-se nas brincadeiras diárias e em muitos jogos onde se definem papéis, tais como brincar aos pais e às mães (Félix, 2002).

Nos dias de hoje, considera-se comumente a infância como o período que ocorre entre o nascimento e a puberdade, ou seja, até cerca dos doze anos. Até aos dois anos de vida, a criança tem um desenvolvimento significativo a vários níveis, nomeadamente a nível motor, da linguagem e do controlo dos esfíncteres. É também neste período que se identifica a primeira fonte de prazer corporal situada na região oral. A amamentação ou o chuchar no dedo são, aliás, prova disso, bem como o facto de a criança experienciar as suas sensações através da boca. Como quer que seja, note-se que estas actividades rítmicas de satisfação oral poderão ser entendidas como actividades eróticas não genitais.

Na esteira desta reflexão, recorde-se que, para Félix (2002), é necessário ter em conta um outro aspecto nesta fase da sexualidade infantil: as relações existentes entre a criança e as figuras de apego, ou seja, os adultos cuidadores que estabelecem e operam os processos de vinculação, sendo que o início desta ligação se caracteriza, primeiramente, pela consciencialização da mulher grávida, que ao longo do tempo cria e desenvolve uma ligação com o filho que está a gerar, assentes num ambiente de harmonia e respeito.

Por outro lado, impõe-se precisar que a temática da vinculação, encarada em todas as fases do ciclo de vida, tem sido, nas últimas décadas, preocupação de diversos investigadores. No entanto, convém evidenciar que a teoria da natureza e do desenvolvimento das relações de vinculação se encontra associada a Bowlby (1980).

Partilhando a perspectiva de Bowlby, Canavarro (1999) e Figueiredo (1996) referem que o comportamento do recém-nascido tem como função manter a proximidade com a figura vinculativa (normalmente é a mãe), que lhe fornece a

protecção e segurança quando este se confronta com situações de perigo e/ou mal-estar.

Já Montagner (1988), no seu estudo sobre a vinculação, critica os conceitos de impregnação e vinculação relativos à espécie humana, nomeadamente a teoria de vinculação de Bowlby, ressaltando que esta não esclarece as múltiplas influências que determinam a ligação entre o filho e a mãe desde o nascimento. Deste modo, definiu vinculação como um conjunto de laços que se constroem entre a criança e qualquer pessoa.

Na continuidade desta perspectiva, Félix (2002) reafirma a importância da qualidade dos vínculos estabelecidos durante a primeira infância e lembra que a criança obtém, a partir dessas relações: “a confiança e a segurança que lhe permite abrir-se a contactos com o meio envolvente; o uso e o significado de formas de comunicação íntimas e informais; o uso e o significado de expressões emocionais; a capacidade de explicitar as suas necessidades, bem como a de satisfazer as necessidades dos outros (p.42).

De uma forma geral, todas estas experiências vivenciadas pela criança vão proporcionar-lhe a capacidade de, mais tarde, utilizá-las em relações sociais que envolvam sentimentos, tais como a relação de amizade, a relação de namoro e as relações sexuais.

Ora, entre os três e os quatro anos, a criança já tem terminado o processo do controlo dos esfíncteres, bem como o conhecimento do seu corpo e do prazer que ele pode proporcionar. Ainda nesta idade, identifica-se de acordo com o sexo a que pertence. Muitas vezes, utiliza as roupas e os brinquedos como forma de identificação sexual, que regulam a maioria das suas atitudes e comportamentos.

Nesta fase, já há, reconhecidamente, um domínio bastante eficaz, tanto da linguagem, como da motricidade. Segundo Félix (2002), o passo seguinte é a descoberta do ambiente envolvente da criança, onde se inclui a sexualidade — que se centra no conhecimento do corpo do outro e no prazer que este lhe pode dar. Este processo é desencadeado de forma natural e simples, pois as crianças desta faixa etária ainda não interiorizaram a moral sexual, tal como os adultos a encaram. No decorrer desta descoberta, está a curiosidade que a criança manifesta pelo corpo da mãe e do pai, constatando as diferenças anatómicas entre ambos. Começa, então, a sua socialização sexual que se irá prolongar até ao início da puberdade, assim como as perguntas sobre o sexo. Porém, ainda de acordo com Félix (2002), a criança inicia, por volta dos seis anos, um processo natural de construção de pudor, de privacidade e intimidade que, para ser traçado correctamente, deve contar com o respeito dos adultos pelo espaço da criança.

Entre os seis e os doze anos, a criança conhece já o seu corpo e o corpo do outro. Desenvolve jogos sexuais infantis, que não são mais do que brincadeiras com a finalidade primeira de explorar o corpo e experimentar sensações. Contudo, normalmente, as actividades directamente relacionadas com os órgãos genitais são alvo de repressão, o que leva a criança a não valorizá-los.

Mas é igualmente através das brincadeiras e dos jogos que a criança conhece e aprofunda as diferenças existentes entre si e os outros. Experimenta e reage ao proibido. Como refere Félix (2002, p.46), “descobre as reacções face aos seus jogos de conteúdo sexual e dessas reacções – mais ou menos positivas – as crianças vão mais tarde viver a sua sexualidade de forma mais ou menos confortável”. Sublinhe-se, que esses jogos encerram em si uma grande influência em todo o processo de desenvolvimento nesta faixa etária, pois, para além de beneficiarem o conhecimento cognitivo, permitem à criança pôr em prática os papéis sexuais com os quais se identifica e facilitam a forma como se gerem os conflitos e as ansiedades.

### **1.2.2 A perspectiva freudiana**

Existe uma estreita ligação entre a sexualidade e a relação que a criança estabelece com os outros. Salgueiro (2000) considera que essa relação é fundamental para a formação e o desenvolvimento da sexualidade, uma vez que é nessa relação que a criança e o jovem vão obter o seu amadurecimento biológico, que carece de um desenvolvimento psicológico equilibrado.

É nesta harmonia, neste equilíbrio biológico/psicológico, que a afectividade tem um papel elementar. Salgueiro (2000) afirma ainda que é na relação entre a mãe e o bebé que devemos procurar os princípios da construção da sexualidade, uma vez que toda a formação pessoal e social das pessoas assenta nessa relação; por isso, afirmamos que a educação sexual, para além de contribuir para essa formação, faz parte dela.

Neste contexto, recorde-se que Freud criou uma perspectiva revolucionária da sexualidade, distanciando-se da perspectiva em vigor. Este eminente psicanalista chegou à conclusão que os aspectos principais do desenvolvimento pessoal dos seus clientes tinham origem nos seis primeiros anos de vida, tendo descoberto que podia compreender a personalidade adulta examinando apenas o tipo de experiências e de relações interpessoais que o adulto tivera na infância.

Segundo Freud (1997), a maioria dos comportamentos humanos são adquiridos nos primeiros seis anos de vida, admitindo-se também a existência de uma

sexualidade infantil. E, para estudar e explicar este desenvolvimento complexo, dividiu-o em estádios, nos quais diferencia comportamentos e aos quais atribui uma zona erógena diferente.

### ***Estádio oral (do nascimento aos doze/dezoito meses)***

O estágio oral inicia-se com o nascimento da criança, pois, segundo Freud, o nascimento é um momento de grande frustração para a criança, perdendo esta o ambiente acolhedor em que viveu e se desenvolveu durante, aproximadamente, quarenta semanas. É denominado “estádio oral”, pois tem como zona erógena a boca (cf. também Garcia-Roza, 1995). A necessidade de mamar aparece nas primeiras horas de vida, tornando-se a chupeta, desde cedo, um substituto da mama e uma nova fonte de prazer para a criança. A zona da boca é particularmente sensível, por isso, qualquer objecto de interesse é levado à boca.

### ***Estádio anal (doze/dezoito meses aos dois/três anos)***

O estágio anal é uma fase ambivalente que Freud diferenciou em duas sub-fases: uma, ligada à evacuação e à destruição do objecto; outra, à retenção e ao controlo possessivo do “objecto” (sendo esse “objecto” as fezes da criança).

Neste estágio, a zona erógena é a região anal e a mucosa intestinal, sendo que o prazer advém da defecação ou retenção das fezes (Bock *et al.*, 1993).

A necessidade de controlo e autonomia por parte da criança leva também a algumas ambivalências afectivas, especialmente no que diz respeito ao cumprimento de regras relacionadas com a sua higiene.

### ***Estádio fálico (três aos cinco/seis anos)***

É no estágio fálico que as crianças se interrogam sobre a origem dos bebés, se interessam pelas diferenças entre sexos e pelas relações existentes entre adultos de sexos opostos (Gracia-Roza, 1995).

Esta é, para Freud, a fase em que ocorrem as maiores modificações em termos psíquicos na criança, pois é quando se forma o superego, que tem funções morais.

Convém recordar que é também nesta fase que, segundo Freud, se resolvem o complexo de Édipo, o complexo de Electra e o complexo de Castração.

O complexo de Édipo é uma situação em que o menino sente atracção pela mãe — justificando assim que, nestas idades, uma certa agressividade dos filhos para com o pai, já que este se torna uma barreira para obter toda a atenção que pretendem da mãe. No que concerne ao complexo de Electra, verifica-se o contrário.

O complexo de castração decorre do estágio fálico, estando ligado a um conjunto de representações inconscientes e fortemente carregadas de afectos, associadas ao medo imaginário de mutilação, perda ou falta de pénis. Surge como medo das privações das vantagens ligadas ao pénis que, é fonte de prazer.

No final, todos estes complexos acabam por se resolver quando as crianças se começam a identificar com o progenitor do mesmo sexo (Freud, 1997).

#### ***Estádio de latência (seis/sete anos aos doze anos)***

O estágio de latência ocorre numa fase de amnésia infantil, em que a criança se esquece dos acontecimentos vividos anteriormente. Dá-se uma diminuição da actividade sexual, que, em alguns casos, pode ser total.

Nesta fase, a libido é camuflada por sentimentos de vergonha, nojo e pudor. O superego manifesta-se aqui com preocupações de ordem moral (Freud, 1997).

#### ***Estádio genital (da puberdade ao fim da adolescência).***

A entrada na puberdade é como que um reactivar da sexualidade latente, pelo que esta se vai desenvolver ainda mais (Fadiman & Frager, 1983).

Por vezes, são retomados neste período algumas problemáticas, como, por exemplo, o complexo de Édipo. No entanto, as figuras de investimento deixam de ser os pais, para passarem a ser os namorados.

Estes mecanismos desadequados no lidar com as situações são a forma que os adolescentes utilizam para esconder alguns aspectos emocionais (Freud, 1997).

### **1.3 Anatomia e fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino**

Segundo López e Fuertes (1999), a sexualidade não é vivida da mesma forma por todas as pessoas, sendo influenciada pelas normas culturais do grupo ao qual se pertence — embora nem sempre se tenha uma consciência muito clara desse fenómeno.

Numa perspectiva filogenética, há certas particularidades na espécie humana, como a supremacia do córtex cerebral, que permitem aos humanos consciencializar a sexualidade e atribuir-lhe inúmeros sentidos e significados (López & Fuertes, 1999). O mesmo é dizer que somos biofisiologicamente sexuados através de um programa genético, dos órgãos sexuais internos e externos, do eixo hipotalâmico-hipofisário e da

figura corporal. Somos socialmente sexuados na identidade, no desejo, sentidos, condutas, ideias, moral, costumes, actuações e leis para a saúde.

Encontramo-nos em melhores condições para equacionar esta questão, se atentarmos na posição de Lossow (1990), que apresenta objectivamente os caracteres masculinos e femininos do ponto de vista morfológico e fisiológico, que abordamos de seguida.

### **1.3.1 Sistema reprodutor masculino**

#### **1.3.1.1 Órgãos genitais externos**

##### ***Pénis***

O pénis, situado à frente do escroto, tem uma forma cilíndrica e contém três corpos formados de tecido esponjoso erétil, semelhantes a colunas, correndo no sentido longitudinal. Este tecido enche-se de sangue arterial, sempre que o homem é sexualmente excitado. No extremo distal do pénis, encontra-se uma estrutura proeminente — a glande peniana — estrutura essa envolvida por um invólucro retráctil, denominado prepúcio.

A via de passagem do sémen para o mundo exterior é a uretra, canal do interior do pénis que transmite o sémen do homem à mulher.

##### ***Escroto***

O escroto é uma bolsa que se localiza posteriormente ao pénis, sustentada pelo púbis. É dividido por um septo, em dois sacos, cada um com um testículo.

Após a adolescência, a pele do escroto apresenta-se mais pigmentada do que a do revestimento geral do corpo e coberta de pêlos. A produção de espermatozóides é mais perfeita a uma temperatura de 3 a 5 graus centígrados abaixo da temperatura do corpo. Normalmente, os músculos do escroto estão descontraídos, situando-se os testículos em lugar fresco afastados do abdómen e das coxas.

#### **1.3.1.2 Órgãos genitais internos**

Os órgãos internos da reprodução, no homem, podem ser divididos em três grupos:

- gónadas masculinas, ou testículos;

- série de ductos, incluindo o epidídimo, o ducto deferente e os ductos ejaculatórios;
- glândulas acessórias, as vesículas seminais, a próstata e as glândulas bulbouretrais ou de Cowper.

### ***Testículos***

Os testículos correspondem aos ovários da mulher. Cada um é um órgão oval com cerca de 5 cm de comprimento, localizado no interior da cavidade abdominal no início da vida fetal. Apresentam uma configuração oval, sendo os mesmos de cor branca, envolvidos por várias camadas de tecido, das quais a mais importante é a túnica albugínea.

### ***Epidídimo***

O epidídimo é um tubo contorcido que se localiza na porção posterior do testículo e é envolvido por uma capa fibrosa. O mesmo serve como canal de passagem do espermatozoide desde o testículo até ao exterior.

Durante a sua permanência no epidídimo, o espermatozoide desenvolve a capacidade de se mover.

### ***Ducto deferente***

Cada ducto deferente é uma continuação do epidídimo e tem sido descrito como ducto excretor do testículo. Eles sobem através do canal inguinal, como um tubo recto e contínuo, até ao abdómen. Aí, reúne-se ao canal que sai da vesícula seminal, para formar o canal ejaculatório.

Juntamente com os vasos linfáticos, sanguíneos e nervos, o canal seminal forma o canal espermático.

### ***Ductos ejaculatórios***

Os ductos ejaculatórios são pequenos tubos com cerca de 2,5 cm de comprimento, que penetram na base da glândula prostática e se abrem na uretra. São formados pela união dos canais seminais das vesículas seminais.

### ***Vesículas seminais***

Localizadas em posição posterior à bexiga, encontram-se duas vesículas seminais, assemelhando-se cada uma delas a uma bolsa membranosa contorcida.

O canal de cada uma das vesículas une-se ao canal seminal (canal deferente) do mesmo lado, para formar o canal ejaculatório. A secreção viscosa das vesículas

seminais contêm nutrientes, sendo a sua função manter o metabolismo dos espermatozóides.

### ***Glândula prostática***

A glândula prostática encontra-se situada directamente por baixo do colo da bexiga. Durante a ejaculação, segrega um líquido fino, leitoso e alcalino, integrante no sémen. Esta secreção é descarregada na uretra por numerosos e pequenos canais e tem por função proteger os espermatozóides dos ácidos presentes na uretra masculina e na vagina.

### ***Glândulas bulbouretrais ou de Cowper***

São duas glândulas em forma de ervilha e localizam-se inferiormente à próstata, uma de cada lado da uretra membranosa. Descarregam uma secreção mucosa e viscosa, no interior da uretra, como consequência do estímulo sexual. Este líquido tem uma função lubrificante durante a relação sexual.

### ***Líquido seminal (sémen)***

Além dos constituintes que já foram referidos, o sémen é também constituído pelas células reprodutoras masculinas denominadas espermatozóides; estes têm origem no tubo seminífero, passando por várias fases, sendo constituídos por cabeça, segmento e cauda.

## **1.3.2 Sistema reprodutor feminino**

### **1.3.2.1 Órgãos genitais externos**

Os órgãos reprodutores externos são, em conjunto, conhecidos como vulva, a qual inclui o Monte de Vénus, os grandes e os pequenos lábios, o clitóris, as glândulas vestibulares maiores e o hímen.

#### ***Monte de Vénus***

O Monte de Vénus é a mais anterior das estruturas da vulva, consistindo numa elevação firme e acolchoada de um tecido adiposo e pêlos.

### ***Grandes lábios***

Os grandes lábios estendem-se por baixo do púbis, são duas pregas de tecido gordo cobertas de pele pigmentada que se prolongam até ao ânus. A pele da superfície externa é recoberta de pêlos, enquanto que as superfícies internas são lisas e húmidas. Os lábios maiores são homólogos do escroto do homem.

### ***Pequenos lábios***

Os pequenos lábios são duas pregas da pele localizadas mediamente aos grandes lábios, encerrando o vestíbulo, onde se situa a pequena abertura da uretra e a maior da vagina. Na sua parte anterior, os pequenos lábios formam uma pequena protecção, que abriga o clitóris.

### ***Clitóris***

O clitóris é um pequeno órgão constituído de tecido erétil, com a forma de ervilha. É altamente sensível ao estímulo táctil. Este órgão é homólogo ao pénis, embora não seja atravessado pela uretra. O clitóris é muito importante na excitação da mulher.

### ***Glândulas vestibulares***

As glândulas vestibulares localizam-se uma de cada lado do orifício vaginal e são homólogas das glândulas bulbouretrais do homem. Segregam o líquido lubrificante pré-coital.

### ***Hímen***

O hímen é uma membrana vascularizada que separa a vagina do vestíbulo. Anatomicamente, nem a presença nem a ausência do hímen podem ser considerados critérios de virgindade.

Para finalizar a parte estrutural dos órgãos genitais externos, podemos ainda considerar uma região muscular coberta de pele, localizada entre o orifício vaginal e o ânus, denominada períneo.

## **1.3.2.2 Órgãos genitais internos**

Os órgãos genitais internos femininos podem dividir-se da seguinte maneira: vias genitais (nas quais se engloba a vagina), útero, trompas uterinas (com os seus pavilhões) e respectivos ovários.

### ***Vagina***

A vagina é um canal tubular dobradiço com cerca de 10/15 cm de comprimento, que liga o útero ao exterior. Está orientada para cima e para trás, ficando situada por detrás da uretra e da bexiga e diante do recto. A parede da vagina possui um revestimento membranoso interno e uma camada muscular capaz de se contrair e dilatar, separada por uma camada de tecido erétil.

### ***Útero***

O útero localiza-se na parte anterior da cavidade pélvica, acima da bexiga e em frente ao recto. No seu estado virgem, tem a forma de pêra invertida e mede cerca de 7,5 cm de comprimento e 5 cm de largura. De cada lado da sua extremidade superior, penetram as trompas uterinas. Localizada entre as duas trompas uterinas, existe uma porção arredondada, na parte superior do útero, designado por fundo do útero.

### ***Trompas uterinas ou de Falópio***

As trompas uterinas são dois tubos musculares flexíveis, em forma de cornetas, com aproximadamente 12 cm de comprimento e estendem-se do fundo do útero em direcção à orla pélvica. Normalmente, a união do espermatozóide com o óvulo — fecundação — ocorre na porção ampular ou fímbrica das trompas uterinas.

### ***Ovários***

Os ovários são duas estruturas em forma de amêndoas, com 4 cm de comprimento. Localizam-se um de cada lado do útero, em posição inferior e atrás das trompas uterinas. As duas principais funções dos ovários são, por um lado, o desenvolvimento e expulsão do óvulo feminino e, por outro, a produção de hormonas sexuais femininas.

## **1.4 A educação para a sexualidade ao longo dos tempos**

A preocupação pelas questões relacionadas com a vida sexual humana é muito antiga. Poder-se-á mesmo afirmar que ela surge no momento em que o homem começa a sua estrutura organizacional familiar. No entanto, pouco se sabe sobre a entrada da educação para a sexualidade na escola, apontando alguns estudiosos para que o seu aparecimento se tenha verificado em França, a partir da segunda metade do

século XVIII (Barroso & Bruschini, 1998; Sayão, 1997). Foi, de facto, a partir desse período que a chamada educação sexual, cujo principal objectivo era o de combater a masturbação, começou a preocupar os educadores. Esta tinha como pano de fundo teórico as ideias de Rousseau, para quem a ignorância era a melhor forma de manter a pureza infantil.

Entretanto, como se sabe, os primeiros estudos científicos sobre a sexualidade surgem no final do século XIX e princípio do século XX, utilizando critérios ainda pouco rigorosos e, sobretudo, muito influenciados pelos códigos morais predominantes.

A obra polémica de Sigmund Freud (1856-1939) vem trazer um grande contributo para a compreensão da sexualidade humana (cf. Frade *et al.*, 1992).

Quanto às pesquisas de Reich (1897-1957), pode dizer-se que estão na base do que entendemos hoje como revolução sexual do século XX e as suas ideias, ainda que desapropriadas da sua identidade original, encontram-se presentes na revolução comportamental e conceptual que marcou o percurso moral e estético do século XX. (Silva, 2001).

Muitos outros autores se debruçaram, ao longo do século XX, sobre o tema da sexualidade. Foucault (1926-1984), por exemplo, é um exemplo paradigmático, pelo estudo e abordagem originais da sexualidade.

De acordo com Ribeiro (1990), considera-se que a educação sexual propriamente dita, organizada em escolas e instituições, teve como país pioneiro a Suécia. Este país foi precursor nas conferências públicas sobre as funções sexuais. É de assinalar também que a educação sexual na escola recomendada pelo governo, em 1942, foi declarada obrigatória em 1956 (recorde-se que em 1950 a Noruega estabeleceu a obrigatoriedade da educação sexual nas escolas).

Entretanto, em França, considerada o berço das discussões sobre a sexualidade na escola, já em 1948 se discutiam as questões da educação sexual nos estabelecimentos de ensino. Será, no entanto, o Maio Quente de 1968 que, invadindo os liceus de rebeldia e contestação, trará ao debate público a informação sexual. E assim, apesar de ser considerado o país pioneiro nas discussões sobre a inclusão da educação sexual na escola, só em 1973 inclui oficialmente esta temática nos currículos escolares.

Quanto à Inglaterra, pode dizer-se que, embora tenha sido publicado, em 1943, pelo Ministério da Educação, um documento intitulado “Educação Sexual para as Escolas e Organizações Juvenis”, só mais tarde, em 1967, é oficialmente assumida a educação sexual de crianças e adolescentes, contando com a colaboração dos pais.

É em de 1958 que se inicia, em Itália, a educação sexual nas escolas. Em 1967, surge em Veneza o Centro de Estudos para a Educação Sexual, enquanto, na mesma altura, surge em Roma o Centro Italiano de Sexologia.

Já na Alemanha, os Ministros da Educação dos vários Estados tornam a educação sexual obrigatória em todo o país, em 1968. Os Estados Unidos seguem o exemplo da Europa nas décadas de 1960 e 1970.

No Brasil, segundo Sayão (1997), os primeiros registos de discussões sobre a educação sexual na escola datam do início do século passado, mais exactamente em 1920, sendo já dessa época as primeiras preocupações “oficiais” com a educação sexual no país. Influenciada pelas correntes médicas e higienistas, essa educação apontava sempre para a saúde pública e a moral sã, procurando assegurar a saudável reprodução da espécie.

Importa, no entanto, sublinhar que a ideia de uma educação sexual já estava presente desde o início do século, quando Freud revolucionou, as Ciências Humanas, com as suas teorias sobre a sexualidade e implicações para o comportamento humano.

Em Portugal, é o Professor Doutor Egas Moniz quem, em 1913, publica a obra intitulada *A Vida Sexual*, onde os comportamentos sexuais são objecto de uma abordagem científica. Apesar de apresentar traços do paradigma do final do século XIX, em relação à masturbação, Egas Moniz apresenta-a já como sendo natural.

Todavia, segundo Soares (1985), a educação sexual continuava limitada ao meio familiar e à igreja. As informações que os jovens recebiam no seio da família e da igreja estavam ligadas ao pecado. Podemos referir, aliás, neste sentido, a história do “puritanismo vitoriano” na Grã-Bretanha, até 1901, que associa o sexo ao pecado e o prazer sexual à culpa.

Entretanto, surgem diversos movimentos sociais nos anos de 1920 que se formam para debater questões ligadas à moral sexual. São, como refere Vilar (2002), movimentos de reforma sexual. Pode dizer-se que foi igualmente durante essa década que se realizaram diversos Congressos Mundiais para a Reforma Sexual, organizados pelos movimentos e pelos sexólogos europeus.

A educação sexual surge, de forma explícita, no espaço escolar já em pleno século XX.

## 1.5 A educação sexual em Portugal e o seu enquadramento legal

De acordo com relatos históricos relativamente recentes, era prática corrente a abordagem da sexualidade ser considerada um tabu (e talvez ainda assim seja). Nas primeiras décadas do século XX, vivia-se numa sociedade fortemente moralista e autoritária, sendo também o sistema político muito fechado e conservador. Prova disso, eram as escolas divididas, ou só para rapazes, ou só para raparigas, estando estes dois grupos sempre sob vigilância. Aí, imperava o silêncio acerca das questões sobre a sexualidade, quebrado apenas em pequenos grupos restritos de amigos.

Contudo, paradoxalmente, o silêncio sobre as questões da sexualidade eram uma forma de falar sobre as mesmas. Eram um “modelo de educação sexual, uma forma de educar nestas matérias” (Vilar, 2002, p.15).

Para além disso, as repreensões por parte dos adultos sobre as conversas de cariz sexual mostravam claramente que se tratava de algo negativo e até mesmo pecaminoso, que era para evitar. Entretanto, também era diferente a forma de educar para os papéis a serem “desempenhados” pelos homens e pelas mulheres: as mulheres eram educadas dentro de um modelo passivo, preparando-as para o lar e para os filhos; os homens eram preparados para assumirem a liderança em casa, na família e na sociedade. A este modelo de educação sexual, Vilar (2002) designa por modelo de negação.

Podemos considerar que a história da educação sexual em Portugal é relativamente recente e tem percorrido um longo e difícil processo, na medida em que envolve também a dimensão política e social, e não apenas a dimensão pessoal e interpessoal. Sabemos ainda que a educação sexual tem sido motivo de conflitos morais, religiosos, sociais e ideológicos, ao longo dos tempos, na maioria das sociedades, sendo poucos os que não têm opiniões vincadas sobre este tema.

A Educação Sexual em Portugal deu os seus primeiros passos ainda antes da Revolução de Abril de 1974. Todavia, foi somente a 24 de Março de 1984 que foi aprovada a primeira legislação sobre educação sexual, a Lei n.º 3 /84.

A nível governamental, surgem as primeiras indicações durante as reformas do Ministro da Educação Veiga Simão, que, por despacho, cria, em 1971, uma Comissão sobre Educação e Sexualidade — deliberação esta que, no parecer de Vaz (1996), foi audaciosa, tendo em conta a ideologia conservadora e moralista do regime político de Marcelo Caetano.

Mais tarde, em 1973, a Comissão sobre Educação e Sexualidade apresentou ideias liberais para a época, defendendo a necessidade da implementação da educação sexual nas escolas (Vilar, 2002). Por exemplo, chamou a atenção para a importância da não omissão dos órgãos genitais nos esquemas do corpo humano nos manuais escolares e das vantagens da escola mista (onde rapazes e raparigas pudessem conviver saudavelmente). Talvez por isso, esta Comissão tenha sido dissolvida rapidamente e atacada pelos sectores mais conservadores.

Somente depois do 25 de Abril de 1974, começam a surgir, com mais convicção, grupos e pessoas que defendiam a necessidade da educação sexual na escola (Frade et al. 1992). No entanto, só dez anos depois é que se legislou pela primeira vez sobre esta temática, como atrás referimos.

Passados ainda poucos dias sobre a aprovação da Lei 3/84, a Associação para o Planeamento da Família (APF), criada em 1967, organizou em Lisboa um seminário, nos dias 5 e 6 de Abril de 1984, sobre a educação sexual, em que participaram mais de mil docentes; a partir daí, a Associação para o Planeamento da Família tornar-se-ia cada vez mais um recurso para as escolas e professores (Vilar, 2002).

Infelizmente, esta Lei, que carecia de regulamentação num prazo de seis meses, nunca veio a ser regulamentada na parte referente à educação sexual escolar. Nela, o estado português comprometia-se a apoiar as famílias relativamente à educação sexual, a introduzir nos currículos escolar dados sobre a anatomia e fisiologia da sexualidade humana e a dar especial atenção à formação dos docentes. Contudo, algumas escolas, profissionais de saúde e, nomeadamente, a Associação para o Planeamento da Família, foram incrementando, por iniciativa própria, actividades de educação sexual, principalmente para alunos e professores (Frade et al., 1992).

Em 1986, assistimos a alguns avanços relativos a esta temática, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro) e, posteriormente, com a reforma educativa de 1988/1991, protagonizada pelo Ministro da Educação, Roberto Carneiro e sua equipa, que criam a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, integrada na área disciplinar de Formação Pessoal e Social, paralelamente à disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

Ora, tal como nos refere Vilar (2002), interessa referir ainda o facto de terem sido deputados ligados à educação, que introduziram, no ponto nº 2 do Artigo 47º, um capítulo na Lei de Bases do Sistema Educativo alusivo a uma nova área de objectivos e acção pedagógica:

Os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação

familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.

De resto, são também inseridos conteúdos ligados à reprodução humana nos programas de Ciências da Natureza, Ciências Naturais e Biologia do 2º e 3º Ciclos e Secundário, respectivamente, tais como os aspectos anátomo-fisiológicos da reprodução humana, métodos contraceptivos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Em 1995, surge uma proposta, por parte da Associação para o Planeamento da Família, para o desenvolvimento de um projecto experimental de educação sexual nas escolas. Com efeito, durante os anos lectivos de 1995/96 e 1997/98, várias escolas participam neste projecto e isso constituiu um passo importante, pois mostrou que “a educação sexual podia e devia ser desenvolvida pelos professores, desde que devidamente formados e apoiados, e mostrou ainda que os pais não só não se opunham mas podiam colaborar positivamente no processo de educação sexual” (Vilar, 2002, p.21).

Mais tarde, em Julho de 1998, realizou-se um referendo sobre a despenalização do aborto. Os debates e as questões levantadas sobre esta temática reforçaram a necessidade da educação sexual como sendo algo de urgente na sociedade portuguesa.

Desde então, o tema da educação sexual tem estado presente nas discussões e nos debates públicos e, inclusive, a própria legislação que se seguiu sofreu uma evolução positiva, com sucessivas correcções. Como nos referem Dias *et al.* (2002), passámos da Lei 3/84 (onde essencialmente se fazia alusão aos conhecimentos científicos sobre a anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humana) para um conceito mais alargado de educação sexual em que os aspectos biológicos aparecem associados às vertentes de formação pessoal e social.

Em 1999, é entretanto publicada a Lei 120/99, que vem reforçar a ideia da necessidade da criação de um programa de educação sexual nos ensinos básicos e secundário. De acordo com Vilar (2002), este programa estabelece “informação sobre sexualidade humana, aparelho reprodutivo e a fisiologia da reprodução, SIDA e outras DST, métodos contraceptivos e planeamento da família, as relações interpessoais, a partilha de responsabilidades e a igualdade entre os géneros” (p.22).

No Artigo 2º da Lei 3/84 são apresentados cinco pontos que nos esclarecem sobre a forma como a educação sexual deve ser encarada dentro da comunidade educativa.

- 1- Nos estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário será implementado um programa para a promoção da saúde e da sexualidade humana, no qual será proporcionada adequada informação sobre a sexualidade humana, o aparelho reprodutivo e a fisiologia da reprodução, sida e outras doenças sexualmente transmissíveis, os métodos contraceptivos e o planeamento da família, as relações interpessoais, a partilha de responsabilidades e a igualdade entre os géneros.
- 2- Os conteúdos referidos no número anterior serão incluídos de forma harmonizada nas diferentes disciplinas vocacionadas para a abordagem interdisciplinar desta matéria, no sentido de promover condições para uma melhor saúde, particularmente pelo desenvolvimento de uma atitude responsável quanto a sexualidade humana e uma futura maternidade e paternidade conscientes.
- 3- A educação para a saúde sexual e reprodutiva deverá adequar-se aos diferentes níveis etários, consideradas as suas especificidades biológicas, psicológicas e sociais, e envolvendo os agentes educativos.
- 4- Na aplicação do estipulado nos números anteriores deverá existir uma colaboração estreita com os serviços de saúde da respectiva área e os seus profissionais, bem como com associações de estudantes e com as associações de pais e encarregados de educação.
- 5- Nos planos de formação de docentes, nomeadamente os aprovados pelos centros de formação de associações de escolas dos Ensinos Básico e Secundário, deverão constar acções específicas sobre Educação Sexual e reprodutiva.

Posteriormente, em Outubro de 2000, surge o Decreto-Lei 259/2000, que regulamenta a Lei 120/99, vindo, de certo modo, reforçar a implementação da educação sexual em meio escolar. Desta forma, este decreto veio esclarecer algumas das possíveis estratégias de inclusão da educação sexual, como prática regular, no dia-a-dia das escolas, determinando para a necessidade de o Projecto Curricular de Turma não surgir desagregado do Projecto Educativo de Escola, devendo posteriormente contemplar os planos de trabalho de turma, apontando-se, deste modo, para um modelo transversal de envolvimento da educação sexual nas escolas (Vilar, 2002).

É também em Outubro de 2000 que se publica a versão final do documento designado “Educação Sexual em Meio Escolar – Linhas Orientadoras”, assinado pelos Ministérios da Educação e da Saúde e ainda pela Associação para o Planeamento da Família. Este documento reveste-se de “enorme importância, uma vez que clarifica o conceito, o quadro ético de referência e a metodologia da educação sexual e fornece numerosas pistas para o desenvolvimento de programas, para a formação de professores e articulação entre a escola e a família” (Vilar, 2002, p.22).

Contudo, segundo Dias *et al.* (2002), há ainda uma carência no que diz respeito aos seus objectivos, assim como a falta de materiais pedagógicos fundamentais para a prática pedagógica. Contudo, posteriormente, com o Decreto-lei 6/2001 de 18 de Janeiro, que estabelece as novas Áreas Curriculares, surge uma possibilidade para fazer cumprir o disposto em leis anteriores, uma vez que refere a “presença de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização de saberes” (Artigo 3.º, alínea c).

A educação sexual é, assim, integrada no Currículo Nacional do Ensino Básico como temática transversal. Note-se que, mais recentemente, o governo determinou através do Despacho nº25 995/2005 de 16 de Dezembro a obrigatoriedade de todas as escolas envolverem no projecto educativo a área da educação para a saúde.

Deste modo, reconhecendo, que a educação sexual também faz parte da educação para a saúde, a Assembleia da República aprovou a Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto, regulamentada posteriormente pela portaria nº 196-A/2010 de 9 de Abril, onde podemos encontrar alguns princípios e regras referentes à educação sexual nas escolas. É-lhe, então, conferida obrigatoriedade com uma carga horária aplicada ao Ensino Básico e Secundário, estabelecendo-se ainda que esta deva envolver a família, promovendo mais a articulação entre esta e a escola.

Foram definidas as finalidades da educação sexual, como podemos constatar no Artigo 2º que, segundo Lopes (2010), é considerado o mais importante — e que, também por isso, passamos a descrever de forma mais pormenorizada:

*“a) A valorização da sexualidade e afectividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa”.*

Relativamente a esta primeira finalidade, Lopes (2010) afirma que é necessário desenvolver nas crianças e nos jovens atitudes de reconhecimento da importância de sentimentos como a afectividade dentro da vivência da sexualidade. Contudo, acrescenta que não é profícuo centrarmo-nos apenas na afectividade, esquecendo a valorização da sexualidade — já que a educação orientada apenas para os afectos não permite realizar uma educação sexual completa. Neste sentido, cita também que a Organização Mundial de Saúde que valoriza de igual forma tanto a parte física, como a parte afectiva, ambas indispensáveis para uma boa saúde física e mental.

*“b) O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade”.*

No que concerne a esta finalidade, é realçada a importância de desenvolver nas crianças e jovens atitudes que se possam traduzir em comportamentos preventivos e adequados, abandonando definitivamente a mera transmissão de conhecimentos, pois fornecer apenas informação não chega. “Temos de apostar no desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências pessoais e sociais e fazer delas a nossa prioridade”, onde deverão estar incluídas a comunicação não verbal, o treino assertivo e a resolução de problemas (Lopes, 2010, p.5).

*“c) A melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais dos jovens”.*

A respeito desta finalidade, Lopes (2010) refere que o reconhecimento dos relacionamentos afectivos e sexuais é o primeiro passo para que se possa planear de uma forma mais correcta as intervenções pedagógicas como docentes. Segundo o autor, não devemos esquecer que os alunos de hoje são os pais de amanhã; logo, a educação sexual deve abranger o maior número possível de alunos.

*“d) A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infecções sexualmente transmissíveis”.*

Quanto a esta finalidade, podemos constatar que é necessário trabalhar com as crianças e jovens, ensinando-as a dizer “não” — um “não” que poderá pôr um fim às consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco. É claro que não basta fazer palestras sobre esta temática. Como refere Lopes (2010), é necessário trabalhar competências de comunicação interpessoal, bem como os desafios da vida, em geral, sem recorrer a comportamentos desajustados. A indiferença relativamente a esta temática não é compatível com a saúde em geral e a sexualidade em particular. É necessário concentrarmo-nos sobretudo nos factores protectores e preventivos, e não apenas nos factores de risco.

*“e) A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais”.*

Mais uma vez, é feita referência ao treino de competências, realçando que ele é uma condição essencial no que diz respeito a todos os aspectos da sexualidade — tudo passando, essencialmente, por saber identificar e dar resposta em situações de injustiça, de abuso ou perigo e, sobretudo, por saber quando e como procurar apoio (Lopes, 2010).

*“f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais”.*

O caminho a percorrer no que se refere a esta finalidade aponta para atitudes de aceitação e não apenas de tolerância. Neste contexto, é “importante apostar no verbo aceitar, e não no verbo tolerar” (p.7), sendo esta uma das condições para que esta finalidade se cumpra. É necessário, pois, trabalhar para a mudança de comportamentos — diminuindo, deste modo, a discriminação e o preconceito. Assim se conclui que tudo isto trará mais benefícios visíveis para a nossa sociedade, pois, com certeza que contribuirá para que esta viva mentalmente mais saudável (Lopes, 2010).

*“g) A valorização de uma sexualidade responsável e informada”.*

Segundo Lopes (2010), são muitos ainda os que não entendem a educação sexual como um direito, onde se inclui também o direito à informação. Daí que, para este mesmo autor, uma sexualidade informada é uma sexualidade responsável tanto a nível individual, como a nível colectivo — pelo que só assim se poderá viver a sexualidade de uma forma aberta e saudável.

*“h) A promoção da igualdade entre os sexos”.*

De acordo com Lopes (2010), esta finalidade é um óptimo exemplo de como podemos fazer e falar de educação sexual, sem nos centrarmos somente na reprodução. É, pois, por isso necessário desenvolver nas crianças e jovens atitudes de reflexão crítica face aos papéis atribuídos aos homens e às mulheres, que são ainda, por vezes, estereotipados.

*“i) O reconhecimento da importância de participação ao processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnico de saúde”.*

No que concerne a esta finalidade, a Lei reconhece e reforça a importância da participação de vários intervenientes — não se centrando a educação sexual apenas num só protagonista; todos deverão, por isso, desenvolver competências para falar e comunicar de forma assertiva acerca de temas sobre a sexualidade e afectividade. Nas palavras de Lopes (2010), “todos somos parte do problema, todos somos parte da solução” (p. 9).

*“j) A compreensão científica do funcionamento dos mecanismos biológicos reprodutivos”.*

A este respeito, é necessário perceber que não basta transmitir informação ou limitar a educação sexual a momentos pontuais — como, por exemplo, o dia da saúde ou dia mundial da sida. A informação deve ser continuada e exige regularidade (o que nem sempre acontece) Contudo, Lopes (2010) refere que não é necessário que o educador conheça a fundo todos os conceitos de anatomia e fisiologia, pois há que ter em conta uma panóplia de factores que contribuem para uma educação sexual de sucesso.

*“l) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual”.*

No que toca a esta última finalidade, Lopes (2010) considera que é necessário eliminar comportamentos discriminatórios, em substituição de outros promotores de uma boa saúde mental e sexual a curto e longo prazo, na escola e na sociedade. É, fundamental apostar num modelo de educação sexual aberto e que trabalhe junto das crianças e jovens a auto-responsabilização, evitando-se, deste modo, situações de mal-estar nas relações interpessoais e insistindo-se na aquisição de conhecimentos e atitudes que promovam comportamentos impulsionadores de uma vivência plena da sexualidade, ao longo de toda a vida.

Ora, tendo a educação sexual carácter obrigatório, foi-lhe conferida uma carga horária no mínimo de 6 horas anuais, distribuídas pelos três períodos do ano lectivo, para o 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, e o mínimo de 12 horas lectivas anuais para o 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário; para além disso, o Director de turma ou o professor responsável pela educação sexual devem elaborar um projecto de turma relativo a esta temática, logo no início do ano lectivo (cf. Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto).

Deverão também ser criados gabinetes de apoio para a educação sexual orientados por uma equipa interdisciplinar de educação para a saúde e educação sexual, com espaço próprio e condições materiais e humanas. A esta mesma equipa compete ainda certificar a aplicação dos conteúdos curriculares, envolver a comunidade educativa nos projectos elaborados e criar iniciativas respeitantes a esta temática sempre que tal se justifique. Para além disso, estes mesmos gabinetes, em articulação com as unidades de saúde, devem assegurar aos alunos o acesso gratuito aos meios contraceptivos adequados.

Mais: segundo esta Lei, poderão ainda ser estabelecidas parcerias devidamente credenciadas, entre outras com o Instituto Português da Juventude, ou com instituições do Ensino Superior. Desta forma, a comunidade escolar estará mais envolvida, como preconizado no ponto 1 do Artigo 11º: “Os encarregados de educação, os estudantes e as respectivas estruturas representativas devem ter um papel activo na prossecução das finalidades da presente lei”.

Em suma, e através da análise da legislação mais significativa no âmbito da educação sexual, cremos não restarem dúvidas relativamente ao facto de a escola não se poder demitir ou descuidar deste papel junto dos jovens. E, ainda que à primeira vista não haja grandes obstáculos, a realidade mostra-nos que a educação sexual tem sido, maioritariamente, deixada ao acaso, que as queixas proferidas pelos alunos aumentam e que os professores defendem não se sentirem capazes de assumir esta tarefa sozinhos, face ao que está regulamentado.

## **CAPÍTULO 2**

### **A EDUCAÇÃO SEXUAL EM CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR**

#### **2.1 Afectividade, normas e valores da sexualidade**

A sexualidade é um tema que deve ser tratado com muita atenção e cuidado, pois envolve valores, padrões éticos, morais, estéticos e políticos, que dizem respeito a cada um, em particular, e a todos, em geral. Tal como refere López (1999), as atitudes vão-se construindo ao longo da vida como consequência das experiências e dos comportamentos aprendidos, e são influenciadas por factores culturais. Logo, a socialização é um factor a ter em conta, pois este é um processo pelo qual adquirimos comportamentos, crenças, normas e valores, no contexto familiar e cultural.

Podemos afirmar, portanto, que as normas e valores assimilados no decorrer do processo de socialização pelo indivíduo são interiorizados através de contactos progressivos.

No domínio da sexualidade é essencial considerar o factor religioso, na medida em que este veicula valores morais, que regulam comportamentos sexuais (Reis, 2004). O discurso dominante que assenta em muito na ideia de pecado, tem um papel fundamental no sentimento individual que deve ser regulado na inter-relação social. Assim, com a ideia da sexualidade ligada ao pecado, e tendo como principal objectivo a reprodução, continua a ser ensinado um código sexual baseado no medo do corpo.

Ora, a sexualidade humana não deve ser considerada como uma matéria inacessível ou fechada, pois a ética referente a esta temática será diferente de acordo com as opções e alternativas sociais e de grupo.

Esta ideia, assim equacionada, leva a considerar que a ética e a sua dinâmica não são mais do que um conjunto de valores e normas que influenciam o indivíduo — que, por sua vez, possui também, segundo (Reis, 2004), uma ideologia pessoal a normalizar o comportamento humano — sendo, contudo, evidente que os valores não existem por si mesmos, nem de forma abstracta, uma vez que guiam e regulam a acção e comportamento humano em situações sociais muito definidas.

Na sequência deste raciocínio, podemos dizer que cada grupo condiciona um comportamento sexual, aprovando ou desaprovando e estabelecendo normas e valores. O resultado destas influências, a que se somam as experiências pessoais,

estrutura e molda o comportamento sexual. Assim sendo, o comportamento e os valores éticos modificam-se, assim como os regulamentos legais.

Já em relação à motivação ou impulso sexual, terão importância as aprendizagens da identidade e do comportamento sexual. Nesse sentido, muitos psicólogos estão em sintonia, ao afirmarem que o papel sexual individual é o mais destacado dos papéis sociais desenvolvidos por uma pessoa. Dentro desta temática, a socialização é trabalhada e vivida nos dias de hoje, pelos jovens, de uma forma diferente, pois vivemos numa época de mudanças sociais em que os papéis tradicionais estão progressivamente a modificar-se, dando lugar, cada vez mais, a papéis com funções equitativas.

Para além disso, complementarmente, cada sociedade estrutura os seus valores, sendo o desenvolvimento moral um processo complexo, daí a importância da educação sexual na formação integral dos jovens. E se isso é certo, não menos certo é o facto de que os princípios pedagógicos requerem uma certa liberdade de aprendizagem. Neste sentido, a pedagogia pode levar-nos a alcançar o progresso social (garantia da liberdade pessoal) e a abrir perspectivas para outras questões mais igualitárias. Na óptica de Félix (2002), o desenvolvimento moral é um processo de construção interna do qual não se pode descurar o controlo exterior traduzido pela restrição exercida pelos adultos em relação aos mais jovens. Se, por um lado, este controlo é essencial para o bom desenvolvimento moral, por outro, pode constituir um obstáculo à autonomia e ao desenvolvimento das crianças. Como refere Félix (2002), as crianças vão gradualmente adquirindo consciência de tudo o que os adultos esperam dela, o que se traduz, por sua vez, num maior controlo sobre os seus próprios comportamentos e atitudes.

Nesta ordem de ideias, convém sublinhar que, em todo o acto de educar, deverá estar presente uma vertente afectiva e, quando se trata da questão da sexualidade, este aspecto desperta, compreensivelmente, com uma maior intensidade. Mas há que ter também um outro aspecto em consideração: a relação afectiva que deverá existir entre o educador e o educando.

Tal como refere Andrade (1995), os afectos não são apenas fisiológicos; há que ter em atenção o olhar associado a um conjunto de sentimentos, onde se incluem, entre outros valores, a tolerância, a aceitação e a confiança. Contudo, “não é fácil a conquista de uma afectividade equilibrada e gratificante” (Dias, 2002, p.20). Logo, podemos afirmar que será importante sensibilizar e promover acções educativas que visem desenvolver a capacidade de distinguir as vivências emocionais e afectivas. Desta forma, será mais fácil interpretá-las e sobretudo integrá-las no processo de desenvolvimento pessoal.

Compete também ao educador conseguir empregar uma linguagem clara de afectos, tal como proporcionar um diálogo onde se destaque a confiança e a liberdade, envolvido por um clima de empatia. Assim, a aprendizagem torna-se mais motivante, uma vez que permitirá à criança colocar dúvidas e questões sem qualquer tipo de constrangimento ou receio. Tal como refere Dias (2002), a abordagem da educação sexual não se pode conceber sem um relacionamento entre professor e aluno baseado na confiança recíproca e no respeito pelas vivências pessoais de ambos — ideia, aliás, reforçada também por Balancho (1986), que nos assegura que é no primeiro contacto que o professor cria empatia e retém a boa vontade dos alunos, pois estes sentem uma necessidade especial de serem ouvidos, compreendidos e partilharem as suas aventuras e experiências.

Uma outra ideia merece, entretanto, ser sublinhada: apesar de todo o destaque dado aos afectos, não podemos descurar a importância da aquisição de conhecimentos. Contudo, estes (afectos) dependem das relações que se estabelecem entre as pessoas; e uma vez que o Homem é um ser de relação não pode deixar de estabelecer comunicação com os outros. Este facto permite que se realize tanto a nível pessoal, como social.

Não será por isso difícil concluir que, como base de todas as relações afectivas e naturalmente educativas, deve existir empatia, compreensão e respeito, atendendo também aos valores vividos e defendidos por cada um de nós.

## **2.2 A educação para a sexualidade na família**

A família, como comunidade base da sociedade, deve ser responsável pela educação das crianças, adolescentes e jovens. No entanto, a mudança acelerada a que está sujeita a sociedade actual faz com que tenha características diferentes da família tradicional.

Convém recordar que, ainda há relativamente poucos anos atrás, vivíamos numa sociedade menos mutável, com famílias alargadas, coabitando diferentes gerações (avós, pais e filhos), circunstância que terá talvez contribuído para que o processo socializador tivesse sido mais partilhado. Isto é: avós, pais, vizinhos e amigos eram importantes referências; e, numa família alargada, a relação é mais enriquecedora, interiorizando a criança mais rapidamente os valores que se viviam na família.

Vaz *et al.* (1996) consideram, por isso, os pais como modelos importantes: eles são, ao mesmo tempo, figuras de apelo e identificação indispensáveis para que a

criança adquira a sua identidade sexual, familiarizando-se com as características e modo de ser dos géneros masculino e feminino. É, pois, consensual que os pais têm, ou devem ter, um papel activo no que toca, também, à educação sexual dos seus filhos, sendo este, aliás, um factor decisivo na construção da personalidade. Contudo, esta influência, na opinião de Cortesão (1989), pode ser positiva ou negativa. O mesmo é dizer que, se a criança presencia manifestações de carinho ente os pais, de diálogo e harmonia familiar, estamos perante uma influência positiva; pelo contrário, se assiste a actos violentos, quer verbais, quer físicos, estamos, sem dúvida, perante uma influência negativa no seu crescimento.

Consabidamente, vivemos, neste momento, com uma organização económica familiar que, muitas vezes, obriga os pais a ausências do lar durante uma grande parte do dia, “retidos” que se encontram no emprego até muito tarde e regressam a casa a horas tardias, com pouca disponibilidade de tempo e de paciência para poderem dar a devida atenção aos filhos. Ora, tudo isto vai alterar qualitativamente a socialização e a formação pessoal das crianças. Entretanto, e apesar de todas estas contrariedades, a família nuclear predominante e, mais tarde, a escola são os principais agentes de socialização e de formação pessoal, especialmente na infância.

Contudo, ainda são muitos os pais que acabam por se demitir do seu papel e funções de educadores. Como defende Bastos (2003), os pais estão permanentemente a exercer a sua influência sobre os filhos em várias matérias, nomeadamente na forma como manifestam os seus próprios valores sexuais.

A educação dos filhos, no que respeita, sobretudo, às questões da sexualidade, exige dos pais uma preparação apropriada e contínua. Por isso é importante que os pais garantam um diálogo aberto com os filhos, podendo afirmar-se que a ausência deste pode ser interpretado como indiferença ou simplesmente abandono destas questões. Apesar de, por vezes, ser difícil, o diálogo deve existir.

Alguns estudos efectuados mostram que os pais conseguem exercer alguma influência sobre as atitudes e comportamentos dos filhos, no que diz respeito à temática da sexualidade. Por vezes, a comunicação surge pontualmente a partir de questões informais entre mãe e filho(a)/os(as) — continuando estes(as) a preferir os pais como fonte de informação de referência (Vaz *et al.*, 1996). Ora, este facto vem reforçar, a necessidade de uma comunicação mais aberta entre pais e filhos.

Todavia, não podemos esquecer um outro facto: é também no grupo de pares que os jovens obtêm muitas informações, que sabemos nem sempre serem as mais correctas, pois estas são muitas vezes imprecisas e acompanhadas de aspectos negativos e riscos.

Rematando, há que realçar a noção de que o ambiente democrático desejável na família, assim como a orientação sem imposição, o incentivo, o amor entre pais e filhos, e entre marido e mulher favorecem o desenvolvimento afectivo, intelectual e social da criança. É patente que a família é, por natureza, a primeira instância de educação e formação das crianças. Tudo isto deverá contribuir para, no futuro, formar cidadãos responsáveis, livres e verdadeiramente críticos, capazes de lutar por uma sociedade mais justa e solidária, sem nunca esquecerem o respeito por si e pelos outros. No entanto, dado o tempo efectivo de vivência familiar ser cada vez menor, a escola deve ser um alicerce, respondendo e apoiando também esta educação.

Em suma, é fundamental que o jovem viva a sua sexualidade com responsabilidade, dignidade e respeito, alicerçados na família e na escola.

### **2.2.1 O papel dos pais na orientação e educação sexual dos filhos**

Percebendo o perfil de cada pai e mãe, é possível transmitir e comunicar uma atitude de cumplicidade, ou, pelo contrário, de ignorância e desatenção. A este propósito, podemos apresentar uma tipologia de pais baseada nas respostas que estes oferecem aos seus filhos. Silva (2008), por exemplo, refere de seis tipos de pais: super protector, autoritário, agressivo, submisso, ausente e adulto.

Os pais de tipo super protector agem de forma defensiva e tutelar, não se dando conta de que tal atitude impedirá os filhos de crescerem autónomos, deixando-lhes marcados traços de insegurança.

Já os pais do tipo autoritário são incapazes de acompanhar as mudanças da realidade; fecham-se ao diálogo e pensam sempre que o seu ponto de vista é o mais correcto.

Os pais de tipo agressivo exercem também a sua autoridade, muito embora estes demonstrem um contínuo estado de agressão; e, em qualquer situação que não lhes agrade, agridem com palavras, podendo, nalguns casos, partir para a violência.

Os pais de tipo submissos não têm voz activa e, sobretudo, não tomam iniciativas dentro do próprio lar; logo, não poderão ser referidos como modelo.

Os pais de tipo ausente caracterizam-se por serem indiferentes e impotentes nalgumas situações; estes são uma consequência dos dias atarefados das sociedades modernas, tentando, por vezes, compensar os filhos das suas ausências de formas menos correctas, como, por exemplo, através de compensações monetárias e materiais.

Os pais de tipo adulto são considerados o modelo mais equilibrado e ideal, pois são tidos como respeitadores dos sentimentos e opiniões dos filhos: abertos ao diálogo, sabem, simultaneamente, não só aconselhar, como também ser assertivos e rigorosos em tempo oportuno.

Como se deduz, os pais influenciam a criança através do seu comportamento, pelo seu grau de compreensão, pelas suas reacções conscientes, mas também inconscientes. Por isso, Mauco (1986) considera que os pais devem entender, antes de intervir, defendendo ainda que estes devem ser honestos e abordar a temática da sexualidade com naturalidade, respondendo sem embaraço à curiosidade sexual da criança e desfazendo falsos conhecimentos, sempre que houver oportunidade.

Pérez (1991) refere ainda que o facto de os pais não abordarem estas temáticas com os filhos pode trazer alguns problemas às crianças, nomeadamente no que diz respeito a ideias estranhas à sexualidade, que se poderão traduzir na incompreensão das mudanças biofisiológicas que ocorrem durante a puberdade, bem como em dificuldades no relacionamento com o sexo oposto. Contudo, o mais grave será a perda de confiança nos pais.

Importa sublinhar que é muito importante não adoptar uma atitude moralizadora. Expressões corporais fechadas ou que exprimam desagrado durante o diálogo não são abonatórias e podem dificultar a comunicação. Repare-se que a atitude dos pais relativamente ao tema da educação sexual é, como defende Silva (2008), influenciada pelos mais variados aspectos (tais como a sua própria sexualidade) e, sobretudo, por tudo o que os leva a ter uma atitude específica e, ao mesmo tempo, diferenciada sobre este tema.

Muitas vezes, os pais não falam sobre sexo com filhos, receando que isso possa ser um incentivo à prática sexual precoce. Porém, esses pais não sabem que o perigo reside na dúvida, na informação inadequada e na própria ignorância.

Ora, a educação da sexualidade tem inevitavelmente pontos sensíveis relativamente à intimidade e aos valores sobre os quais as famílias têm todo o direito de se pronunciar (Dias, 2002). Na verdade, sabemos que não existe momento específico para falar sobre o assunto.

Entretanto, sabe-se que as atitudes conscientes, ou não, dos pais perante a sexualidade são as influências mais importantes que a criança tem para construir a sua vida sexual. Eles são as pessoas mais indicadas para acompanhar o desenvolvimento psicológico e afectivo dos filhos, pois a educação sexual começa com o nascimento. Tal como sublinha Dias (2002), para além de responsáveis pela educação dos filhos, os pais são também os seus primeiros modelos, nomeadamente no que concerne às relações amorosas.

Portanto, os pais não só deveriam dar informações, como também saber o momento oportuno para o fazer. Muitos deles, consideram difícil falar sobre sexo com os filhos; no entanto, se não o fizerem, ou se, por outro lado, responderem com mentiras, estarão a dificultar este processo. Dias (2002) acrescenta ainda que com as mudanças constantes nos costumes e valores sexuais, são muitos os pais que, não raras vezes, ficam na dúvida sobre como educar. Não esqueçamos, porém, um dado importante: a ignorância e as mentiras provocam medo e culpa.

Recorde-se que, se, desde cedo, as crianças perceberem que este é um tema natural, como outro qualquer, terão também segurança para expor as suas dúvidas e incertezas aos pais; caso contrário, não havendo esta naturalidade e franqueza, irão procurar outras fontes de informação que considerem mais convincentes.

Em suma, saber o que os pais pensam ajudará os filhos a tomar decisões, tornando-os cientes das suas responsabilidades. Mas, mais do que proporcionar informação, os pais devem encarar o diálogo sobre educação sexual como mais uma etapa no processo de formação integral dos filhos, valorizando e contribuindo para a auto-estima dos mesmos.

### **2.3 A educação sexual em contexto escolar**

O grande objectivo da educação sexual é contribuir, ainda que parcialmente, para uma vivência mais informada, mais autónoma e, por isso mesmo, mais responsável da sexualidade. Daí que Dias (2002) afirme que “a educação da sexualidade deve preparar cada cidadão para se compreender como ser sexuado, uma natureza cuja expressão saudável implica aprender a ser, mas também a viver em comum” (p.6).

Podemos, pois, dizer que a educação sexual faz parte integrante da educação que é interiorizada pelo ser humano, desde o nascimento até à morte. Neste sentido, deve contribuir para desenvolver sentimentos, atitudes e competências, bem como adquirir conhecimentos e valores. Ainda a este propósito, refere Dias (2002 p.7) que “a informação não é equivalente a conhecimento, e o conhecimento, sem integração num sistema de valores, não é educação” (p.7). Neste contexto, a escola deverá assumir-se como um local destinado a transmitir informações e em que deverão transitar os valores sociais e culturais vigentes, aos quais estarão afectos naturalmente os diversos aspectos implicados na área da sexualidade. A escola, ao espelhar as regras sociais, tem, também por isso, um papel decisivo na construção do ser humano.

Duarte *et al.* (2007) acrescentam ainda que os valores e os princípios de vida racionais que defendemos levam-nos a atingir idealmente o nosso desejo de vida, isto é, levam-nos a viver o melhor possível. No entanto, quebramos frequentemente os princípios por nós definidos como fundamentais, cedendo aos nossos próprios desejos, satisfazendo, desse modo, as nossas emoções. Tal facto, note-se, não faz de nós seres irracionais, pois a razão e a emoção fazem parte do ser humano: “será também uma atitude racional escolher satisfazer as emoções, escolher o prazer a curto prazo, desde que tal não comprometa seriamente o nosso projecto de vida” (p.24).

Ora, sabemos que a escola é um lugar de aprendizagens, conquistas e descobertas; mas sabemos igualmente que ela não pode omitir as manifestações da sexualidade — devendo propiciar espaços de discussão aberta e espontânea sobre o tema da sexualidade, deixando de lado os nossos preconceitos. Desta forma, permitirá que cada um se mostre como é, com as suas dúvidas, com os seus conflitos, com os seus medos e inseguranças.

Como sabemos, a escola constitui um espaço onde as crianças e os jovens passam grande parte das suas vidas, formando novos e importantes vínculos sócio/afectivos a cada ano que passa. É, portanto, natural que manifestem o desejo de terem as suas dúvidas respondidas em relação à sexualidade.

Por isso Sayão (1997) afirma que o trabalho de orientação/educação sexual desenvolvido pela escola se distingue da abordagem realizada pela família, sobretudo no que diz respeito à transmissão dos valores morais indissociáveis da sexualidade. Se, por um lado, os pais exercem um importante papel ao transmitirem os seus valores aos filhos, por outro lado, competirá à escola prolongar esse conhecimento em direcção à diversidade de valores existentes na sociedade. Logo, “a implementação de projectos de educação sexual deverá incluir uma dimensão organizacional que implicará toda a escola” (Sampaio, 2002, p.24).

Sendo assim, a educação sexual na escola deve alicerçar-se numa visão pluralista da sexualidade, no reconhecimento da multiplicidade de comportamentos sexuais e de valores a eles associados. A educação sexual na escola não pretende nem suprir, nem tão-pouco concorrer com a função da família; pelo contrário, ela deve ser encarada como complemento. Tal como refere Sampaio (2005, citado por Duarte, 2007, p.24), a educação sexual, em meio escolar, “tem como missão o desenvolvimento de competências nos jovens de modo a possibilitar-lhes escolhas informadas nos seus comportamentos na área da sexualidade, permitindo que se sintam informados e seguros nas suas opções”.

Desta forma, cabe à escola abrir um canal para o debate permanente com crianças e jovens acerca das questões relacionadas com a sexualidade, devendo salientar-se que a participação dos pais também é essencial no processo de orientação sexual, pois incentiva o processo de co-responsabilidade.

É fundamental, portanto, desenvolver um trabalho educativo positivo de valorização humana, mesmo que de alcance limitado, através de uma intervenção pedagógica adequada que possibilite a todos diversas capacidades de escolha. E, a este nível, podemos ainda afirmar que a educação sexual oferecida pela escola deve abarcar as diversas mensagens transmitidas pela comunicação social, família, amigos, escola e sociedade, orientando o aluno para que este encontre um ponto de auto-referência através da reflexão. No entanto, torna-se “premente encontrar processos de, por um lado, promover a sua prática e, por outro, avaliar os seus resultados” (Duarte, 2007, p.25).

A educação sexual deverá, pois, permitir que as crianças e os adolescentes entendam a sexualidade como um aspecto positivo da vida humana, proporcionando, quer a livre discussão de normas e padrões de comportamento em relação ao sexo, quer o debate das atitudes pessoais face à própria sexualidade. Sendo assim, o papel da escola deverá incorporar, naturalmente, a ideia de promoção de debates entre os alunos, fornecendo informações claras e objectivas, estando implicado o processo comunicativo, o que vai, aliás, de encontro à perspectiva de Ricou (2002, citado por Duarte, 2007), que defende que comunicar é mais do que informar, pois esta (comunicação) baseia-se em transacções e em trocas efectivas de ideias.

A escola deve ser encarada, portanto, como um espaço que formaliza o conhecimento, promove e facilita a aprendizagem sobre o mundo. Também por isso, sendo um espaço onde permanecem grande parte das suas vidas, é aí que as crianças e os adolescentes se *encontram* e nela encontram a possibilidade de muito, e importante, convívio social, amoroso e emocional.

### **2.3.1 Os professores face à educação sexual**

Sabemos que o contributo para a educação sexual das crianças e adolescentes é tarefa e responsabilidade de todos os cidadãos. Mas sabemos também que o papel e o contributo do professor é necessário e essencial neste processo. Como referem Ramiro e Matos (2008), a escola é sem dúvida um local formal para a implementação de educação sexual, pois é aí que as crianças e jovens passam grande parte do seu tempo — sendo também no ambiente escolar que surgem as primeiras vivências

amorosas, pelo que a educação sexual se torna, de facto, pertinente, no sentido de informar de uma forma estruturada.

Na verdade, Manuela Sampaio (2002) fala-nos de um estudo realizado a pedido da Associação de Planeamento Familiar, onde se conclui que um terço dos jovens do nosso país tem comportamentos de risco na área da sexualidade. Será, portanto, necessário que se melhore tanto a quantidade, como sobretudo a qualidade da educação sexual, de forma a reduzir este tipo de situações, bem como a prevenção do abuso sexual e gravidez na adolescência.

Naturalmente que quem, na escola, tem a responsabilidade nesta tarefa é, em primeiro lugar, o corpo docente. Ao professor — como actor de mudança e transformação, de transmissão de saberes e experiência ou, como refere Teixeira (1995), um ser de relação e afinidade para com os outros numa profissão que assim o demanda — deverá, igualmente, no que respeita à sexualidade humana, caber a responsabilidade de assumir esse compromisso.

Todavia, alguns destes profissionais declaram ter formação insuficiente na área da sexualidade, assim como alguma insegurança pessoal e receio de serem incompreendidos. Sampaio (2002) reforça esta ideia, ao declarar que não é por falta de vontade de participar neste desafio que os docentes se sentem inseguros, mas sim pelo receio de responderem com a qualidade necessária.

Talvez seja proveitoso desmistificar o papel dos professores no âmbito da educação sexual e, acima de tudo, mostrar-lhes que esta tarefa não deve estar isolada de outros parceiros, ou seja, dos restantes agentes de socialização, como os pais, os encarregados de educação, os profissionais de saúde, entre outros, considerados pertinentes.

Com efeito, o professor não precisará de ser um especialista em educação sexual, mas um profissional informado sobre o tema e com capacidade de reflexão sobre o mesmo. Da mesma forma, Ramiro e Matos (2008) sublinham a importância da formação docente na área da sexualidade, pois esta é, sem dúvida, um pré-requisito para o sucesso. A função do professor de educação sexual não é muito diferente do papel que lhe é atribuído nas demais áreas do processo educativo. Será, contudo, necessário um apoio que deve ser encarado desde a formação inicial.

A formação contínua deve ser vista como sendo um requisito profissional e fruto de uma vontade pessoal. Também a Lei nº 3/84 de 24 de Março é clara no que diz respeito a este assunto. Verificamos isso no ponto 3 do Artigo 2º, onde se pode ler que “será dispensada particular atenção à formação inicial e permanente dos docentes, de forma a dotá-los do conhecimento e da compreensão da problemática da educação sexual, em particular no que diz respeito aos jovens”.

A Associação de Planeamento Familiar tem sido um recurso importante na formação de docentes e, ainda neste seguimento da formação docente, regista-se a influência realizada por esta Associação junto de diferentes Instituições de Ensino Superior, no sentido de serem incluídos temas de educação sexual nos currículos dos diferentes cursos, quer a nível da formação inicial, quer a nível da formação contínua.

No entanto, segundo Sampaio (2002), mesmo sem uma preparação específica, são já muitos os professores que, através da sua prática escolar, contribuem de uma forma positiva e efectiva para uma educação sexual dos seus alunos. Assim sendo, um professor está já a fazer educação sexual, quando, nas aulas, põe em prática uma metodologia activa, estimula nos seus alunos comportamentos reflexivos e de avaliação, bem como um clima de inter-ajuda e respeito mútuo, fazendo com que os alunos se sintam activos, responsáveis e felizes.

Felizmente, ainda encontramos muitos professores com esta postura nas nossas escolas e, como menciona Sampaio (2002), é necessário dinamizar toda a energia e conhecimento que um projecto desta envergadura exige, tanto a nível individual como de grupo. Desta forma, a implementação de projectos relacionados com a educação sexual deverá abarcar uma dimensão organizacional, que envolverá toda a escola e, por conseguinte, toda a comunidade; e atente-se que a mesma autora refere que são já algumas as escolas que possuem uma panóplia de instrumentos organizacionais que ajudam na execução de projectos desta natureza.

Futuramente, como perspectivam Ramiro e Matos (2008), a aposta na formação dos professores nesta área permitir-lhes-á desempenhar um papel proactivo no desenvolvimento da educação sexual no nosso país.

### **2.3.2 O perfil do professor de educação sexual**

As crianças e os jovens necessitam de ajuda e apoio ao longo de todo o seu desenvolvimento físico, emocional, cultural, moral e espiritual, sendo a educação sexual um recurso valioso. Baseada na afectividade, ela contribui para a construção objectiva da imagem do corpo, para a compreensão e respeito pelo outro, engrandecendo desta forma as relações humanas e dando importância a valores que mais tarde tornarão os jovens futuros homens e mulheres responsáveis (Vaz *et al.*, 1996). A abordagem da dimensão afectivo/sexual é a que se coloca com mais acuidade, sendo nesta “área de clarificação de valores e na educação para com os valores que os problemas são maiores e causa de receio de colaborar de muitos docentes” (Sampaio, 2002, p.29).

Como defendem Dias *et al.* (2002), o professor deve possuir uma diversidade de competências, de estar preparado para responder como educador às necessidades dos novos tempos e de saber adaptar-se à mudança. Deste modo, deverá investir continuamente na sua própria formação. No entanto, não é necessário ser um especialista em educação sexual; basta ser um profissional informado sobre a sexualidade humana. Desta feita, ao definirmos o perfil do educador em educação sexual, não nos referimos a um professor de uma disciplina específica, uma vez que a mesma se conceptualiza num conjunto de conteúdos que atravessam transversalmente o currículo.

Nas palavras de Sampaio (2002, p.29), qualquer professor motivado pode explorar esta temática; no entanto, “para além da motivação e da preparação em sexualidade humana e educação sexual, o docente deve ter suficiente à-vontade para abordar o tema, responder a perguntas inesperadas e resolver situações que podem ser algo embaraçosas”.

Sabemos, contudo, da dificuldade que muitos professores têm em iniciar sozinhos este tema. Paiva e Paiva (2002), por exemplo, defendem que confessar desconhecimento, incertezas, debilidades e desconforto não deve envergonhar os professores; muito pelo contrário: geralmente, as nossas forças ganham mais sentido, quando advêm das nossas fraquezas. Os professores não podem, por isso, ficar reféns de preconceitos ou ideologias, pois têm que se preparar para levar a bom termo a educação sexual. O primeiro passo, segundo Cortesão *et al.* (1989), será lembrarem-se do que se passou consigo próprios, que os tenha ajudado a ultrapassar dificuldades, indo, deste modo, ao encontro das necessidades das crianças e dos jovens.

Ainda um outro requisito a ter em conta, segundo Dias *et al.* (2002), é o facto de que um professor isolado não pode chamar a si todas as tarefas que tem de desenvolver. É fundamental a partilha de ideias, de materiais e, principalmente, o trabalho em equipa. Neste seguimento, também Sampaio (2002) afirma que todas as intervenções e soluções devem ser elaboradas e aprovadas por equipas, acrescentando ainda a presença dos pais, dos órgãos de gestão e de especialistas reconhecidos pelas autoridades educativas; é a partir desta partilha de ideias e materiais que cada um estudará e preparará a parcela que servirá de base ao trabalho dos restantes elementos do grupo.

Mas há ainda a considerar a necessidade do professor possuir os seguintes atributos:

- Genuína preocupação com o bem-estar físico e psicológico dos outros;
- Personalidade equilibrada, com bom domínio de aptidões de comunicação e facilidade de relacionamento;
- Aceitação confortável da sua sexualidade e da dos outros;
- Respeito pelos valores das outras pessoas;
- Atitude favorável ao envolvimento dos pais, encarregados de educação e outros agentes educativos;
- Capacidade para reconhecer situações que requerem a intervenção de outros profissionais (médicos, psicólogos, assistentes sociais, etc.);
- Treino nas metodologias participativas e activas (Dias *et al.*, 2002, p.32).

Para além dos atributos mencionados, Went (1985, citado por Sampaio, 2002 p.29) acrescenta ainda a “confidencialidade sobre informações pessoais que possam ser explicitadas pelos alunos”. Repare-se que a necessidade de manter o sigilo e de não se escandalizar minimiza situações que poderão ser embaraçosas — sendo, com efeito, deveras importante encará-las com naturalidade, favorecendo um clima de confiança e respeito pela intimidade.

Como sabemos, por experiência, professores empenhados e que reflectem conjuntamente com os alunos sobre as suas dificuldades favorecem consideravelmente o processo de ensino/aprendizagem, bem como a motivação pela escola. Acrescente-se ainda o seguinte: o diálogo é uma porta aberta, dele dependendo, na maioria das vezes, o sucesso dos docentes.

Neste sentido, Dias *et al.* (2002) referem que o professor (outrora) distante terá de dar lugar ao professor dialogante, promotor da mudança e aberto a discussões, não devendo nunca esquecer a importância da comunicação não verbal, levando os seus alunos a descobrir a conveniência desta última no contexto relacional; e o mesmo autor refere ainda que o professor, quando orienta de uma forma transversal os alunos, tem de incrementar, simultânea e equilibradamente, qualidades não só intelectuais como afectivas e éticas. Só assim ajudará os seus alunos a integrarem o mundo onde vivem, a construírem a autonomia e a orientarem a relação destes com os difíceis sistemas de valores pelos quais se guiam as actuais sociedades democráticas.

## 2.4 A educação sexual no 1º Ciclo do Ensino Básico

Considerando as características desta faixa etária (1º Ciclo do Ensino Básico), o objectivo para a educação sexual é, primeiramente, contribuir para que as crianças tenham um melhor conhecimento do seu corpo, da compreensão da sua origem, da valorização dos afectos e da reflexão crítica acerca dos papéis sociais de ambos os sexos (Figueiredo, 2002). Logo, é fundamental trabalhar as questões da sexualidade neste nível de ensino, pois permite criar uma base favorável para obter informações cada vez mais pertinentes e desenvolver competências de maior complexidade.

Como sabemos, a aprendizagem realizada pelas crianças decorre, maioritariamente, da observação do comportamento dos pais, professores e adultos, em geral. Daí que seja primordial lembrar que a interiorização, por parte destas, de uma moral sexual não acontece, apenas, em virtude de lhe serem transmitidas explicitamente algumas normas.

De acordo com Vilar (2005), os modelos transmitidos pelos *mass media* no que à sexualidade diz respeito (nomeadamente através da publicidade e determinados programas televisivos) têm grande influência nos valores interiorizados pelas crianças e jovens. Mais ainda: este mesmo autor fala-nos da rapidez e quantidade de informação que saturam o nosso dia-a-dia — sendo que a abordagem destas questões de cariz sexual é, em muitos casos, essencial nos critérios de eficácia comercial dos *mass media*; e, como sabemos, tal processo de apropriação comercial da sexualidade não é recente.

Na perspectiva de Forreta (2002), muitos dos receios da educação sexual no 1º Ciclo do Ensino Básico advêm de uma visão essencialmente biológico/reprodutiva da sexualidade, desligada das características das crianças desta faixa etária e, por consequência, à margem dos conteúdos adequados para este nível de ensino. Ora, no decurso do 1º Ciclo do Ensino Básico, os alunos têm que desenvolver competências e atitudes, ao mesmo tempo que aumentam e consolidam os seus conhecimentos a todos os níveis, onde se inclui a educação sexual.

Sabemos, pela nossa experiência enquanto docente do 1º Ciclo, que é através do diálogo que a criança pode emitir a sua opinião em relação a vários assuntos, fazendo perguntas — às quais se deve responder sempre com naturalidade e verdade, de modo a que aquela fique devidamente esclarecida. É, pois, neste contexto, que se torna possível abordar e esclarecer temas relacionados com a sexualidade.

O professor, segundo Dias *et al.* (2002), deve criar, na turma, um real clima afectivo, levando a criança a interiorizar a importância da amizade, bem como da interajuda, da cooperação, não esquecendo também o respeito por si e pelos outros.

Dias *et al.* (2002) afirmam ainda que é desejável que as crianças descubram o valor da sexualidade e o significado da dignidade da vida humana, pois esta constitui uma salvaguarda contra tentativas de discriminação. Para tal, a adopção de estratégias para que se possam compreender e gerir os problemas referentes a esta temática são fundamentais.

A este propósito, Forreta (2002) refere que a abordagem interdisciplinar dos assuntos referentes à sexualidade será uma mais-valia no processo do ensino/aprendizagem, não perdendo de vista as necessidades e os interesses dos alunos, uma vez que estes mudam significativamente com a idade. Para López Sánchez (1996, citado por Forreta, 2002), há que também ter em conta não só o ambiente no qual a criança está inserida, como ainda a sua disponibilidade afectivo/intelectual para a abordagem e aprendizagem desta temática, de forma aberta e natural.

São quatro as áreas temáticas consideradas fundamentais: i) o conhecimento e a valorização do corpo; ii) a identidade sexual; iii) as relações interpessoais; iv) a reprodução humana. Estas quatro áreas operacionalizam-se num grupo de objectivos para o 1º Ciclo do Ensino Básico que têm como finalidade envolver valores e atitudes positivas face à sexualidade, não esquecendo, porém, a responsabilidade e o bem-estar inerentes (Forreta, 2002).

Vejamos, pois, os objectivos propostos para o 1º Ciclo referidos no documento “Educação Sexual em Meio Escolar – Linhas Orientadoras” — o primeiro documento que explicita as intenções e orientações governamentais sobre a questão da educação sexual nas escolas.

Objectivos da Educação Sexual para o 1º Ciclo do Ensino Básico:

**Aumentar e consolidar os seus conhecimentos acerca:**

- das diferentes componentes anatómicas do corpo humano, da sua originalidade em cada sexo e da sua evolução com a idade;
- dos fenómenos de discriminação social baseada nos papéis de género;
- dos mecanismos básicos da reprodução humana, compreendendo os elementos essenciais acerca da concepção, da gravidez e do parto;
- dos cuidados necessários ao recém-nascido e à criança;
- do significado afectivo e social da família, das diferentes relações de parentesco e da existência de vários modelos familiares;

- da adequação dos diferentes contactos físicos nos diversos contextos de sociabilidade;

- dos abusos sexuais e outros tipos de agressão.

**Desenvolver atitudes:**

- de aceitação das diferentes partes do corpo e da imagem corporal;
- de aceitação positiva da sua identidade sexual e da dos outros;
- de reflexão face aos papéis de género;
- de reconhecimento da importância das relações afectivas na família;
- de valorização das relações de cooperação e de interajuda;
- de aceitação do direito de cada pessoa a decidir sobre o seu próprio corpo.

**Treinar e adquirir competências para:**

- expressar opiniões e sentimentos pessoais;
- comunicar acerca de temas relacionados com a sexualidade;
- cuidar, de modo autónomo, da higiene do seu corpo;
- actuar de modo assertivo nas diversas interações sociais (com os familiares, amigos, colegas e desconhecidos);
- adequar os contactos físicos aos diferentes contextos de sociabilidade;
- identificar e adoptar respostas assertivas em situações de injustiça, abuso e perigo e saber procurar apoio, quando necessário. (Ministérios da Educação e da Saúde, APF, 2000, pp. 67-69)

Contudo, e apesar dos objectivos acima referidos, há que ter em conta a pedagogia a utilizar, bem como as metodologias e as estratégias mais adequadas. A prática pedagógica em educação sexual deve apelar à participação e à iniciativa dos alunos, promovendo a motivação e o bem-estar do grupo, facilitando o diálogo em temas considerados mais difíceis e íntimos. Daí que o professor tenha de demonstrar atitudes de naturalidade e tolerância, tratando os temas relacionados com a sexualidade de forma franca. Só assim as possíveis dúvidas serão expostas, devendo ser esclarecidas com uso da verdade.

E, como é comumente sabido, partir do interesse dos alunos e daquilo que lhes é mais próximo é fundamental, já que, agindo assim, aqueles sentem-se mais envolvidos no processo de aprendizagem. Por outro lado, também o recurso a situações lúdicas (por exemplo, o recurso a canções, a histórias e a utilização de imagens apelativas) serão o mote para o desenvolvimento de diferentes conteúdos; e não esqueçamos ainda as visitas de estudo, excelente meio para promover e ampliar os conhecimentos (Forreta, 2002).

Independentemente das tarefas propostas, é essencial não esquecer o seguinte: o sucesso destas tarefas depende muitas vezes da clareza das instruções fornecidas

aos alunos, devendo as actividades ser sempre desafiantes (Pan, 1997, citado por Forreeta, 2002).

## **2.5 Articulação escola/família face à educação sexual**

A família e a escola são dois importantes ambientes sociais que proporcionam à criança estímulos, ambientes e modelos fundamentais que servirão de referência para as suas condutas, sendo, ao mesmo tempo, instituições vitais no crescimento da criança.

No plano legal, o envolvimento das famílias nas escolas remonta a 1976, ano em que, através da Constituição da República Portuguesa, se consagra a necessidade e cooperação entre o Estado e as famílias, tendo em vista a educação das crianças e dos jovens. Segundo Diogo (1998), o Decreto-Lei nº769-A/76 foi o motor de uma política relativamente à participação dos pais e encarregados de educação em meio escolar. Com este Decreto, foi possível a participação dos pais e encarregados de educação nos conselhos de turma. No entanto, esta participação era apenas de natureza disciplinar. Foram necessários dez anos para que fosse dado um novo protagonismo das famílias na vida escolar dos seus educandos, através da entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Educativo. O envolvimento das famílias nas escolas passou, então, a ser mais notório, embora, para o autor supracitado, muito ainda poderá ser feito.

Como se depreenderá, a finalidade principal da interacção entre os pais e/ou encarregados de educação e os professores é a socialização da criança, bem como a sua iniciação na vida em sociedade, não esquecendo também a sua preparação para o futuro. Urge, por isso, ter consciência de que a partilha entre estas duas instituições (a escola e a família) são uma mais-valia para a criança.

Considerando, então, que a família e a escola são os dois contextos sociais que mais contribuem para a educação da criança, é importante que haja uma relação estreita entre os dois; e, no que se refere às particularidades da educação sexual, este princípio deve ser ainda mais reforçado, uma vez que a falta de articulação entre escola e as famílias poderá coibir a continuidade de actividades pondo em causa a sua qualidade (Marques, 2002).

Esta perspectiva é sublinhada por Paiva e Paiva (2002, p.36), ao afirmarem que “a participação dos pais é vital e não é novidade nenhuma que a educação para a sexualidade deve ser por excelência feita na família”. Contudo, adiantam ainda que há

a necessidade de a escola ter em conta todas as crianças, principalmente aquelas em que as famílias não são capazes de proporcionar educação a esse nível.

Nas palavras de Marques (2002, p.31), no que concerne ao princípio básico e orientador, a educação sexual “deve ser assumida como um direito das crianças e os pais devem ser encarados como elementos inevitáveis envolvidos nesse processo, e não como uma obstrução”; este autor adianta ainda que, deste modo, as iniciativas terão mais sucesso e serão mais e melhor adaptadas às necessidades das crianças e interesses da família e da comunidade, em geral.

De acordo com Marques (2002), não deverá, de forma alguma, haver qualquer tipo de competição entre a escola e a família e os papéis que cada uma destas instituições desempenha, pois dificilmente uma é substituída da outra. É certo que a família tem primazia sobre todos os agentes, pelo papel que naturalmente desempenha em relação à criança; contudo, não menos certo é o facto de que pode e deve existir uma conjugação com o papel atribuído às escolas no âmbito da educação sexual, pois estas contribuem consideravelmente para o desenvolvimento das competências básicas para o exercício da cidadania.

Ainda segundo Marques (2002), os docentes são frequentemente solicitados pelos pais/encarregados de educação, de forma a obterem algum apoio e orientação no que diz respeito à educação sexual. Logo, não há que temer qualquer tipo de conflito, desde que exista uma comunicação estreita entre a escola e as famílias, e desde que estas entendam as intenções e práticas docentes. No entanto, para que tal aconteça, o professor deve clarificar o que é, realmente, a educação sexual, utilizando princípios éticos, divulgando as actividades em curso, bem como os recursos pedagógicos a implementar. Só assim “será mais fácil desvanecer as possíveis dúvidas ou anseios que, naturalmente, se geram quando este tema é posto em discussão, assim como se garantirá que as opiniões dos pais são baseadas no conhecimento pleno do que se está a executar e não numa representação desfasada da realidade” (Marques, 2002, p.33).

Todavia, há ainda muitos profissionais que referem que os pais, apesar do interesse demonstrado, nem sempre aderem à participação directa em actividades direccionadas para eles. Há, pois, que recorrer a um vasto número de estratégias, que devem servir, em simultâneo, os interesses da escola e da família. “Provavelmente, esta dificuldade exigirá graus mais acentuados de criatividade, sustentados por uma reflexão crítica por parte dos profissionais (...) no sentido de encontrar formas de acção que, mesmo que lentamente, possam contribuir para alterar este cenário” (Marques, 2002, p.33).

Pelo exposto, parece-nos, então, pertinente concluir que a articulação entre a escola e a família é muito importante a todos os níveis, nomeadamente no que se refere à educação sexual. Esta comunicação favorece a vida familiar, sendo um excelente contributo para a promoção do diálogo em casa sobre os mais diversos temas — que, de outra forma, poderiam nunca ser abordados ou explicitados.

É com base nesta problemática que surge o nosso estudo empírico, o qual procura averiguar a percepção dos pais/encarregados de educação e dos professores, relativamente à educação sexual em meio escolar e verificar quais as principais diferenças a este nível.

---

**SEGUNDA PARTE**  
**INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA**

---

## **CAPÍTULO 3**

### **METODOLOGIA**

A conceptualização de qualquer investigação ajuda a organizar o pensamento num sistema de termos significativos ao qual nos podemos referir de maneira rigorosa e não ambígua. Neste sentido, pretende-se, delimitar, num primeiro momento, o problema de investigação a estudar, pois, tal como defendem Polit e Hungler (1995, p. 33), este é “o primeiro passo no processo científico”.

Assim, neste capítulo será enunciado o problema, formulados os objectivos e as hipóteses que estão na origem do estudo. Revelar-se-á ainda o tipo de investigação, bem como os instrumentos de recolha de dados. Uma vez caracterizadas a população alvo e a amostra de estudo, analisar-se-ão os resultados obtidos, com a posterior discussão.

Particular referência merece a noção de metodologia que, segundo Fortin (1999, p.79), é “o conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica”. Esta deve constituir um procedimento racional e sistemático que tem como objectivo proporcionar resposta ou solução aos problemas que são propostos utilizando processos científicos. A metodologia não procura soluções mas escolhe a maneira de as encontrar, integrando os conhecimentos actuais a respeito dos métodos em vigor nas diferentes áreas científicas.

#### **3.1 Tipo de investigação**

Para encontrarmos respostas para o problema de investigação, propusemo-nos realizar um estudo empírico, recorrendo à investigação de natureza quantitativa, nomeadamente a uma pesquisa de carácter descritivo e comparativo, utilizando o inquérito por questionário.

Esta escolha justifica-se mediante a opinião de alguns autores, que de uma maneira sucinta apontam a análise quantitativa como forma de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretação (Fortin, 1999).

Ainda de acordo com Fortin (1999), este tipo de estudo tem como finalidade descrever uma população e obter mais informações sobre a mesma, ao mesmo tempo que se investiga uma temática ainda pouco explorada. A acrescentar a este facto, o

nosso estudo é também transversal, visto que os dados foram colhidos num só momento: “os dados de cada sujeito representam essencialmente um momento no tempo” (Argimon & Jimenez, 2000, p.15).

### **3.2 Problema e objectivos de investigação**

A educação sexual deve estar presente ao longo de toda a escolaridade, nas suas componentes de informação e formação integral e continuada do educando. Haverá um acréscimo de intervenções com novos conteúdos, valores, à medida que a pessoa vai crescendo no desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Será uma acção pedagógica que garanta o rigor dos objectivos, conteúdos e metodologias próprias para cada nível de desenvolvimento psicológico com uma conexão entre as diversas etapas.

É notável a divergência de opiniões, na nossa sociedade, em torno da sexualidade. Ora, constatar esta realidade não será um obstáculo, visto ser este o ambiente onde se movem as crianças, os adolescentes os pais e educadores. Daí que seja imperativo a comunicação e o diálogo, na procura de um núcleo comum, consensual, de valores que proporcione uma salutar convivência, o debate, a confrontação, a formação do espírito crítico, a descoberta dos próprios valores e convicções.

Assim sendo, o problema desta investigação pode ser definido pelas seguintes questões:

**Qual a percepção de pais/encarregados de educação e professores em relação à educação sexual em meio escolar, no 1º Ciclo do Ensino Básico?**

**Quais as principais diferenças ao nível da percepção de pais/encarregados de educação e professores no que concerne à educação sexual em meio escolar?**

Ao estabelecerem-se os objectivos, está-se, ao mesmo tempo, a delinear metas orientadas do processo de um estudo e a equacionar as vertentes que o irão guiar na pesquisa bibliográfica e de campo.

Deste modo, os objectivos que se pretendem alcançar com o presente trabalho são:

**Objectivos gerais:**

- Conhecer as percepções dos pais/encarregados de educação sobre o ensino da sexualidade no 1º Ciclo do Ensino Básico.
- Conhecer as percepções dos professores sobre o ensino da sexualidade no 1º Ciclo.
- Comparar as percepções dos pais/encarregados de educação e dos professores relativamente à abordagem desta temática no 1º Ciclo.
- Verificar se existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção dos pais/encarregados de educação e professores no que concerne à educação sexual em meio escolar no 1º Ciclo.

**Objectivos específicos:**

- Averiguar o grau de conhecimento sobre a sexualidade dos pais/encarregados de educação e dos professores.
- Averiguar o grau de conhecimento do educando sobre a sexualidade na óptica dos pais/encarregados de educação e professores.
- Identificar as principais dúvidas dos educandos que envolvam a sexualidade.
- Conhecer as percepções dos pais/encarregados de educação e professores sobre a importância do ensino da sexualidade no 1º Ciclo.
- Identificar os principais interlocutores na abordagem do tema na perspectiva dos pais/encarregados de educação e professores.
- Saber se os pais/encarregados de educação consideram esta temática pertinente na escola.
- Apurar se os pais/encarregados de educação e professores estão de acordo com o início da abordagem da educação sexual no 1º Ciclo.
- Averiguar se os pais/encarregados de educação conhecem a legislação sobre a educação sexual em meio escolar.
- Verificar se os pais/encarregados de educação e professores consideram pertinente a articulação entre a escola e a família no que concerne à educação sexual em meio escolar.

### **3.3 Variáveis**

Variável é uma qualidade, propriedade ou característica das pessoas ou objectos em estudo, podem ser enumeradas e medidas quantitativamente, variando de um sujeito para outro (Canales, Alvorado & Pineda, 1990).

Em todas as hipóteses vamos verificar se há diferenças ao nível das variáveis seguidamente descritas em função de ser pai/encarregado de educação ou professor.

- Grau de conhecimentos sobre a sexualidade do próprio (pais/encarregados de educação e professores).
- Grau de conhecimento sobre a sexualidade do educando.
- Dificuldade em abordar o tema da sexualidade.
- Relevância atribuída à leccionação da educação sexual no 1º Ciclo do Ensino Básico.
- Aceitação da obrigatoriedade da leccionação da educação sexual.
- Grau de adequação da forma de abordagem do tema da sexualidade no 1º Ciclo.
- Percepção sobre a eficácia da educação sexual leccionada nas escolas do 1º Ciclo.
- Percepção da importância da relação entre a escola/família na educação sexual.

Estas variáveis foram operacionalizadas através dos itens II.3; II.4; II.9; III.1; III.3.1; III.7; III.8; III.10; III.11 dos questionários aos pais/encarregados de educação e aos professores

### **3.4 Hipóteses de investigação**

Uma hipótese é “um enunciado conjectural entre duas ou mais variáveis” (Kerlinger, 1980, p.38). Ela tem como finalidade antecipar relações entre variáveis, propor explicações para determinados factos e acontecimentos orientando, ao mesmo tempo a obtenção de informação.

Para Polit e Hungler (1993, p.76) “a hipótese é uma previsão experimental, ou uma explicação da relação entre duas ou mais variáveis. Em outras palavras, uma

hipótese traduz o enunciado do problema para uma previsão precisa e clara dos resultados esperados”.

Podemos afirmar que as hipóteses são formulações provisórias de prováveis respostas. São uma explicação antecipada que permite a aproximação da realidade, procurando explicar o que se desconhece, ou que se tem dúvida.

Tendo por referência o problema e os objectivos do estudo e na sequência dos pressupostos teóricos, formularam-se as hipóteses, que abaixo explicitamos.

- H1: Existem diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento sobre a sexualidade percebido pelos pais/encarregados de educação e pelos professores.
- H2: Existem diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento do educando percebido pelos pais/encarregados de educação e pelos professores.
- H3: Existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à dificuldade em abordar o tema da sexualidade entre pais/encarregados de educação e professores.
- H4: Existem diferenças estatisticamente significativas no que toca à relevância atribuída ao ensino da sexualidade no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e por professores.
- H5: Existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à aceitação da obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e por professores.
- H6: Existem diferenças estatisticamente significativas quanto à adequação dos conteúdos da educação sexual, no 1º Ciclo, em relação à faixa etária, percebida por pais/encarregados de educação e por professores.
- H7: Existem diferenças estatisticamente significativas na opinião dos pais/encarregados de educação e dos professores no que concerne ao grau de adequação da forma de abordagem do tema da sexualidade no 1º Ciclo.
- H8: Existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção dos pais/encarregados de educação e dos professores quanto à eficácia da educação sexual no 1º Ciclo.
- H9: Existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à importância da ligação entre a escola e a família percebida por pais/encarregados de educação e por professores.

### 3.5 Caracterização da população e amostras

Para que seja possível a realização de uma investigação sobre a população em estudo, torna-se imperativo que seja retirada uma amostra representativa, capaz de identificar as características inerentes a essa população. Este consistirá no processo de amostragem, portanto na selecção de unidades representativas de uma população para uma investigação ou pesquisa (Wood, 2001).

O processo de selecção da amostra requer alguns cuidados metodológicos que a tornem representativa da população a que pertence, como forma de permitir a generalização dos resultados ao universo populacional de que foi retirada (Albuquerque, 2004).

Richardson (1989) e Canales, Alvarado e Pineda (1990) são unânimes quanto ao significado de amostra no contexto da investigação. Consideram-na, pois, como o subconjunto da população ou universo, sob o qual recai o estudo e através do qual se estabelecem ou estimam as características desse universo ou população. Gil (1993) acrescenta a este facto, que a amostra populacional deve ser seleccionada em função dos critérios, de modo a levar a cabo o estudo que se pretende e a permitir a aproximação dos resultados o mais possível daqueles que seriam obtidos se o estudo fosse com todos os elementos do universo.

Dos oito Agrupamentos do Concelho de Viseu (João de Barros, Infante D. Henrique, Grão Vasco, Viso, Dr. Azeredo Perdigão, Mundão, Vil de Soito e Silgueiros) optou-se pelos três mais significativos em termos numéricos no que diz respeito aos docentes, pais/encarregados de educação e alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Contudo, a selecção destes Agrupamentos, prendeu-se ainda com outras razões, nomeadamente a receptividade à investigação, bem como a proximidade do do local de trabalho da investigadora.

É de salvaguardar que, apesar da receptividade por parte dos Agrupamentos, e da colaboração dispensada, optámos por não os identificar devido à natureza do tema (sexualidade) que ainda levanta algumas querelas.

Foram enviados duzentos e setenta e sete questionários, dos quais cento e vinte e sete dirigidos a professores e cento e cinquenta a pais/encarregados de educação.

Foram devolvidos cinquenta e seis questionários dos professores, correspondendo a uma taxa de resposta de 44% e noventa questionários respondidos por pais/encarregados de educação, com uma taxa de resposta de 60%.

### 3.5.1 Pais e encarregados de educação

Dos 90 questionários dirigidos aos pais/encarregados de educação apurou-se que 75,6% foram respondidos pelas mães e 21,1% por pais (cf. Tabela 1)

No entanto, é de referir que 3 dos 90 questionários foram respondidos por uma avó e duas tias na qualidade de encarregadas de educação, com 1,1% e 2,2%, respectivamente.

Tabela 1 - Distribuição dos pais/encarregados de educação, por grau de parentesco

<b>Grau de parentesco</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Pai	19	21,1
Mãe	68	75,6
Avó	1	1,1
Tia	2	2,2
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Relativamente à distribuição dos pais/encarregados de educação por escalão etário, constata-se que as maiores frequências observadas situam-se ao nível dos escalões de 35 a 44 anos, com 81,1% dos respondentes. Apenas 1 inquirido tem idade superior a 55 anos (cf. Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição dos pais/encarregados de educação, por escalão etário

<b>Escalão Etário</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
25 a 34 anos	7	7,8
35 a 44 anos	73	81,1
45 a 54 anos	9	10,0
55 e mais anos	1	1,1
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Os respondentes são, na quase totalidade, casados (85,6% das respostas obtidas) conforme pode ser observado na Tabela 3. Apenas 2 (2,2%) inquiridos são viúvos, seguindo-se os solteiros e os divorciados, com 4,4% e 7,8%, respectivamente.

Tabela 3 - Distribuição dos pais/encarregados de educação, por estado civil

<b>Estado civil</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Solteiro(a)	4	4,4
Casado(a)	77	85,6
Viúvo(a)	2	2,2
Divorciado(a)	7	7,8
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

A variável profissão foi operacionalizada por categorias profissionais, de acordo com a Classificação Nacional das Profissões (CNP) e disponível no sítio da internet do Instituto do Emprego e Formação Profissional em <http://portal.iefp.pt>, (cf. Tabela 4).

Uma percentagem significativa das profissões dos pais/encarregados de educação enquadra-se na categoria de especialistas das profissões intelectuais e científicas (40%), seguido dos que exercem profissões administrativas e similares (18,9%).

De assinalar também uma percentagem idêntica de trabalhadores não qualificados (16,7%) e de técnicos e profissionais de nível intermédio (14,4%) e de pessoal dos serviços e vendedores (6,7%).

Tabela 4 - Distribuição dos pais/encarregados de educação, por situação profissional

<b>Categoria Profissional</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Quad Sup Adm Pública, Dirig e Quad Sup Empresas	2	2,2
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	36	40,0
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	13	14,4
Pessoal Administrativo e Similares	17	18,9
Pessoal dos Serviços e Vendedores	6	6,7
Operadores de Instalações e Máquinas e Trab da Montagem	1	1,1
Trabalhadores Não Qualificados	15	16,7
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Como se observa na Tabela 5, a maioria dos inquiridos tem um curso superior (55,6%). De registar também que 21,1% têm ensino secundário e 15,5% o 3º Ciclo (9º ano). Apenas 2 (2,2%) e 3 (3,4%) respondentes têm o 1º e 2º Ciclos, respectivamente.

As habilitações académicas são relativamente elevadas, se tivermos em conta o panorama a nível nacional.

Tabela 5 - Distribuição dos pais/encarregados de educação, por nível de escolaridade

Nível de Escolaridade	N	%
1º Ciclo (tem o 4º ano)	2	2,2
2º Ciclo (tem o 6º ano)	3	3,4
3º Ciclo (tem o 9º ano)	14	15,5
Ensino Secundário (tem o 11º ou 12º ano)	19	21,1
Curso Superior (Bacharelato ou Licenciatura)	50	55,6
Doutoramento	1	1,1
Não resposta	1	1,1
Total	90	100,0

### 3.5.2 Professores

A amostra de professores do 1º Ciclo do Ensino Básico é constituída por 89,3% de elementos do sexo feminino e 10% do sexo masculino.

Tabela 6 - Distribuição dos professores, por sexos

Sexo	N	%
Masculino	6	10,7
Feminino	50	89,3
Total	56	100,0

Metade dos professores tem idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos e uma percentagem ainda significativa (37,5%) tem entre 45 e 54 anos. Apenas 3 (5,4%) dos 56 docentes têm idade igual ou superior a 55 anos (cf. Tabela 7).

Tabela 7 - Distribuição dos professores, por escalão etário

<b>Escalão etário</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
25 a 34 anos	4	7,1
35 a 44 anos	28	50,0
45 a 54 anos	21	37,5
55 e mais anos	3	5,4
Total	56	100,0

Os respondentes são, na esmagadora maioria, casados (83,9%), seguindo-se os docentes solteiros (8,9%) e os divorciados (7,2%) (cf. Tabela 8).

Tabela 8 - Distribuição dos professores, por estado civil

<b>Estado civil</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Solteiro(a)	5	8,9
Casado(a)	47	83,9
Divorciado(a)	4	7,2
Total	56	100,0

A variável tempo de serviço na carreira docente, foi agrupada em 3 escalões: menos de 15 anos, de 15 a 24 anos e com 25 anos e mais.

Constata-se que apenas 19,6% dos docentes têm menos de 15 anos de tempo de serviço. A maioria (53,6%) situa-se entre os 15 e 24 anos de tempo de serviço (cf. Tabela 9).

Tabela 9 - Distribuição dos professores, por tempo de serviço

<b>Tempo de serviço</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Inferior a 15 anos	11	19,6
15 a 24 anos	30	53,6
25 e mais anos	15	26,8
Total	56	100,0

Quanto à situação profissional, 91% dos professores pertencem ao Quadro de Escola e Quadro de Agrupamento, ou seja, têm vínculo ao ensino. Apenas 7,1% dos professores estão em regime de contrato (cf. Tabela 10).

Tabela 10 - Distribuição dos professores, por situação profissional

Situação profissional	N	%
Quadro de Escola	33	58,9
Quadro de Agrupamento	18	32,1
Contratado	4	7,1
Não resposta	1	1,9
Total	56	100,0

De acordo com os dados obtidos e apresentados na Tabela 11, a grande maioria dos professores tem Licenciatura (91,0%). Há ainda a registar dois respondentes com o grau de Bacharelato (3,6%) e outros dois com Pós-Graduação (3,6%). Apenas 1 inquirido (equivalente a 1,8%) detém o grau de Mestre.

Tabela 11 - Distribuição dos professores, por habilitações académicas

Nível de escolaridade	N	%
Bacharelato	2	3,6
Licenciatura	51	91,0
Pós Graduação	2	3,6
Mestrado	1	1,8
Total	56	100,0

### 3.6 Instrumentos de recolha de dados

A presente investigação privilegia o inquérito por questionário como instrumento de recolha de dados, tendo em conta o problema definido e os objectivos do estudo empírico. Este é um instrumento de recolha de informação adequado sempre que o investigador deseje obter informações relativas às opiniões dos participantes no estudo (Fortin, 1999).

Segundo Quivy (1998), o inquérito por questionário consiste em realizar um conjunto de questões a uma determinada população que seja representativa, relativamente às suas opiniões, opções e expectativas referentes a um determinado assunto que interesse aos investigadores.

No inquérito por questionário as questões devem ser muito bem estruturadas. Deve ser organizado por temas claramente enunciados, deixando para o final aquelas questões mais melindrosas ou mais difíceis.

Segundo Carmo e Ferreira (1998), um inquérito por questionário integra diversos tipos de perguntas entre elas, salientamos:

- perguntas de identificação que, tal como o nome indica, identificam o indivíduo através de grupos sociais específicos e não nominalmente, uma vez que, em geral, os questionários são anónimos;
- perguntas de informação das quais se recolhem dados sobre as opiniões dos inquiridos.

Na construção dos questionários, a formulação das questões, independentemente do uso que lhe queiramos dar, é um aspecto importante a ter em conta. Conforme referem Ghiglione e Matalon (2003), qualquer erro ou ambiguidade associados à elaboração do questionário levará a conclusões erróneas. Logo, é aconselhável que as questões sejam formuladas de modo a que sejam perfeitamente entendidas pelo inquirido.

No que concerne ainda à elaboração das questões e, de acordo com os autores supramencionados, estas podem ser abertas ou fechadas. Relativamente às últimas, estas podem ter várias formas, permitindo, no entanto, uma análise estatística. No que diz respeito às questões abertas “aquelas a que os inquiridos respondem como querem, utilizando o seu próprio vocabulário” (p.115), a análise de conteúdo a que estão sujeitas é mais trabalhosa.

O questionário deve ser construído de acordo com o tipo de população que vamos investigar, de modo a que esta seja capaz de compreender cada uma das questões. Também as questões que são colocadas não devem levantar recusas devido ao seu conteúdo, por parte de quem responde.

Optou-se pelo questionário, pois o tema em estudo é ainda considerado por muitos um *tabu*. Assim, os inquiridos poderão sentir-se menos constrangidos e contribuir com as suas opiniões de uma forma mais verdadeira e assertiva.

Contudo, tal como acontece com outros instrumentos, há com certeza algumas limitações, nomeadamente o problema das não respostas, facto que se registou em algumas das questões colocadas.

Neste estudo foram elaborados dois questionários, baseados na revisão bibliográfica e nos objectivos orientadores da pesquisa, sendo um destinado aos pais/encarregados de educação e outro aos professores. Deste modo, podem comparar-se as percepções dos pais e professores relativamente à abordagem desta temática, no 1º Ciclo.

Após a elaboração do questionário, antes de se proceder à colheita de dados, e com o objectivo de se conseguir uma maior precisão na abordagem do tema, foi efectuado um pré-teste.

O pré-teste, segundo Gauthier (2003), consiste na aplicação prévia do instrumento de colheita de dados a um grupo que apresente as mesmas características da amostra em estudo e tem como objectivo rever e direccionar alguns aspectos da investigação. Permite reformular certas questões de acordo com a pertinência da informação que se procura obter, bem como a avaliação da adequabilidade da linguagem utilizada e, ao mesmo tempo, analisar as respostas à luz das exigências da pesquisa.

Também Ghiglione e Matalon (2003) sublinham a ideia anterior, ao referirem que “é necessário garantir que o questionário seja de facto aplicável e que responda efectivamente aos problemas colocados pelo investigador” (p.117). Assim, o pré-teste deve ser aplicado a indivíduos que façam parte da população que queremos analisar. Ainda segundo os mesmos autores, apesar deste passo (pré-teste) não ser obrigatório, é uma etapa muito importante que permite, caso seja necessário, a reformulação do questionário.

O pré-teste foi efectuado durante o mês de Outubro de 2010 e foi preenchido por cinco professores do 1º Ciclo do Ensino Básico e por dez pais cujos filhos frequentavam o mesmo Ciclo. Estes sujeitos não fizeram parte da amostra do estudo final.

Concluiu-se, após o preenchimento dos questionários, que existiam dúvidas relativamente à explicitação de algumas questões, pelo que houve necessidade de proceder a reajustamentos, nomeadamente na questão 5 e na questão 6.1, da III parte dos questionários.

Relativamente à questão 5, respeitante à carga horária dedicada à educação sexual no 1º Ciclo, optou-se por explicitar, conforme nos indica a Lei, que as seis horas referidas no formulário são anuais. Em relação à questão número 6.1, pretendeu-se dar aos respondentes maior liberdade na explanação das finalidades da Lei referente à educação sexual em meio escolar, permitindo que os mesmos as explicassem por palavras próprias, no caso de terem conhecimento destas.

Uma vez que é necessário uma autorização do Ministério da Educação sempre que se trata da realização de investigações em meio escolar, submetemos os instrumentos de recolha de dados à apreciação da Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), através do endereço electrónico <http://mine.gepe.min-edu.pt>. De realçar que ambos os questionários foram aprovados (cf. Anexo 1).

Relativamente à estrutura dos questionários, foi feita primeiramente, uma pequena introdução dando a conhecer o fim a que se destinavam e importância em participar no estudo. Salientou-se ainda a relevância da opinião de cada inquirido a respeito dos assuntos referidos, garantindo o anonimato e confidencialidade das respostas.

Os questionários aos pais/encarregados de educação (cf. Anexo 2) e aos professores (cf. Anexo 3) seguem uma estrutura idêntica e apresentam-se divididos em três partes:

A primeira parte é constituída essencialmente por questões de identificação dos sujeitos no que concerne a dados sóciodemográficos, tais como, a idade, o sexo, o estado civil, a profissão e as habilitações literárias.

A segunda parte compõe-se essencialmente por questões fechadas, tendo também algumas questões abertas que se prendem com pedidos de justificação. As questões pertencentes a esta segunda parte referem-se às concepções sobre a sexualidade de uma forma geral. Os inquiridos, para além de responderem a questões sobre o início da sexualidade e se consideram que existe uma idade para tal, são também chamados a pronunciarem-se sobre o seu grau de conhecimento sobre a sexualidade bem como o do(s) seu(s) filho(s) ou educando(s). É-lhes ainda perguntado se estão à vontade para abordar o tema e se manifestam dúvidas relativamente a esta temática.

Na terceira parte, as questões apresentadas dizem respeito à percepção dos inquiridos sobre a sexualidade. Aqui são apresentadas também questões fechadas e abertas, sendo estas últimas de carácter justificativo. Estas questões prendem-se, essencialmente, sobre o ensino da sexualidade no 1º Ciclo, a sua importância, obrigatoriedade e preparação dos agentes que leccionam nas escolas este tema. Os sujeitos inquiridos são ainda questionados sobre a Lei nº 60/2009 que confere um carácter de obrigatoriedade à educação sexual. São questionados essencialmente sobre a carga horária, as finalidades e a eficácia da aplicação desta Lei nas escolas. Por último, são convidados a manifestarem a sua opinião sobre a importância da articulação entre a escola e a família e se estariam dispostos em participar em acções de sensibilização e debates sobre estratégias e métodos de ensino da sexualidade, pedindo-lhes ainda sugestões de possíveis temas a abordar.

### 3.7 Procedimento

Na realização deste trabalho, procurou assegurar-se o respeito pelos processos metodológicos, de modo a minimizar possíveis enviesamentos. Foi ainda preocupação não negligenciar as questões éticas e morais inerentes à abordagem desta problemática.

Ao longo de todo o processo de investigação, atendeu-se de forma particular à salvaguarda do anonimato dos inquiridos, tanto na fase do pré-teste como na fase de distribuição dos questionários. Dada a natureza do tema, foi igualmente tido em atenção a protecção da intimidade, sendo os inquiridos livres de responderem, ou não, às questões colocadas. Para além de todos estes aspectos referidos, salienta-se o cuidado de nenhum dado obtido ser divulgado a terceiros, assegurando a confidencialidade das respostas.

A construção do questionário desenrolou-se durante o início no ano lectivo (2010/2011), mais propriamente no mês de Setembro. Para tal, baseámo-nos na revisão bibliográfica e nos objectivos desta investigação.

Após a elaboração do questionário, foram realizados todos os procedimentos para o pedido de autorização dos inquéritos à DGIDC, como já foi referido anteriormente, cuja resposta foi positiva.

Depois da aprovação dos mesmos, foi solicitada autorização aos Presidentes dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Viseu com que trabalhámos, procurando elucidar os seus responsáveis sobre a natureza e finalidade desta investigação.

Podemos afirmar que a recepção por parte dos três Presidentes dos Agrupamentos de Escolas foi agradável, mostrando-se disponíveis para colaborar. Todos os questionários, quer dos pais/encarregados de educação, quer dos professores foram entregues aos Presidentes dos Agrupamentos pela própria investigadora em Novembro de 2010. Uma vez que se aproximava o final do primeiro período, sendo esta uma fase de muito trabalho para os docentes, a posterior recepção só foi possível um mês depois, sendo ainda alguns recepcionados em Janeiro de 2011.

A distribuição dos questionários aos professores foi feita com a colaboração dos Presidentes dos Agrupamentos e Coordenadores do 1º Ciclo. No que concerne à distribuição dos questionários aos pais/encarregados de educação, estes foram distribuídos pelos docentes do 1º Ciclo, cuja colaboração foi preciosa.

Foi ainda referido que, após o tratamento dos dados e a conclusão do trabalho, este poderia ser facultado aos interessados, caso o desejassem.

### 3.8 Análise e tratamento de dados

Na análise de dados da investigação de tipo quantitativo, o tratamento estatístico é uma fase crucial do processo, uma vez que os dados recolhidos no decorrer da pesquisa necessitam de ser resumidos e analisados com recurso à estatística, para permitir responder às questões de investigação e ao teste das hipóteses.

Polit e Hungler (1995) referem que, sem a ajuda da estatística, os dados recolhidos no decurso de uma pesquisa constituiriam pouco mais que uma massa caótica de números. Evidenciam ainda que os procedimentos estatísticos permitem ao investigador reduzir, resumir, organizar, avaliar, interpretar e comunicar a informação numérica, fornecendo métodos e meios que permitem confirmar, ou refutar, a existência de relação entre duas ou mais variáveis.

No presente estudo, os dados recolhidos foram processados e analisados com recurso ao *SPSS (Statistica Package for Social Sciences)*, versão 11.5.

Foi assumido um grau de confiança de 95% como o valor dos resultados dos testes de hipóteses, rejeitando-se a hipótese quando a probabilidade do erro de tipo I for inferior a 0,05. De acordo com D'Hainaut (1990, p.162), utilizar-se-ão os seguintes níveis de significância:  $p > 0,05$  (não significativo);  $p < 0,05$  (significativo);  $p < 0,01$  (bastante significativo);  $p < 0,001$  (altamente significativo).

Serão aplicadas as seguintes técnicas estatísticas de carácter descritivo a todas as questões e técnicas de carácter inferencial àquelas que operacionalizavam as variáveis presentes na hipóteses atrás apresentadas (cf. Tabela 12).

Tabela 12 - Análise estatística utilizada

Questões	Técnicas
Todas as questões	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise de distribuição de frequências simples e relativa.</li> </ul>
Questões-chave para a verificação das hipóteses.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas de tendência central;</li> <li>Medidas de assimetria e de achatamento;</li> <li>Testes de normalidade;</li> <li>Análise de outliers;</li> <li>Teste de independência Mann-Whitney.</li> </ul>

As medidas de tendência central, nomeadamente a moda e as estatísticas Skewness (assimetria) e Kurtosis (achatamento)<sup>1</sup> são pressupostos que se deverão verificar para a utilização das questões em diferentes análises, nomeadamente na verificação de amostras não unimodais e no cruzamento com outras variáveis.

---

<sup>1</sup> Skewness/Std Error:

- > 1,96 : trata-se de uma distribuição assimétrica positiva ou enviesada à esquerda;
- entre - 1,96 e 1,96: não rejeitar a hipótese da distribuição ser simétrica;
- < -1,96: trata-se de uma distribuição assimétrica negativa ou enviesada à direita.

Kurtosis/Std Error::

- > 1,96: trata-se de uma distribuição leptocúrtica, isto é menos achatada que a normal;
- entre -1,96 e 1,96: trata-se de uma distribuição mesocúrtica;
- < -1,96: trata-se de uma distribuição placúrtica, isto é mais achatada que a normal.

Para valores aproximadamente |2| não rejeitar a hipótese da distribuição ser simétrica e mais próxima da normal (Pestana & Gageiro, 2003).

## **CAPÍTULO 4**

### **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Começamos por apresentar os dados que resultam da análise descritiva (frequências absolutas e relativas). A apresentação dos resultados segue a ordem das questões colocadas no questionário.

Posteriormente, serão apresentados os dados que resultam da aplicação de técnicas de estatística inferencial sempre que se pretende testar a existência de diferenças estatisticamente significativas nas variáveis ao nível dos pais/encarregados de educação e professores.

Os resultados serão apresentados em quadros pormenorizados, pois deste modo, haverá uma melhor identificação dos resultados, facilitando a sua leitura e interpretação.

#### **4.1 Análise descritiva**

##### **4.1.1 Dados de caracterização das concepções sobre a sexualidade**

- **Idade para início do namoro**

Na Tabela 13, são apresentados os dados relativos aos pais/encarregados de educação relativamente à idade para começar a namorar. As respostas obtidas estão concentradas nas idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, quer relativamente aos rapazes, quer relativamente às raparigas, com 71,2% e 77,9% das respostas, respectivamente.

Destacamos, contudo, os 16 anos, tanto nos rapazes (26,7%) como nas raparigas (28,9%), a idade escolhida pela maioria dos pais/encarregados de educação, como sendo a ideal para o início do namoro.

É ainda de salientar que há respondentes que consideram a idade para início de namoro a partir dos 20 anos, chegando mesmo a ponderar os 25 anos, quer para os rapazes quer para as raparigas. No entanto, neste intervalo, apenas verificamos um total de 7,8% e 6,6% de respostas, respectivamente, para rapazes e para raparigas.

De registar que dos 90 inquiridos, uma percentagem razoável, 18.9%, no que concerne aos rapazes e 15,6%, no que toca às raparigas, optou por não responder.

Tabela 13 - Perspectiva dos pais/encarregados de educação relativamente à idade para o início do namoro

Idade	Rapaz		Rapariga	
	N	%	N	%
13	5	5,6	1	1,1
14	6	6,7	5	5,6
15	10	11,1	18	20,0
16	24	26,7	26	28,9
17	7	7,8	6	6,7
18	12	13,3	14	15,6
19	2	2,2	0	0,0
20	5	5,6	4	4,4
23	1	1,1	1	1,1
25	1	1,1	1	1,1
Não respostas	17	18,9	14	15,6
Total	90	100,0	90	100,0

Ainda respeitante à idade para o início de namoro, mas na perspectiva dos professores, uma percentagem significativa dos mesmos (42,9) optou por não responder (cf. Tabela 14).

Dos que responderam, 18 anos foi a idade escolhida para o início de namoro, tanto para os rapazes, como para as raparigas, por 19,6% dos inquiridos; logo seguida dos 16 anos, considerada também uma idade adequada, por uma percentagem razoável de professores, para rapazes (16,1%) e raparigas (17,9%).

Tabela 14 - Perspectiva dos professores relativamente à idade para início do namoro

Idade	Rapaz		Rapariga	
	N	%	N	%
13	1	1,8	2	3,6
14	3	5,4	1	1,8
15	5	8,9	5	8,9
16	9	16,1	10	17,9
17	2	3,6	2	3,6
18	11	19,6	11	19,6
20	1	1,8	1	1,8
Não respostas	24	42,9	24	42,9
Total	56	100,0	56	100,0

- **Idade para a primeira relação sexual**

No que concerne à percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à idade para ter a primeira relação sexual (cf. Tabela 15), destaca-se a idade dos 18 anos, com 32,2% e 33,3%, respectivamente, para rapazes e raparigas, seguindo-se a idade dos 20 anos, com 14,4% no que concerne aos rapazes e uma percentagem um pouco mais elevada (26,7%) para as raparigas.

Consideramos, pertinente referir que a idade dos 30 anos foi também considerada, tanto para os rapazes como para as raparigas, com 1,1% e 2,2%, de respostas, respectivamente.

De referir ainda que uma pequena percentagem de pais/encarregados de educação aponta idades inferiores aos 18 anos para a primeira relação sexual no que concerne aos rapazes (16,7%) e raparigas (7,7%).

Salientamos o facto de 25,6% dos respondentes em relação ao rapazes e 22,2% em relação às raparigas, optarem por não responder.

Tabela 15 - Perspectiva dos pais/encarregados de educação relativamente à idade para ter a primeira relação sexual

Idade	Rapaz		Rapariga	
	N	%	N	%
15	2	2,2	0	0
16	7	7,8	3	3,3
17	6	6,7	4	4,4
18	29	32,2	30	33,3
19	1	1,1	0	0
20	13	14,4	24	26,7
22	3	3,3	2	2,2
23	2	2,2	2	2,2
25	3	3,3	3	3,3
30	1	1,1	2	2,2
Não respostas	23	25,6	20	22,2
Total	90	100,0	90	100,0

Quanto à percepção dos professores relativamente à idade para ter a primeira relação sexual, os dados estão resumidos na Tabela 16 e revelam um elevado número de não respostas (44,6%) para ambos os sexos.

Verificamos que a idade dos 18 anos é a mais escolhida pelos professores tanto para os rapazes como as raparigas, respectivamente, com 35,7% e 30,4%, seguindo-se a idade dos 20 anos tanto para os rapazes (10,7%) como para as raparigas (19,6%). Desta forma, verificamos que o início da actividade sexual, situa-se já na maioria na perspectiva de um grande número de inquiridos.

Tabela 16 - Perspectiva dos professores relativamente à idade para ter a primeira relação sexual

Idade	Rapaz		Rapariga	
	N	%	N	%
16	1	1,8	1	1,8
18	20	35,7	17	30,4
19	3	5,4	1	1,8
20	6	10,7	11	19,6
22	0	0	1	1,8
23	1	1,8	0	0
Não respostas	25	44,6	25	44,6
Total	56	100,0	56	100,0

- **Idade para casar**

De acordo com os pais/encarregados de educação, a idade para casar varia entre os 25 e os 30 anos, sendo de destacar os 25 anos como idade de referência, tanto para os rapazes como para as raparigas, com 23,3% e 28,9%, respectivamente (cf. Tabela 17).

Contudo, uma percentagem ainda relevante de inquiridos considera que a idade para casar se situa entre os 20 e os 24 anos, para rapazes (15,6%) e raparigas (17,8%).

Mais uma vez salientamos o número elevado de não respostas a esta questão, respectivamente, de 30% para rapazes e 26,7% para raparigas.

Tabela 17 - Perspectiva dos pais/encarregados de educação relativamente à idade para casar

Idade	Rapaz		Rapariga	
	N	%	N	%
20	2	2,2	2	2,2
22	2	2,2	5	5,6
23	1	1,1	2	2,2
24	5	5,6	7	7,8
25	21	23,3	26	28,9
26	6	6,7	8	8,9
27	2	2,2	2	2,2
28	11	12,2	5	5,6
29	2	2,2	0	0
30	11	12,2	9	10,0
Não respostas	27	30,0	24	26,7
Total	90	100,0	90	100,0

Quanto à opinião dos professores relativamente à idade para casar (cf. Tabela 18), estes consideram os 30 anos para os rapazes e os 25 anos para as raparigas, ambos com 14,3% de respostas.

Contudo, há a referir também o elevado número de não respostas (55,4 %) tanto no que se refere aos rapazes como às raparigas.

Sublinhe-se que todas as idades referidas e consideradas pelos docentes para o casamento situam-se na maioridade, mais concretamente, depois dos 21 anos.

Tabela 18 - Perspectiva dos professores relativamente à idade para casar

Idade	Rapaz		Rapariga	
	N	%	N	%
22	0	0	2	3,6
23	1	1,8	1	1,8
24	1	1,8	0	0
25	5	8,9	8	14,3
26	3	5,4	5	8,9
27	4	7,1	3	5,4
28	2	3,6	1	1,8
29	0	0	0	0
30	8	14,3	5	8,9
35	1	1,8	0	0
Não respostas	31	55,4	31	55,4
Total	56	100,0	56	100,0

- **Idade para ter o primeiro filho**

A grande maioria dos pais/encarregados de educação são de opinião que rapazes e raparigas devem ter o primeiro filho depois dos 25 anos (cf. Tabela 19), embora os 30 anos seja a idade com maior frequência relativa, com 31,1% no caso dos rapazes e 16,7% no caso das raparigas. No entanto, podemos constatar que a idade considerada para ter o primeiro filho é mais baixa para as raparigas do que para os rapazes: por exemplo, entre os 25 e os 28 anos, temos um total de 47,7% de respostas no caso das raparigas, contra 24,5% no caso dos rapazes.

A percentagem de não respostas permanece elevada tanto para os rapazes (27,8%) como para as raparigas (24,4%).

Tabela 19 - Perspectiva dos pais/encarregados de educação relativamente à idade para ter o primeiro filho

Idade	Rapaz		Rapariga	
	N	%	N	%
23	2	2,2	2	2,2
24	1	1,1	2	2,2
25	3	3,3	12	13,3
26	6	6,7	8	8,9
27	8	8,9	11	12,2
28	5	5,6	12	13,3
29	6	6,7	2	2,2
30	28	31,1	15	16,7
32	5	5,6	3	3,3
35	1	1,1	1	1,1
Não respostas	25	27,8	22	24,4
Total	90	100,0	90	100,0

Através da Tabela 20, verificamos que a idade considerada para ter o primeiro filho na perspectiva dos professores situa-se nos 30 anos, para os rapazes (16,1%) e para as raparigas (14,3%).

De destacar ainda o facto de os professores admitirem, no caso das raparigas, idades mais baixas para ter o primeiro filho, comparativamente aos rapazes. Com efeito, no intervalo que vai dos 23 aos 29 anos, registam-se 28,6% de respostas para as raparigas e 23,3% para os rapazes.

Também nesta questão se mantém um número considerável de não respostas (51,8%).

Tabela 20 - Perspectiva dos professores relativamente à idade para ter o primeiro filho

Idade	Rapaz		Rapariga	
	N	%	N	%
23	0	0	1	1,8
24	1	1,8	2	3,6
25	3	5,4	4	7,1
26	4	7,1	2	3,6
27	4	7,1	4	7,1
28	0	0	2	3,6
29	1	1,8	1	1,8
30	9	16,1	8	14,3
32	3	5,4	1	1,8
33	0	0	1	1,8
35	1	1,8	1	1,8
38	1	1,8	0	0
Não respostas	29	51,8	29	51,8
Total	56	100,0	56	100,0

- **Idade para o início da sexualidade, em geral**

Questionados sobre se consideram existir uma idade para o início da sexualidade, 81,1% dos pais/encarregados de educação são de opinião que não há uma idade específica para o início da sexualidade, em geral (cf. tabela 21).

Tabela 21 - Opinião dos pais/encarregados de educação sobre se há uma idade para o início da sexualidade

<b>Idade para início da sexualidade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	16	17.8
Não	73	81.1
Não resposta	1	1.1
Total	90	100.0

Uma percentagem igualmente assinalável de professores (85,7%) refere que não há uma idade concreta para o início da sexualidade (cf. Tabela 22).

Tabela 22 - Opinião dos professores sobre se há uma idade para o início da sexualidade

<b>Idade para início da sexualidade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	6	10,7
Não	48	85,7
Não respostas	2	3,6
Total	56	100,0

Relativamente aos que responderam de modo afirmativo à questão sobre se existe uma idade específica para o início da sexualidade, os pais/encarregados de educação apontam idades que oscilam entre os 9 e os 20 anos. Todavia, constata-se que os 18 anos são a idade escolhida por 37,7% dos pais/encarregados de educação, para os rapazes e 31,3% para as raparigas. Segue-se os 12 anos, considerados por 18,8% dos inquiridos como a idade para o início da sexualidade para rapazes e para raparigas (cf. Tabela 23).

Tabela 23 - Perspectiva dos pais/encarregados de educação sobre a idade para o início da sexualidade

Idade	Rapaz		Rapariga	
	N	%	N	%
9	1	6,3	1	6,3
11	0	0	1	6,3
12	3	18,8	3	18,8
13	2	12,5	1	6,3
15	2	12,5	1	6,3
16	0	0	1	6,3
18	6	37,5	5	31,3
20	2	12,5	3	18,8
Total	16	100,0	16	100,0

Já no que se refere aos professores que consideram existir uma idade para o início da sexualidade no caso dos rapazes, 4 referem 18 anos, 1 menciona 14 anos e um outro 15 anos. No que toca às raparigas, 4 referem 18 anos e 2 indicam os 13 anos (cf. Tabela 24).

Tabela 24 - Perspectiva dos professores sobre a idade para início da sexualidade

Idade	Rapaz		Rapariga	
	N	%	N	%
13	0	0	2	33,3
14	1	16,7	0	0
15	1	16,7	0	0
18	4	66,7	4	66,7
Total	6	100,0	6	100,0

- **Percepção do seu próprio grau de conhecimento sobre a sexualidade**

Uma parte significativa dos pais/encarregados de educação classifica o seu grau de conhecimento sobre a sexualidade como sendo bom (45,6%) ou bastante bom (35,6%). Apenas 10% considera que ele é fraco (cf. Tabela 25).

Tabela 25 - Percepção dos pais /encarregados de educação relativamente ao seu grau de conhecimento sobre a sexualidade

<b>Grau de conhecimento</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Muito fraco	1	1,1
Fraco	9	10,0
Bom	41	45,6
Bastante bom	32	35,6
Muito bom	7	7,8
Total	90	100,0

Como se observa na Tabela 26, a grande maioria dos professores classifica o seu grau de conhecimento sobre a sexualidade como sendo bom (46,4%), bastante bom (42,9%) e até muito bom (5,4%). Apenas 3 docentes (5,4%) consideram que esse conhecimento é fraco.

Tabela 26 - Percepção dos professores sobre o seu grau de conhecimento sobre a sexualidade

<b>Grau de conhecimento</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Muito fraco	0	0
Fraco	3	5,4
Bom	26	46,4
Bastante bom	24	42,9
Muito bom	3	5,4
Total	56	100,0

- **Percepção do grau de conhecimento dos seus educandos sobre a sexualidade**

Relativamente à forma como os pais/encarregados de educação avaliam o grau de conhecimento dos seus educandos, verificamos que 42,2% o considera bom. Contudo, é de destacar que 37,8% o considera fraco e 7,8% muito fraco (cf. Tabela 27).

Tabela 27 - Percepção dos pais /encarregados de educação relativamente ao grau de conhecimento dos seus educandos sobre a sexualidade

<b>Grau de conhecimento</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Muito fraco	7	7,8
Fraco	34	37,8
Bom	38	42,2
Bastante bom	8	8,9
Muito bom	2	2,2
Não resposta	1	1,1
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

No que concerne à avaliação dos docentes quanto ao grau de conhecimento dos seus alunos sobre a sexualidade, uns classificam-no como sendo bom (42,9%), outros como sendo fraco (41,1%) e alguns até muito fraco (5,4%) (cf. Tabela 28).

Tabela 28 – Percepção dos professores relativamente ao grau de conhecimento dos seus alunos sobre a sexualidade

<b>Grau de conhecimento</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Muito fraco	3	5,4
Fraco	23	41,1
Bom	24	42,9
Bastante bom	2	3,6
Muito bom	1	1,8
Não respostas	3	5,4
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

- **Iniciativa para abordar o tema da sexualidade**

Questionados sobre se alguma vez já tomaram a iniciativa para abordar o tema da sexualidade com os seus educandos, uma percentagem elevada (63,3%) de pais/encarregados de educação responderam afirmativamente à questão (cf. Tabela 29).

Tabela 29 – Iniciativa dos pais/encarregados de educação para abordar o tema da sexualidade

<b>Tomada de iniciativa</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	57	63,3
Não	33	36,7
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Ainda referente à mesma questão, 85,7% dos professores afirmam ter já tomado a iniciativa para abordar o tema da sexualidade com os seus alunos. Apenas 8 (14,3%) dos 56 docentes referem não o ter feito (cf. Tabela 30).

Tabela 30 – Iniciativa dos professores para abordar o tema da sexualidade

<b>Tomada de iniciativa</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	48	85,7
Não	8	14,3
Total	56	100,0

- **Proveniência da iniciativa para abordar o tema da sexualidade**

Como se constata na Tabela 31, os pais/encarregados de educação que referem ter abordado o tema da sexualidade, fizeram-no mais por iniciativa própria (54,5%) do que por iniciativa dos seus educandos (45,5%).

Tabela 31 – Origem da iniciativa dos pais/encarregados de educação para abordar o tema da sexualidade

<b>Origem da iniciativa</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Por iniciativa própria	42	54,5
Por iniciativa do educando	35	45,5
Total	77	100,0

Relativamente aos docentes, a abordagem do tema da sexualidade com os alunos, justifica-se porque os conteúdos curriculares assim o exigem (33,3%) (cf. Tabela 32). Destaca-se ainda a iniciativa própria (32,4%) e a por iniciativa dos alunos (28,4%) como justificações para a abordagem do tema.

Tabela 32 – Origem da iniciativa dos professores para abordar o tema da sexualidade

<b>Origem da iniciativa</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Por iniciativa própria	33	32,4
Por iniciativa dos alunos	29	28,4
Por estar relacionado com alguns conteúdos curriculares	34	33,3
Por solicitação dos encarregados de educação	5	4,9
Por iniciativa da própria escola	1	1,0
Total	102	100,0

- **Razões aduzidas para a não abordagem do tema da sexualidade**

As razões mais frequentemente apontadas pelos pais/encarregados de educação para explicar o facto de ainda não terem abordado o tema são o facto do educando não o ter solicitado (36,1%), bem como o educando não ter idade (36,1%). Com menor expressão temos o facto de “não se sentir à vontade” (16,7%) e o não saber “como fazê-lo” (8,3%). Apenas um pai/encarregado de educação menciona um outro motivo (o já ter sido abordado pelo cônjuge) (cf. Tabela 33).

Tabela 33 - Razões apontadas pelos pais/encarregados de educação para não terem abordado o tema com os seus educandos

<b>Razões</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Porque o educando não o solicitou	13	36,1
Porque não se sente à vontade	6	16,7
Porque não sabe como fazê-lo	3	8,3
Porque o educando não tem idade	13	36,1
Outra	1	2,8
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100,0</b>

As principais razões aduzidas pelos professores para o facto de não terem abordado ainda o tema da sexualidade com os seus alunos são “porque os alunos nunca o solicitaram” (7 respostas), porque o educando não tem idade (1 resposta) e “porque não se sente à vontade” (1 resposta).

Tabela 34 - Razões apontadas pelos professores para não terem abordado o tema com os seus alunos

<b>Razões</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Porque os alunos nunca o solicitaram	7	77,8
Porque não se sente à vontade	1	11,1
Porque os alunos não têm idade para abordar este tema	1	11,1
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100,0</b>

- **Hábito de o educando colocar dúvidas que envolvam a sexualidade**

Questionados sobre se os seus educandos costumam colocar dúvidas que envolvam a sexualidade, mais de metade (52,2%) dos pais/encarregados de educação respondem não terem sido solicitados para tal (cf. Tabela 35).

Tabela 35 – Hábito de o educando colocar dúvidas aos pais/encarregados de educação que envolvam a sexualidade

<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	42	46,7
Não	47	52,2
Não resposta	1	1,1
Total	90	100,0

Relativamente à questão supramencionada, mas no que concerne aos professores, 66,1% afirmam que costumam ser abordados de forma a darem resposta às dúvidas colocadas pelos seus alunos relativamente à temática da sexualidade. Cerca de 30,3% dos professores mencionam não terem sido abordados pelos seus educandos, em questões que envolvam a sexualidade (cf. Tabela 36).

Tabela 36 – Hábito de o aluno colocar dúvidas aos professores que envolvam a sexualidade.

<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	37	66,1
Não	17	30,3
Não respostas	2	3,6
Total	56	100,0

- **Dúvidas dos educandos sobre a sexualidade**

No que diz respeito às dúvidas colocadas aos pais/encarregados de educação, estas centram-se sobretudo nas questões relacionadas com as alterações do corpo (menstruação; puberdade; para que servem os seios, ...), bem como (como nascem os bebés, fecundação e gravidez), ambas com um total de 30%. Há ainda a registar algumas dúvidas que se prendem com as relações sexuais (26,7%). Cerca de 8,3%

das dúvidas relaciona-se com questões sobre o namoro e 5% com o casamento (cf. Tabela 37).

Tabela 37 - Dúvidas sobre a sexualidade colocadas aos pais/encarregados de educação

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores (dúvidas)</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Alterações do corpo	Mudanças no corpo (puberdade)	2	
	Menstruação	8	
	Para que servem os seios	2	
	Pêlos púbicos	1	
	Porque é que as mulheres têm filhos	1	
	Diferenças entre rapazes e raparigas	1	
	Nome das partes do corpo	1	
	Higiene	1	
	Porque é que a "pilhina" fica erecta	1	
<b>Subtotal</b>		<b>18</b>	<b>30,0</b>
Gestação	Como nascem os bebés	9	
	Fecundação	4	
	Gravidez	4	
	O que são os óvulos e os espermatozóides	1	
<b>Subtotal</b>		<b>18</b>	<b>30,0</b>
Namoro	Podemos ter mais do que uma namorada	1	
	Como é que se namora	1	
	Porque é que os adultos podem namorar e as crianças não	1	
	Com que idade se pode namorar	1	
	O que é namorar	1	
<b>Subtotal</b>		<b>5</b>	<b>8,3</b>
Relações sexuais	Como se fazem os bebés	7	
	Como o homem coloca o esperma na mulher	2	
	O que é fazer sexo (o que se faz numa relação sexual)	4	
	Para que servem os preservativos	2	
	Porque é que nos filmes mal se conhecem vão logo para a cama	1	
<b>Subtotal</b>		<b>16</b>	<b>26,7</b>
Casamento	Idade para casar	1	
	Porque é que se podem casar pessoas do mesmo sexo	2	
<b>Subtotal</b>		<b>3</b>	<b>5,0</b>
<b>Total</b>		<b>60</b>	<b>100,0</b>

Relativamente às dúvidas colocadas aos professores, aquelas que mais se destacam enquadram-se na categoria das relações sexuais (29,6%), seguindo-se as de gestação (26%) e alterações do corpo (22,2%). O namoro e o casamento ficam-se pelos 14,8% e 7,4%, respectivamente (cf. Tabela 38).

Tabela 38 - Dúvidas sobre a sexualidade colocadas aos professores

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores (dúvidas)</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Alterações do corpo	Alterações do seu corpo	2	
	Crescimento dos órgãos sexuais e aparecimento de pêlos	1	
	Menstruação	2	
	Diferenças físicas entre meninos e meninas	1	
Subtotal		6	22,2
Gestação	Como nascem os bebés	4	
	Com que idade se engravida	1	
	Como é que o espermatozóide sabe que aquilo é o óvulo	1	
	Porque nascemos rapazes ou raparigas	1	
Subtotal		7	26
Namoro	O que é que se sente quando se gosta muito de uma pessoa	1	
	Como se beijam os namorados	1	
	Namoro	2	
Subtotal		4	14,8
Relações sexuais	Como se fazem os bebés	5	
	Porque é que a Sida se transmite sexualmente	1	
	O que é o sexo	1	
	O que são prostitutas	1	
Subtotal		8	29,6
Casamento	Porque é que os pais se separam	1	
	Porque há pessoas do mesmo sexo que querem casar	1	
Subtotal		2	7,4
Total		27	100,0

- **Percepção da capacidade para esclarecer as dúvidas dos educandos**

Os pais/encarregados de educação afirmam que conseguem esclarecer as dúvidas dos seus educandos de forma satisfatória (36,7%), bastante satisfatória (31,1%) e até muito satisfatória (11,1%). Apenas 6 inquiridos (6,7%) admitem responder de forma pouco satisfatória às dúvidas colocadas pelos seus educandos.

De registar ainda uma percentagem relativamente elevada de não respostas (14,4%) (cf. Tabela 39).

Tabela 39 – Percepção da capacidade de resposta dos pais/encarregados de educação às dúvidas dos educandos sobre a sexualidade

<b>Capacidade de resposta</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Insatisfatória	0	0,0
Pouco satisfatória	6	6,7
Satisfatória	33	36,7
Bastante satisfatória	28	31,1
Muito satisfatória	10	11,1
Não respostas	13	14,4
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Os professores classificam a sua capacidade de resposta face às dúvidas colocadas pelos alunos como sendo satisfatória (58,9%), bastante satisfatória (30,4%) e até muito satisfatória (10,7%).

Tabela 40 – Percepção da capacidade de resposta dos professores às dúvidas dos alunos sobre a sexualidade

<b>Capacidade de resposta</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Insatisfatória	0	0,0
Pouco satisfatória	0	0,0
Satisfatória	33	58,9
Bastante satisfatória	17	30,4
Muito satisfatória	6	10,7
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

- **Percepção da dificuldade em abordar o tema da sexualidade**

Relativamente à dificuldade na abordagem do tema, 80% dos pais/encarregados de educação afirmam não sentir dificuldades. Contudo, verificamos que 18,9% não se sentem à vontade para abordar a temática da sexualidade.

Tabela 41 – Percepção da dificuldade dos pais/encarregados de educação em abordar o tema junto dos educandos

<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	17	18,9
Não	72	80,0
Não resposta	1	1,1
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Como se observa na Tabela 42, num total de 56 professores, a grande maioria (91,1%) afirma não ter dificuldades em abordar o tema da sexualidade junto dos seus alunos. Apenas 8,9% não se sentem à vontade para o fazer.

Tabela 42 – Percepção da dificuldade dos professores em abordar o tema junto dos alunos

<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	5	8,9
Não	51	91,1
Total	56	100,0

- **Justificação da dificuldade em abordar o tema da sexualidade**

A principal razão apresentada pelos pais/encarregados de educação relativamente à dificuldade em abordar o tema da sexualidade é não saber como fazê-lo (62,5%), correspondendo a 11 respostas. Cerca de 31,3% referem a pouca idade do educando e os restantes (6,2%) afirmam que o educando não revela interesse (cf. Tabela 43).

Tabela 43 - Justificação dos pais/encarregados de educação relativamente à dificuldade em abordar o tema da sexualidade com os seus educandos

<b>Razões</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Ainda é muito pequeno	4	31,3
Não revela interesse	1	6,2
Não sei como fazê-lo	11	62,5
Total	16	100,0

Dos oito professores que afirmaram ter dificuldades em abordar o tema da sexualidade com os seus alunos, 4 (50%) alegam falta de formação como uma das principais razões, 3 (37,5%) apontam como justificação a falta de à vontade e 1 (12,5%) pensa poder causar problemas na estrutura familiar do aluno, caso aborde o tema da sexualidade (cf. Tabela 44).

Tabela 44 - Justificação dos professores relativamente à dificuldade em abordar o tema da sexualidade com os seus educandos

<b>Razões</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Falta de à vontade	3	37,5
Falta de formação	4	50,0
Problemas que possam causar na estrutura familiar do aluno	1	12,5
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>

- **Hábito de procurar partilhar e esclarecer as suas próprias dúvidas**

Como se evidencia na Tabela 45, a maioria dos pais/encarregados de educação tenta partilhar e esclarecer as suas dúvidas (75,6%). Contudo ainda há um número razoável de inquiridos que responde não o fazer (18,9%).

Tabela 45 – Hábito de os pais/encarregados de educação procurarem esclarecer as suas dúvidas

<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	68	75,6
Não	17	18,9
Não respostas	5	5,5
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

A grande maioria dos professores (92,9%) afirma partilhar e esclarecer as dúvidas ao abordar este tema. Apenas uma pequena percentagem (7,1%) declara não esclarecer as dúvidas sentidas (cf. Tabela 46).

Tabela 46 – Hábito de os professores procurarem esclarecer as suas dúvidas

<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	52	92,2
Não	4	7,1
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

- **Interlocutores no esclarecimento de dúvidas**

Como se observa na Tabela 47, a grande maioria dos pais/encarregados de educação afirma partilhar as suas dúvidas com o cônjuge (36,4%) ou com outro familiar (11,6%) e 17,3% através da pesquisa documental. Alguns pais/encarregados

de educação afirmam partilhar ainda as suas dúvidas com colegas de trabalho (15,7%) Só alguns admitem esclarecer as suas dúvidas com o professor do educando (9,1%) ou com um técnico de saúde (8,3%).

Tabela 47 – Interlocutores no esclarecimento de dúvidas dos pais/encarregados de educação

<b>Interlocutores</b>	<b>Nº respostas</b>	<b>%</b>
Cônjuge	44	36,4
Outro familiar	14	11,6
Professor do educando	11	9,1
Técnico de Saúde	10	8,3
Colega de trabalho	19	15,7
Pesquisa documental (livros, internet, ...)	21	17,3
Outros (amigo/a)	2	1,6
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>100,0</b>

Já em relação aos professores, uma percentagem significativa (34,6%) partilha as suas dúvidas com os colegas de trabalho. No entanto, a pesquisa documental é também assinalada por 31,8% dos docentes. Alguns procuram ainda esclarecimentos junto dos técnicos de saúde (17,3%) e do encarregado de educação do aluno (12,7%) (cf. Tabela 48).

Tabela 48 – Interlocutores no esclarecimento de dúvidas dos professores

<b>Interlocutores</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Cônjuge	0	0,0
Outro Familiar	4	3,6
Enc Educação do aluno	14	12,7
Técnico de Saúde	19	17,3
Colega de trabalho	38	34,6
Pesquisa documental (livros, internet, ...)	35	31,8
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100,0</b>

#### 4.1.2 Dados de caracterização da percepção sobre a sexualidade

A terceira e última secção do questionário tem como contexto o ensino da sexualidade no 1º Ciclo do Ensino Básico à luz do enquadramento legal. Procura indagar sobre a leccionação deste tema bem como a forma como pais e professores se devem articular para o sucesso educativo neste escalão etário

- **Grau de importância atribuída ao ensino da sexualidade em crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico**

A primeira questão deste terceiro grupo refere-se à importância que os pais/encarregados de educação e professores atribuem ao ensino da sexualidade em crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico.

A maioria dos pais/encarregados de educação considera o ensino da sexualidade no 1º Ciclo importante (51,1%), seguindo-se os que o consideram muito importante (16,7%) e bastante importante (14,4%).

Apenas um número mais diminuto atribui pouca ou nenhuma importância ao ensino da sexualidade, respectivamente de 14,4% e 3,3% (cf. Tabela 49).

Tabela 49 - Percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à importância do ensino da sexualidade no 1º Ciclo

<b>Grau de importância</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nada importante	3	3,3
Pouco importante	13	14,4
Importante	46	51,1
Bastante importante	13	14,4
Muito importante	15	16,7
Total	90	100,0

Relativamente à mesma questão, mas agora na perspectiva dos professores, estes consideram importante (58,9%), bastante importante (26,8%) e até muito importante (3,6%) o ensino da sexualidade no 1º Ciclo (cf. Tabela 50).

A percentagem dos que atribuem pouca importância (8,9%) ou nenhuma importância (1,8%) é bastante diminuta.

Tabela 50 - Percepção dos professores relativamente à importância do ensino da sexualidade no 1º Ciclo

<b>Grau de Importância</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nada importante	1	1,8
Pouco importante	5	8,9
Importante	33	58,9
Bastante importante	15	26,8
Muito importante	2	3,6
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

- **Justificação da pouca relevância atribuída à abordagem da sexualidade**

Uma das razões mais apontadas pelos pais/encarregados de educação para a pouca relevância atribuída à abordagem da sexualidade (cf. Tabela 51) é o facto de ainda ser cedo para o fazer (45,5%), o nível de maturidade do educando baixo (27,3%) e o tema ainda não despertar interesse (13,6). Foram ainda invocadas outras razões, tais como, a importância da transmissão de valores e o facto de não se dever perder tempo com esta temática.

Tabela 51 - Razões invocadas pelos pais/encarregados de educação para a pouca relevância atribuída à abordagem da sexualidade

<b>Razões</b>	<b>Nº respostas</b>	<b>%</b>
Nível de maturidade baixo	6	27,3
Ainda é cedo para abordar o tema	10	45,5
O tema ainda não desperta interesse	3	13,6
Outras	3	13,6
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0</b>

Com igual percentagem (28,6%), os professores invocam as seguintes razões: o facto de ser cedo para abordar esta temática, o nível de maturidade baixo, e o tema ainda não despertar interesse. Uma outra razão apontada foi o facto de as crianças se sentirem mais à vontade com os pais (cf. Tabela 52).

Tabela 52 - Razões invocadas pelos professores para a pouca relevância atribuída à abordagem da sexualidade

<b>Razões</b>	<b>Nº respostas</b>	<b>%</b>
Nível de maturidade baixo	2	28,6
Ainda é cedo para abordar o tema	2	28,6
O tema ainda não desperta interesse	2	28,6
Outras	1	14,2
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>

- **Principais interlocutores na abordagem do tema da sexualidade**

Os pais/encarregados de educação consideram que o professor é um interlocutor a privilegiar na abordagem do tema da sexualidade (44,6%), logo seguido do encarregado de educação (34%) e do profissional de saúde (21,4%) (cf. Tabela 53).

Tabela 53 - Opinião de pais/encarregados de educação sobre quem deverá abordar o tema da sexualidade junto das crianças do 1º Ciclo

<b>Interlocutores</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Professor	75	44,6
Encarregado de Educação	57	34,0
Profissional de Saúde	36	21,4
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>100,0</b>

Os professores consideram também que são o interlocutor a privilegiar na abordagem do tema da sexualidade (43,3%), logo seguidos do encarregado de educação (36,7%) e do profissional de saúde (20%) (cf. Tabela 54).

Tabela 54 - Opinião dos professores sobre quem deverá abordar o tema da sexualidade junto das crianças do 1º Ciclo

<b>Interlocutores</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Professor	52	43,3
Encarregado de Educação	44	36,7
Profissional de Saúde	24	20,0
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,0</b>

- **Conhecimento sobre a obrigatoriedade de leccionação da educação sexual no 1º Ciclo do Ensino Básico**

Em resposta à questão formulada relativamente à obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo, a maioria dos pais/encarregados de educação (65,6%) tem conhecimento da obrigatoriedade. No entanto, mais de um terço (34,4%) afirma não ter esse conhecimento (cf. Tabela 55).

Tabela 55 – Conhecimento dos pais/encarregados de educação sobre a obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo

<b>Conhecimento da obrigatoriedade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	59	65,6
Não	31	34,4
Total	90	100,0

Praticamente todos os professores (98,2%) afirmam ter conhecimento da obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo, à excepção de um professor (cf. Tabela 56).

Tabela 56 - Conhecimento dos professores sobre a obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo

<b>Conhecimento da obrigatoriedade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	55	98,2
Não	1	1,8
Total	56	100,0

- **Opinião relativamente à obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo.**

Questionados os pais/encarregados de educação sobre a obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo, 76,7% dos inquiridos estão de acordo com tal imperativo, apesar de 22,2% discordar, como podemos verificar na Tabela 57.

Tabela 57 - Opinião dos pais/encarregados de educação relativamente à obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo

<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	69	76,7
Não	20	22,2
Não resposta	1	1,1
Total	90	100,0

Conforme se evidencia na Tabela 58, três quartos (75%) dos docentes concorda com a obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo. Contudo, um quarto dos professores (25%) discorda desta atribuição.

Tabela 58 - Opinião dos professores relativamente à obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo

<b>Respostas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	42	75,0
Não	14	25,0
Total	56	100,0

- **Conhecimento da Lei nº60/2009 de 6 de Agosto**

No que concerne ao conhecimento dos pais/encarregados de educação relativamente à Lei Nº 60/2009 de 6 de Agosto, encontramos valores muito semelhantes entre os que afirmam conhecer (48,9%) e não conhecer (51,1%) a referida Lei.

Tabela 59 – Conhecimento da Lei nº 60/2009 de 06 de Agosto pelos pais/encarregados de educação

<b>Conhecimento da Lei</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	44	48,9
Não	46	51,1
Total	90	100,0

No que diz respeito aos professores, aferimos que a grande maioria (85,7%) tem conhecimento da Lei nº 60/2009. No entanto, há ainda uma pequena percentagem (14,3%) que refere não ter conhecimento desta Lei.

Tabela 60 - Conhecimento da Lei nº 60/2009 de 06 de Agosto pelos professores

<b>Conhecimento da Lei</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	48	85,7
Não	8	14,3
Total	56	100,0

- **Adequação da carga horária atribuída à educação sexual no 1º Ciclo**

De acordo com a Lei nº 60/2009, a carga horária dedicada à educação sexual no 1º Ciclo é, no mínimo, de seis horas anuais. Pais/encarregados de educação (cf. Tabela 61) consideram razoável (37,9%), bastante razoável (14,4%) e até muito razoável (14,4%) este número de horas.

No entanto, 17,8% é de opinião que a carga horária é pouco razoável e 13,3% que esta é insuficiente.

Tabela 61 – Percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à carga horária de educação sexual no 1º Ciclo

<b>Grau de adequação</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nada razoável (Insuficiente)	12	13,3
Pouco razoável	16	17,8
Razoável	34	37,9
Bastante razoável	13	14,4
Muito razoável	13	14,4
Não respostas	2	2,2
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Ainda referente à carga horária anual dedicada à educação sexual no 1º Ciclo, cerca de 46,4% dos professores consideram-na razoável. Com igual número de respostas encontramos aqueles que consideram as 6 horas anuais pouco razoáveis (23,2%) e bastante razoáveis (23,2%) (Tabela 62).

Tabela 62 - Percepção de professores relativamente à carga horária de educação sexual no 1º Ciclo

<b>Grau de adequação</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nada razoável (Insuficiente)	0	0,0
Pouco razoável	13	23,2
Razoável	26	46,4
Bastante razoável	13	23,2
Muito razoável	4	7,1
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

- **Conhecimento das finalidades que constituem a educação sexual em meio escolar consignadas na Lei 60/2009**

Ainda no seguimento da Lei 60/2009, apenas 37,8% dos pais/encarregados de educação afirmam conhecer as finalidades que constituem a educação sexual em meio escolar. A grande maioria diz que as desconhece (61,1%) (cf. Tabela 63).

Tabela 63 – Conhecimento das finalidades da educação sexual em meio escolar pelos pais/encarregados de educação

<b>Conhecimento das finalidades</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	34	37,8
Não	55	61,1
Não resposta	1	1,1
Total	90	100,0

Relativamente aos docentes averiguamos que 66,1% têm conhecimento das finalidades descritas na Lei 60/2009 de 6 de Agosto, mas cerca de um terço (32,1%) afirma não as conhecer (cf. Tabela 64).

Tabela 64 - Conhecimento das finalidades da educação sexual em meio escolar pelos professores

<b>Conhecimento das finalidades</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	37	66,1
Não	18	32,1
Não resposta	1	1,8
Total	56	100,0

- **Finalidades da educação sexual em meio escolar consideradas mais pertinentes**

Aos pais/encarregados de educação e professores que referem conhecer as finalidades que constituem a educação sexual em meio escolar, pede-se para indicar por palavras próprias e de forma sucinta as que consideram mais pertinentes.

Optámos por dividir a tabela das finalidades nas mais referenciadas e menos referenciadas, quer por pais/encarregados de educação, quer por professores, para uma mais fácil interpretação. As tabelas completas encontram-se nos anexo4 e 5.

A partir das respostas obtidas e enquadradas nas finalidades descritas na Lei 60/2009, obteve-se a seguinte distribuição de respostas.

As finalidades mais referidas pelos pais/encarregados de educação são: d) “a redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco” (25%) e a) “a valorização da sexualidade e da afectividade entre as pessoas” (23,2%). Nesta última salienta-se a afectividade, sem dúvida, a mais referida com 9 respostas. Uma outra finalidade, f) “o respeito pela diferença entre as pessoas e as diferentes orientações sexuais” foi apontada por 12,5% dos respondentes (cf. Tabela 65).

Tabela 65 – Finalidades de educação sexual mais referenciadas pelos pais/encarregados de educação

<b>Finalidades da educação sexual (Lei)</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
“a) A valorização da sexualidade e afectividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa”.	Afectividade	9	
	Valores	2	
	Reconhecer a importâncias das relações afectivas, na família	1	
	Informar sobre os namoros	1	
<b>Subtotal</b>		<b>13</b>	<b>23,2</b>
“d) A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infecções sexualmente transmissíveis”.	Esclarecer sobre as doenças sexualmente transmissíveis	7	
	Prevenção de gravidez	5	
	Prevenção de comportamentos menos correctos	1	
	Métodos contraceptivos	1	
<b>Subtotal</b>		<b>14</b>	<b>25,0</b>
“e) A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais”.	A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais	3	
	Alertar para os abusos sexuais	1	
<b>Subtotal</b>		<b>4</b>	<b>7,1</b>
“f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais.”	O respeito pelo outro	6	
	Respeito pelas diferentes orientações sexuais	1	
<b>Subtotal</b>		<b>7</b>	<b>12,5</b>
“g) A valorização de uma sexualidade responsável e informada”.	Responsabilidade e informação	2	
	Sexualidade informada	3	
<b>Subtotal</b>		<b>5</b>	<b>8,9</b>
“j) A compreensão científica do funcionamento dos mecanismos biológicos reprodutivos”.	Conhecimento do corpo	3	
	Informação sobre o desenvolvimento sexual das crianças	1	
<b>Subtotal</b>		<b>4</b>	<b>7,1</b>

As finalidades menos referenciadas pelos pais/encarregados de educação foram a b) “O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade” (3,6%) e a l) “A eliminação de

comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual” com 1,8% (cf. Tabela 66).

A finalidade i) “O reconhecimento da importância de participação no processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnicos de saúde” não foi identificada na resposta à questão supramencionada, embora, como irá ser referenciado mais adiante, pais/encarregados de educação consideram importante a ligação escola/família no ensino da sexualidade.

Tabela 66 – Finalidades da educação sexual menos referenciadas pelos pais/encarregados de educação

<b>Finalidades da educação sexual (Lei)</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
b) O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade.	Noção da sexualidade	2	
<b>Subtotal</b>		<b>2</b>	<b>3,6</b>
“c) A melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais dos jovens”.	A importância do amor nos relacionamentos Promoção das relações	1 2	
<b>Subtotal</b>		<b>3</b>	<b>5,4</b>
“h) A promoção da igualdade entre os sexos”.	Promoção da igualdade entre os sexos	3	
<b>Subtotal</b>		<b>3</b>	<b>5,4</b>
“i) O reconhecimento da importância de participação ao processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnico de saúde”.			
<b>Subtotal</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
“l) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual”	A discriminação	1	
<b>Subtotal</b>		<b>1</b>	<b>1,8</b>

Quanto aos professores, estes referem mais a finalidade a) “A valorização da sexualidade e afectividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa” (34,5%), destacando-se sobretudo a afectividade com 7 respostas.

Também a finalidade e) “a capacidade de protecção face a abusos sexuais e o respeito pela diferença”, foi mencionada por 17,2% dos respondentes (cf. Tabela 67).

Tabela 67 – Finalidades da educação sexual mais referenciadas pelos professores

<b>Finalidades da educação sexual (Lei)</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
a) “A valorização da sexualidade e afectividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa”.	Afectividade Reconhecer a importâncias das relações afectivas, na família Valorizar a sexualidade Relações de parentesco e outros modelos familiares para além do tradicional	7 1 1 1	
<b>Subtotal</b>		<b>10</b>	<b>34,5</b>
b) O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade.	Noção da sexualidade Desenvolvimento de competências que permitam escolhas informadas e seguras	1 1	
<b>Subtotal</b>		<b>2</b>	<b>6,9</b>
“d) A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infecções sexualmente transmissíveis”.	Esclarecer sobre as doenças sexualmente transmissíveis Prevenção de gravidez	2 1	
<b>Subtotal</b>		<b>3</b>	<b>10,3</b>
“e) A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais”.	A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais Alertar para os abusos sexuais Saber procurar apoio	3 1 1	
<b>Subtotal</b>		<b>5</b>	<b>17,2</b>
“f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais.”	O respeito pelo outro Respeito pelas diferentes orientações sexuais	1 4	
<b>Subtotal</b>		<b>5</b>	<b>17,2</b>
“j) A compreensão científica do funcionamento dos mecanismos biológicos reprodutivos”.	Conhecimento do corpo	2	
<b>Subtotal</b>		<b>2</b>	<b>6,9</b>

Das finalidades menos referenciadas pelos professores (cf. Tabela 68) temos a h) “A promoção da igualdade entre os sexos” e l) “A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual” com uma resposta cada.

Há 3 finalidades que não foram mencionadas: a c), a g) e a i). Contudo, relativamente à finalidade i) “O reconhecimento da importância de participação no processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnicos de saúde”, apesar de não ter sido mencionada nesta questão pelos professores, irá ser referenciado mais adiante, pelos mesmos por considerarem importante a ligação escola/família no ensino da sexualidade.

Tabela 68 - Finalidades menos referenciadas pelos professores que constituem a educação sexual em meio escolar

<b>Finalidades da educação sexual (Lei)</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
“c) A melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais dos jovens”.			
Subtotal		0	0
“g) A valorização de uma sexualidade responsável e informada”.			
Subtotal		0	0
“h) A promoção da igualdade entre os sexos”.	Promoção da igualdade entre os sexos	1	
Subtotal		1	3,5
“i) O reconhecimento da importância de participação ao processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnico de saúde”.			
Subtotal		0	0
“l) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual”	A discriminação	1	
Subtotal		1	3,5

- **Adequação dos conteúdos da sexualidade leccionados no 1º Ciclo**

A maioria dos pais/encarregados de educação (54,5%) afirma não ter conhecimento dos conteúdos sobre sexualidade leccionados no 1º Ciclo. No entanto, 40,0% declaram que os mesmos são adequados. Apenas 4,4% os consideram não adequados (cf. Tabela 69).

Tabela 69 - Opinião dos pais/encarregados de educação sobre a adequação dos conteúdos sobre a sexualidade leccionados no 1º Ciclo

<b>Adequação dos conteúdos</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	36	40,0
Não	4	4,4
Não tenho conhecimento	49	54,5
Não resposta	1	1,1
Total	90	100,0

Como podemos observar na Tabela 70, a grande maioria dos professores (92,9%) considera que os conteúdos se mostram adequados à faixa etária em questão. No entanto, há dois docentes que afirmam desconhecimento sobre esta questão e um outro que admite que os conteúdos não são adequados ao nível etário.

Tabela 70 - Opinião dos professores sobre a adequação dos conteúdos sobre a sexualidade leccionados no 1º Ciclo

<b>Adequação dos conteúdos</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	52	92,9
Não	1	1,8
Não tenho conhecimento	2	3,5
Não resposta	1	1,8
Total	56	100,0

- **Percepção sobre a forma como os conteúdos sobre a sexualidade são abordados**

Debruçando-nos sobre a opinião dos pais/encarregados de educação relativamente à forma como os conteúdos sobre a temática da sexualidade são abordados, uma elevada percentagem dos mesmos (40,0%) diz não ter conhecimento.

Ainda assim, 36,7% consideram bastante adequada a forma de abordar os conteúdos (cf. Tabela 71).

Tabela 71 - Percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à forma de abordar o tema da sexualidade

<b>Grau de adequação</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Inadequada	2	2,2
Pouco adequada	8	8,9
Bastante adequada	33	36,7
Muito adequada	8	8,9
Não tenho conhecimento	36	40,0
Não respostas	3	3,3
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Já a maioria dos professores considera bastante adequada (48,2%) ou muito adequada (26,8%) a forma de abordar os conteúdos sobre a sexualidade. Só 14,3% referem que esta é pouco adequada. De salientar ainda o desconhecimento manifestado por um dos professores inquiridos sobre esta questão (cf. Tabela 72).

Tabela 72 - Percepção dos professores relativamente à forma de abordar o tema da sexualidade

<b>Grau de adequação</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Inadequada	0	0
Pouco adequada	8	14,3
Bastante adequada	27	48,2
Muito adequada	15	26,8
Não tenho conhecimento	1	1,8
Não respostas	5	8,9
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

- **Percepção sobre a preparação para a leccionação de conteúdos respeitantes à sexualidade no 1º Ciclo**

Os pais/encarregados de educação consideram que os agentes que leccionam nas escolas do 1º Ciclo os conteúdos respeitantes à sexualidade estão suficientemente

preparados (25,6%), bem preparados (22,2%) e até muito bem preparados (7,8%). Apenas uma pequena percentagem assinala que esses agentes estão pouco (12,2%) ou nada preparados (2,2%).

Contudo, regista-se que 26,7% dos respondentes afirmam não ter conhecimento sobre o assunto (cf. Tabela 73).

Tabela 73 - Percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à preparação dos agentes que leccionam os conteúdos relativos à sexualidade no 1º Ciclo

<b>Grau de preparação</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nada preparados	2	2,2
Pouco preparados	11	12,2
Suficientemente preparados	23	25,6
Bem preparados	20	22,2
Muito bem preparados	7	7,8
Não tenho conhecimento	24	26,7
Não respostas	3	3,3
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Os professores consideram-se bem preparados (35,7%) e até muito bem preparados (10,7%) para leccionar os conteúdos relacionados com a sexualidade nas escolas do 1º Ciclo. Há, no entanto, a referir que 30,4% admitem estar pouco preparados e 19,6% apenas suficientemente preparados (cf. Tabela 74).

Tabela 74 – Percepção dos professores relativamente à preparação dos docentes que leccionam os conteúdos relativos à sexualidade no 1º Ciclo

<b>Grau de preparação</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nada preparados	0	0
Pouco preparados	17	30,4
Suficientemente preparados	11	19,6
Bem preparados	20	35,7
Muito bem preparados	6	10,7
Não tenho conhecimento	2	3,6
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

- **Percepção sobre a eficácia da educação sexual leccionada nas escolas do 1º Ciclo**

Relativamente à percepção dos pais/encarregados de educação sobre a leccionação da educação sexual no 1º Ciclo, 52,2% afirmam ser eficaz. No entanto, uma percentagem ainda significativa (21,1%) considera que esta é pouco eficaz.

Tabela 75 - Percepção dos pais/encarregados de educação sobre a eficácia do ensino da educação sexual nas escolas do 1º Ciclo

<b>Grau de eficácia</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nada eficaz	8	8,8
Pouco eficaz	19	21,1
Eficaz	47	52,2
Bastante eficaz	6	6,7
Muito eficaz	0	0
Não respostas	10	11,1
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Uma percentagem expressiva de professores considera que a educação sexual nas escolas do 1º Ciclo é eficaz (44,6%) ou bastante eficaz (12,5%). No entanto, há uma percentagem razoável que é de opinião contrária e admite que é pouco eficaz (32,1%) e até nada eficaz (5,4%).

Tabela 76 - Percepção dos professores sobre a eficácia do ensino da educação sexual no 1º Ciclo

<b>Grau de eficácia</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Nada eficaz	3	5,4
Pouco eficaz	18	32,1
Eficaz	25	44,6
Bastante eficaz	7	12,5
Muito eficaz	0	0
Não Respostas	3	5,4
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

- **Razões aduzidas para justificar a opinião desfavorável relativamente à eficácia da educação sexual no 1º Ciclo**

Dos 27 pais/encarregados de educação que responderam que a educação sexual no 1º Ciclo era pouco ou nada eficaz, 15 (44,1%), apontam como principal razão o reduzido número de horas dedicado a esta temática, 10 (29,4%) referem a permanência de comportamentos de risco na adolescência e 9 (26,5%) sugerem a necessidade de preparar melhor os professores (cf. Tabela 77).

Tabela 77 - Razões apontadas pelos pais/encarregados de educação para a reduzida eficácia do ensino da educação sexual no 1º Ciclo

<b>Razões</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Preparar melhor os Professores	9	26,5
São poucas horas, as dúvidas e incertezas mantêm-se nos alunos e não são esclarecidas	15	44,1
Continuam a subsistir comportamentos de risco na adolescência	10	29,4
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100,0</b>

As razões apontadas pelos 21 professores que anteriormente responderam pouco ou nada eficaz (cf. Tabela 78), centram-se sobretudo na falta de receptividade dos pais para que este tema possa ser abordado nas escolas (33,3%), na importância de preparar melhor os professores (27,8%) e na necessidade de uma abordagem mais sistemática do tema (27,8%).

Tabela 78 - Razões apontadas pelos professores para a reduzida eficácia do ensino da educação sexual no 1º Ciclo

<b>Razões</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Preparar melhor os professores	10	27,8
São poucas horas, as dúvidas e incertezas mantêm-se nos alunos e não são esclarecidas	4	11,1
Apenas se aborda quando o programa obriga	10	27,8
Preparar melhor os pais (receptividade para abordar o tema na escola)	12	33,3
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100,0</b>

- **Sugestões para a melhoria da eficácia da educação sexual no 1º Ciclo**

Questionados sobre as opções que tomariam para melhorar a eficácia do ensino da educação sexual no 1º Ciclo, tratando-se de uma pergunta aberta, as respostas foram classificadas nas categorias apresentadas nas Tabelas 79 e 80.

A necessidade de preparação dos professores, nomeadamente no que se refere ao cumprimento integral das actividades propostas, foi a sugestão mais apontada pelos pais/encarregados de educação (29,3%). Contudo, estes referem ainda a necessidade preparar melhor os próprios pais/encarregados de educação (26,8%) e de dirimir preconceitos (cf. Tabela 79).

Tabela 79 - Sugestões dos pais/encarregados de educação para melhorar a eficácia da educação sexual no 1º Ciclo

<b>Sugestões de melhoria</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Contratar profissionais na área	8	19,5
Preparar melhor os professores/cumprir as actividades propostas	12	29,3
Preparar melhor os pais, sobretudo dirimindo preconceitos	11	26,8
Mais horas, utilização de materiais didácticos e esclarecimento das dúvidas concretas colocadas pelos alunos / utilização de materiais bem trabalhados e coerentes	10	24,4
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100,0</b>

Neste seguimento, os docentes referiram a necessidade de uma melhor preparação de forma a poderem cumprir as actividades propostas (43,5%), bem como o acesso a mais material com vista a dar respostas concretas às dúvidas colocadas pelos alunos (26,1%), a necessidade de preparar os pais (17,4%) e de contratar profissionais na área (13,0%) (cf. Tabela 80).

Tabela 80 - Sugestões dos professores para melhorar a eficácia da educação sexual no 1º Ciclo

<b>Sugestões de melhoria</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Contratar profissionais na área	3	13,0
Preparar melhor os professores/cumprir as actividades propostas	10	43,5
Preparar melhor os pais, sobretudo dirimindo preconceitos	4	17,4
Mais horas, utilização de materiais didácticos e esclarecimento das dúvidas concretas colocadas pelos alunos / utilização de materiais bem trabalhados e coerentes	6	26,1
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0</b>

- **Valorização da ligação entre a escola e a família no desenvolvimento do tema da sexualidade no 1º Ciclo**

Como se evidencia na Tabela 81, a esmagadora maioria dos pais/encarregados de educação (87,8%) afirma ser pertinente a ligação entre a escola e a família no desenvolvimento do tema da sexualidade no 1º Ciclo.

Tabela 81 - Percepção dos pais/encarregados de educação relativamente à importância da ligação entre a escola e a família no desenvolvimento do tema

<b>Relevância da ligação escola/família</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	79	87,8
Não	8	8,9
Não respostas	3	3,3
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0</b>

Ainda com mais veemência, verificamos que 98,2% dos professores julgam ser importante a ligação entre a escola e a família na abordagem desta temática (cf. Tabela 82).

Tabela 82 - Percepção dos professores relativamente à importância da ligação entre a escola e a família no desenvolvimento do tema

<b>Relevância da ligação escola/família</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	55	98,2
Não	0	0
Não resposta	1	1,8
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

- **Justificação da importância da articulação entre a escola e a família no desenvolvimento do tema no 1º Ciclo**

As principais justificações apresentadas pelos pais/encarregados de educação relativas à importância da articulação entre escola e a família centram-se sobretudo na complementaridade de ambas para a educação das crianças (32,8%). Também a troca de informações sobre o aluno (14,1%) e o esclarecimento de dúvidas (17,1%) foram apontadas como razões a considerar no que toca à importância da ligação entre a escola e a família. Apenas 1 dos respondentes não atribui relevância a este facto (1,6%), alegando que cada um (escola e família) tem papéis distintos (cf. Tabela 83).

Tabela 83 - Principais justificações apresentadas pelos pais/encarregados de educação relativamente à importância da ligação entre a escola e a família

<b>Justificações da relevância</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Troca de informações sobre o aluno	9	14,1
Escola e família como pilares fundamentais e de complementaridade para a educação das crianças	21	32,8
Controlo das aprendizagens	5	7,8
Esclarecimento de dúvidas	11	17,1
Resolução de problemas	8	12,5
A criança sente apoio da escola e da família	3	4,7
Troca de informação sobre os temas abordados nesta temática	6	9,4
Não, porque cada um tem o seu papel	1	1,6
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100,0</b>

Através da Tabela 84, podemos constatar que 26,7% dos professores consideram a escola e a família como pilares fundamentais e de complementaridade para a educação das crianças, bem como o maior envolvimento da família (22,2%) (cf. Tabela 82). Uma outra justificação apresentada é o facto desta articulação permitir o esclarecimento de dúvidas (15,5%) e a troca de informação sobre os temas abordados dentro desta temática (13,3%).

Tabela 84 - Principais justificações apresentadas pelos professores relativamente à importância da ligação entre a escola e a família

<b>Justificações da relevância</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Troca de informações sobre o aluno	2	4,5
Escola e família como pilares fundamentais e de complementaridade para a educação das crianças	12	26,7
Melhoramento das estratégias educativas	2	4,5
Esclarecimento de dúvidas	7	15,5
Resolução de problemas	4	8,9
A criança sente apoio da escola e da família	1	2,2
Troca de informação sobre os temas abordados nesta temática	6	13,3
Maior envolvimento da família	10	22,2
Desenvolvimento das crianças	1	2,2
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>100,0</b>

- **Disponibilidade para participar em acções de divulgação/formação sobre o tema da sexualidade no 1º Ciclo**

Questionados sobre a disponibilidade de participar em formas de sensibilização e debates sobre estratégias e métodos de ensino sobre o tema da sexualidade, mais de metade (56,7%) dos pais/encarregados de educação afirma estar disponível para participar nas iniciativas propostas, sendo no entanto relevante que 40,0% não manifestem interesse (cf. Tabela 85).

Tabela 85 - Disponibilidade dos pais/encarregados de educação para participar em acções de formação sobre o tema

<b>Disponibilidade em participar</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	51	56,7
Não	36	40,0
Não respondas	3	3,3
Total	90	100,0

Relativamente à disponibilidade dos professores em participar em formas de sensibilização e debates sobre a temática da sexualidade, constatamos que 67,9% responde afirmativamente. No entanto, é de registar que 30,3% não manifesta interesse em participar nessas iniciativas (cf. Tabela 86).

Tabela 86 - Disponibilidade dos professores para participar em acções de formação sobre o tema

<b>Disponibilidade em participar</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	38	67,9
Não	17	30,3
Não resposta	1	1,8
Total	56	100,0

- **Assuntos que gostaria de ver abordados nas acções de formação sobre o tema da sexualidade no 1º Ciclo**

Dos temas que os pais/encarregados de educação gostariam de ver abordados em acções de formação e/ou debates destacam-se a afectividade (16,7%) e o respeito pela diferença entre as pessoas (10,0%), dentro da categoria do relacionamento interpessoal e sexualidade, que totaliza 38,3% das preferências. Um outro tema que

também merece destaque é o das alterações do corpo na adolescência (13,3%) no âmbito da categoria da biologia e sexualidade, que soma 31,7% das escolhas.

Dentro da categoria de educação e sexualidade (como o educar para a sexualidade) que totaliza 20% das respostas, podemos ainda realçar o tema da informação sexual e o seu modo de transmissão (cf. Tabela 87).

Tabela 87 - Assuntos que os pais/encarregados de educação gostariam de ver abordados em iniciativas de sensibilização e debate sobre o tema da sexualidade

<b>Categorias</b>	<b>Assuntos a abordar</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Biologia e sexualidade	A puberdade	2	
	Alterações do corpo na adolescência	8	
	O conhecimento do corpo a nível sexual	1	
	Gravidez na adolescência	1	
	Como nascem os bebés	2	
	Sexualidade na adolescência	2	
	O aborto	1	
	O acto sexual como satisfação de uma necessidade	1	
	A importância da primeira relação sexual	1	
<b>Subtotal</b>		<b>19</b>	<b>31,7</b>
Relacionamento interpessoal e sexualidade	O namoro	1	
	O respeito pelas diferentes orientações sexuais	1	
	A sexualidade e as barreiras sexuais	1	
	O casamento entre os homossexuais	1	
	O respeito pela diferença entre as pessoas	6	
	A afectividade	10	
	A importância dos afectos da família e amigos	2	
	Como viver a sexualidade sem violência	1	
<b>Subtotal</b>		<b>23</b>	<b>38,3</b>
Educação e sexualidade (como educar para a sexualidade)	O interesse e a curiosidade das crianças na sexualidade	2	
	A influência dos meios de comunicação social	1	
	O controlo da sexualidade	1	
	Responsabilização dos comportamentos	1	
	A importância da educação sexual nas escolas	2	
	Informação e o seu modo de transmissão	3	
	Explicar às crianças que a necessidade das relações sexuais surge na idade adulta	1	
	Comportamentos defensivos de possíveis abusos	1	
<b>Subtotal</b>		<b>12</b>	<b>20,0</b>
Saúde e sexualidade	Como viver a sexualidade de forma saudável	1	
	Cuidados de higiene	2	
	Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	2	
	Métodos de prevenção	1	
<b>subtotal</b>		<b>6</b>	<b>10,0</b>
<b>Total</b>		<b>60</b>	<b>100,0</b>

Relativamente aos temas que os professores gostariam de ver abordados, estes centram-se sobretudo na afectividade apontada por 5 professores no âmbito da

categoria do relacionamento interpessoal e sexualidade, que totaliza 45,4% das preferências.

Segue-se a categoria da educação para a sexualidade (36,4%), salientando-se o tema, como educar para comportamentos de risco, indicado por três professores.

Por fim, temos dois temas no âmbito da biologia e sexualidade (18,2%), a saber, alterações do corpo e gravidez na adolescência, o primeiro sugerido por três professores e o segundo por um (cf. Tabela 88).

Tabela 88 - Assuntos que professores gostariam de ver abordados em iniciativas de sensibilização e debate sobre o tema da sexualidade

<b>Categorias</b>	<b>Assuntos a abordar</b>	<b>Nº de respostas</b>	<b>%</b>
Biologia e sexualidade	Alterações do corpo	3	
	Gravidez na adolescência	1	
<b>Subtotal</b>		<b>4</b>	<b>18,2</b>
Relacionamento interpessoal e sexualidade	O respeito pela diferença entre as pessoas	1	
	A afectividade	5	
	O divórcio – porquê e como ultrapassar	1	
	Relações pessoais	2	
	Relações entre colegas	1	
<b>Subtotal</b>		<b>10</b>	<b>45,4</b>
Educação e sexualidade (como educar para a sexualidade)	A sexualidade na infância	1	
	Como lidar com a sexualidade na deficiência mental	1	
	Planificação de actividades sobre a sexualidade	1	
	A articulação escola/família na abordagem da educação sexual	1	
	Comportamentos de risco	3	
	Como interpretar sinais de abuso sexual e o que fazer	1	
<b>Subtotal</b>		<b>8</b>	<b>36,4</b>
<b>Total</b>		<b>22</b>	<b>100,0</b>

## 4.2 Verificação das hipóteses

Com o objectivo de verificação das hipóteses formuladas no âmbito da investigação optou-se pelo recurso a testes não paramétricos considerando os seguintes factores de exclusão:

- as variáveis não são mensuradas num nível mínimo intervalar, com excepção das perguntas II.1 e II. 2;
- a distribuição nem toda é simétrica e mesocúrtica;
- as características estudadas (variável) não têm distribuição normal numa dada população.

Considerando os pressupostos supracitados, optou-se pela aplicação do teste não paramétrico de Mann-Whitney<sup>2</sup>.

Procede-se agora à verificação de cada uma das hipóteses formuladas na presente investigação.

- **H1: Existem diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento sobre a sexualidade percebido pelos pais/encarregados de educação e pelos professores.**

Para a verificação da hipótese recorreu-se à pergunta *II.3. Como classifica o seu grau de conhecimento sobre a sexualidade?*

De acordo com as respostas obtidas à questão, os valores médios foram de 3,39 nos pais/encarregados de educação e de 3,48 nos professores. Tal significa que o grau médio de conhecimento relativamente ao tema da sexualidade quer dos

---

<sup>2</sup> Teste de utilização preferível ao t-Test quando há violação da normalidade, ou quando os n's são pequenos, ou ainda quando as variáveis são, pelo menos, de nível ordinal. Este teste possibilita verificar a igualdade de comportamentos de dois grupos de casos ou a existência de diferenças no pós-teste entre duas condições experimentais. As hipóteses do teste de Mann-Whitney são:

- H0: As duas populações são iguais em tendência central;
- Ha: As duas populações não são iguais em tendência central.

Os testes não paramétricos como é o caso do Mann-Whitney, assumem que as distribuições tenham a mesma forma, embora esta possa se não normal. Assim, para se poder aplicar o teste de Mann-Whitney, tem de se verificar a igualdade da forma das duas distribuições. Esta verificação é feita por recurso às caixas de bigodes, ao teste de igualdade das variâncias e ao estudo da simetria (Pestana & Gageiro, 2003).

pais/encarregados de educação quer dos professores se situa entre as respostas “bom” e “muito bom”.

Por aplicação do teste não paramétrico de Mann-Whitney, descrito na Tabela 89 (Sig U = 0,492), pode considerar-se que o teste conduz à aceitação da H0 – as duas populações são iguais em tendência central, permitindo assim a rejeição da hipótese de existirem diferenças significativas quanto ao grau de conhecimento sobre a sexualidade percebido pelos pais/encarregados de educação e professores.

O resultado já era de esperar dada a semelhança verificada nas medidas de tendência central das duas populações.

Tabela 89 - Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento sobre a sexualidade percebido pelos pais/encarregados de educação e professores

<b>Como classifica o seu grau de conhecimento sobre a sexualidade?</b>	
Mann-Whitney U	2363.000
Wilcoxon W	6458.000
Z	-.687
Asymp. Sig. (2-tailed)	.492
Exact Sig. (2-tailed)	.496
Exact Sig. (1-tailed)	.247
Point Probability	.003

- **H2: Existem diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento do educando percebido pelos pais/encarregados de educação e pelos professores.**

Para a verificação da hipótese recorreu-se à pergunta *II.4. Como classifica o grau de conhecimento dos seus educandos/alunos sobre a sexualidade?*

De acordo com as respostas obtidas à questão, os valores médios foram de 2,60 nos pais/encarregados de educação e de 2,53 nos professores. Ou seja, quer pais/encarregados de educação, quer professores reconhecem que os conhecimentos dos seus educandos/alunos sobre o tema da sexualidade estão entre o quartil superior de “fraco” e o quartil inferior de “bom”.

Por aplicação do teste não paramétrico de Mann-Whitney, descrito na Tabela 90 (Sig U = 0,641), pode considerar-se que as duas populações são iguais em tendência central, portanto não se aceitando a hipótese de que exista diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos.

Tabela 90 - Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento do educando percebido pelos pais/encarregados de educação e pelos professores

<b>Como classifica o grau de conhecimento dos seus educandos/alunos sobre a sexualidade?</b>	
Mann-Whitney U	2256.500
Wilcoxon W	3687.500
Z	-.466
Asymp. Sig. (2-tailed)	.641
Exact Sig. (2-tailed)	.642
Exact Sig. (1-tailed)	.321
Point Probability	.002

- **H3: Existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à dificuldade em abordar o tema da sexualidade entre pais/encarregados de educação e professores.**

Para a verificação da hipótese recorreu-se à pergunta *II.9. Como pai ou encarregado de educação/professor sente dificuldade em abordar este tema com o(s) seu(s) educando(s) alunos?*

De acordo com as respostas obtidas à questão, os valores médios foram de 1,19 nos pais/encarregados de educação e de 1,09 nos professores. Ou seja, quer pais/encarregados de educação, quer professores manifestam não ter grande dificuldade em abordar o tema com os seus educandos/alunos.

O teste não paramétrico de Mann-Whitney, descrito na Tabela 91 (Sig U = 0,098), conduz à aceitação da H0 – as duas populações são iguais em tendência central; no entanto há violação dos seus pressupostos, isto é, não se verifica igualdade na forma das duas distribuições, as próprias caixas de bigodes o sugerem, vindo a ser confirmado pelo teste de Levene (sig = 0,001).

Em face deste resultado o teste conduz à não rejeição da hipótese de que existem diferenças estatisticamente significativas entre pais/encarregados de educação e professores no que concerne à dificuldade em abordar o tema com os seus educandos/alunos. Considera-se, assim, que a hipótese é confirmada.

Tabela 91 - Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas no que concerne à dificuldade em abordar o tema da sexualidade entre pais/encarregados de educação e professores

<b>Como Pai/Professor sente dificuldade em abordar este tema com os seus alunos?</b>	
Mann-Whitney U	2238.500
Wilcoxon W	3834.500
Z	-1.657
Asymp. Sig. (2-tailed)	.098
Exact Sig. (2-tailed)	.152
Exact Sig. (1-tailed)	.074
Point Probability	.049

- **H4: Existem diferenças estatisticamente significativas no que toca à relevância atribuída ao ensino da sexualidade no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e por professores.**

Para a verificação da hipótese recorreu-se às respostas à pergunta *III.1 Qual a importância que atribui ao ensino da sexualidade em crianças que frequentam o 1º Ciclo?*

Os valores obtidos pelas medidas de tendência central permitem concluir que os pais/encarregados de educação e professores, média de 3,27 e 3,21, respectivamente, consideram importante o ensino da sexualidade em crianças que frequentam o 1º Ciclo.

Os resultados obtidos a partir do teste de Mann-Whitney, com Sig = 0,970 (Tabela 92), sugerem que as duas distribuições não diferem em tendência central. Contudo, uma vez que se verifica que há violação dos seus pressupostos (teste de Levene com sig = 0,015, concluindo que as distribuições não apresentam a mesma dispersão), não se rejeita a hipótese de existirem diferenças estatisticamente significativas no que toca à relevância atribuída ao ensino da sexualidade no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e professores. Considera-se assim, que a hipótese é confirmada.

Tabela 92 - Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas no que toca à relevância atribuída ao ensino da sexualidade no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e por professores

<b>Qual a importância que atribui ao ensino da sexualidade em crianças que frequentam o 1º Ciclo?</b>	
Mann-Whitney U	2511.500
Wilcoxon W	6606.500
Z	-.038
Asymp. Sig. (2-tailed)	.970
Exact Sig. (2-tailed)	.970
Exact Sig. (1-tailed)	.484
Point Probability	.000

- **H5: Existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à aceitação da obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e por professores.**

Para a verificação da hipótese recorreu-se às respostas obtidas à pergunta *III.3.1 Sabe que é obrigatória a leccionação da educação sexual no 1º Ciclo do Ensino Básico. Concorda com essa obrigatoriedade?*

Os valores obtidos pelas medidas de tendência central, permitem concluir que pais/encarregados de educação e professores, média de 1,78 e 1,75, respectivamente, concordam com a obrigatoriedade do ensino da sexualidade em crianças que frequentam o 1º Ciclo.

Os resultados obtidos a partir do teste de Mann-Whitney, com Sig = 0,727 (Tabela 93), revelam que as duas distribuições não diferem em tendência central, pelo que se rejeita a hipótese de existirem diferenças estatisticamente significativas no que toca à aceitação da obrigatoriedade da leccionação da sexualidade no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e por professores.

Tabela 93 - Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas no que concerne à aceitação da obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e por professores

<b>Sabe que é obrigatória a leccionação da educação sexual no 1º Ciclo do Ensino Básico. Concorda com essa obrigatoriedade?</b>	
Mann-Whitney U	2429.000
Wilcoxon W	4025.000
Z	-.349
Asymp. Sig. (2-tailed)	.727
Exact Sig. (2-tailed)	.841
Exact Sig. (1-tailed)	.438
Point Probability	.149

- **H6: Existem diferenças estatisticamente significativas quanto à adequação dos conteúdos da educação sexual no 1º Ciclo em relação à faixa etária percebida por pais/encarregados de educação e por professores.**

Para a verificação da hipótese recorreremos às respostas obtidas à pergunta do questionário *III.7. Considera que os conteúdos sobre a sexualidade leccionados no 1º Ciclo se adequam à faixa etária em questão?*

Os pressupostos de aplicação do teste revelam que se trata de amostras com diferenças significativas nas respostas à questão. Por outro lado, o próprio teste de Mann-Whitney, com sig = 0,000 (Tabela 94), confirma que as duas distribuições diferem em tendência central, logo são estatisticamente diferentes, não se rejeitando assim a hipótese de existirem diferenças estatisticamente significativas quanto à adequação dos conteúdos da educação sexual no 1º Ciclo em relação à faixa etária percebida entre pais/encarregados de educação e professores.

As medidas de tendência central já anteviam estes resultados, por exemplo, os valores médios eram de 0,85 no caso dos pais/encarregados de educação e de 1,91 nos professores. Considera-se, pois, que a hipótese é confirmada.

Tabela 94 - Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas quanto à adequabilidade dos conteúdos da educação sexual no 1º Ciclo, em relação à faixa etária, percebida por pais/encarregados de educação e por professores

<b>Considera que os conteúdos sobre a sexualidade leccionados no 1º Ciclo se adequam à faixa etária em questão?</b>	
Mann-Whitney U	1103.000
Wilcoxon W	5108.000
Z	-6.482
Asymp. Sig. (2-tailed)	.000
Exact Sig. (2-tailed)	.000
Exact Sig. (1-tailed)	.000
Point Probability	.000

- **H7: Existem diferenças estatisticamente significativas na opinião dos pais/encarregados de educação e professores no que concerne ao grau de adequação da forma de abordagem do tema da sexualidade no 1º Ciclo.**

Para a verificação da hipótese recorreu-se às respostas à pergunta *III.8. Na sua opinião, a forma como os conteúdos sobre o tema da sexualidade são transmitidos é: (...)*

Os resultados obtidos a partir do teste de Mann-Whitney, com Sig = 0,000 (Tabela 95), revelam que as duas distribuições diferem em tendência central, pelo que não se rejeita a hipótese de existirem diferenças estatisticamente significativas relativamente à opinião dos pais/encarregados de educação e professores no que concerne ao grau de adequação da forma de abordagem do tema da sexualidade no 1º Ciclo.

A hipótese é confirmada. Os resultados já eram de esperar através da análise das medidas de tendência central, cujos valores médios eram de 1,71 nos pais/encarregados de educação e de 3,08 nos professores, ou seja os professores são de opinião que a forma de abordagem é “bastante adequada”. Na opinião dos pais/encarregados de educação é “pouco adequada”.

Tabela 95 - Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas na opinião dos pais/encarregados de educação e dos professores no que concerne ao grau de adequação da forma de abordagem do tema da sexualidade no 1º Ciclo.

<b>Na sua opinião, a forma como os conteúdos sobre o tema da sexualidade são transmitidos é:</b>	
Mann-Whitney U	1150.500
Wilcoxon W	4978.500
Z	-4.987
Asymp. Sig. (2-tailed)	.000
Exact Sig. (2-tailed)	.000
Exact Sig. (1-tailed)	.000
Point Probability	.000

- **H8: Existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção dos pais/encarregados de educação e professores quanto à eficácia da educação sexual no 1º Ciclo.**

Para a verificação da hipótese recorreu-se às respostas obtidas à pergunta do questionário *III.10. Na sua opinião considera que a Educação Sexual leccionada actualmente nas escolas tem-se mostrado?*

Considerando a verificação dos pressupostos de aplicação do teste Mann-Whitney e os resultados do mesmo com Sig = 0,500 constata-se que eventuais diferenças nas distribuições não são estatisticamente significativas (Tabela 96), o que conduz à rejeição da hipótese de existirem diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção dos pais/encarregados de educação e professores quanto à eficácia da educação sexual no 1º Ciclo.

Tabela 96 - Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção dos pais/encarregados de educação e dos professores quanto à eficácia da educação sexual no 1º Ciclo.

<b>Na sua opinião, considera que a educação sexual leccionada actualmente nas escolas do 1º Ciclo tem-se mostrado</b>	
Mann-Whitney U	2111.500
Wilcoxon W	5766.500
Z	-.675
Asymp. Sig. (2-tailed)	.500
Exact Sig. (2-tailed)	.504
Exact Sig. (1-tailed)	.252
Point Probability	.001

Os valores médios já revelavam essa tendência com os pais/encarregados de educação e professores a posicionarem-se nas respostas ao nível do “eficaz”, com 2,48 e 2,68, respectivamente.

- **H9: Existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à importância da ligação entre a escola e a família percebida por pais/encarregados de educação e por professores.**

Para a verificação da hipótese recorreu-se às respostas à pergunta *III.11. Julga ser importante a ligação entre a escola e a família no desenvolvimento deste tema?*

Considerando a verificação dos pressupostos de aplicação do teste Mann-Whitney e os resultados do mesmo com Sig = 0,021 verifica-se que ambas as amostras diferem em tendência central (Tabela 97), o que conduz à não rejeição da hipótese de existirem diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção dos pais/encarregados de educação e professores quanto à importância da ligação entre a escola e a família no desenvolvimento do tema. Considera-se, pois, que a hipótese é confirmada.

Tabela 97 - Resultado do teste de Mann-Whitney para verificação da existência de diferenças estatisticamente significativas no que concerne à importância da ligação entre a escola e a família percebida por pais/encarregados de educação e por professores

<b>Julga ser importante a ligação entre a escola e a família no desenvolvimento deste tema?</b>	
Mann-Whitney U	2172.500
Wilcoxon W	6000.500
Z	-2.307
Asymp. Sig. (2-tailed)	.021
Exact Sig. (2-tailed)	.023
Exact Sig. (1-tailed)	.017
Point Probability	.017

Em suma, relativamente ao conjunto de hipóteses formuladas no início da investigação, a Tabela 98 resume os resultados obtidos após submissão dos dados das duas populações (pais/encarregados de educação e professores) ao teste de Mann-Whitney. Como se constata, os dados colhidos confirmam cinco das nove hipóteses formuladas.

Tabela 98 – Resumo dos resultados obtidos na verificação das hipóteses

Hipóteses	Resultado da aplicação do teste Mann-Whitney aos dados das duas amostras
H1: Existem diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento sobre a sexualidade percebido pelos pais/encarregados de educação e professores	Infirmam a hipótese
H2: Existem diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento do educando percebido pelos pais/encarregados de educação e professores	Infirmam a hipótese
H3: Existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à dificuldade em abordar o tema da sexualidade entre pais/encarregados de educação e professores	Confirmam a hipótese
H4: Existem diferenças estatisticamente significativas no que toca à relevância atribuída ao ensino da sexualidade no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e professores	Confirmam a hipótese
H5: Existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à aceitação da obrigatoriedade da leccionação da educação sexual no 1º Ciclo percebida por pais/encarregados de educação e professores	Infirmam a hipótese
H6: Existem diferenças estatisticamente significativas quanto à adequação dos conteúdos da educação sexual, no 1º Ciclo em relação à faixa etária percebida por pais/encarregados de educação e professores	Confirmam a hipótese
H7: Existem diferenças estatisticamente significativas na opinião dos pais/encarregados de educação e professores no que concerne ao grau de adequação da forma de abordagem do tema da sexualidade no 1º Ciclo	Confirmam a hipótese
H8: Existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção dos pais/encarregados de educação e professores quanto à eficácia da educação sexual no 1º Ciclo	Infirmam a hipótese
H9: Existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à importância da ligação entre a escola e a família percebida por pais/encarregados de educação e professores	Confirmam a hipótese

## **CAPÍTULO 5**

### **DISCUSSÃO DOS DADOS**

Apresentados os resultados do nosso estudo, é chegado o momento de os discutir e interpretar, atendendo não só a uma contextualização específica em que se inserem, mas estabelecendo pontos de comparação e confrontação com a posição de outros autores estudados.

Quivy e Campenhoudt (1998) apontam como principais objectivos desta etapa a interpretação dos dados e a revisão das hipóteses, para que, nas conclusões, o investigador esteja em condições de propor pistas de reflexão ou de investigação para o futuro.

Procurámos estabelecer um paralelo entre os resultados obtidos, fazendo uma apreciação dos considerados de maior relevo, de forma a objectivar teoricamente os dados encontrados, sintetizando-os de uma forma integrada. Os procedimentos foram executados sem sacrificar qualquer rigor, de forma que a abordagem se centre numa exposição tanto quanto possível, acessível, simples e objectiva, dando resposta às questões de investigação.

A amostra deste estudo é constituída por 90 pais/encarregados de educação e 56 professores do 1º Ciclo, num total de 146 inquiridos. Relativamente aos pais/encarregados de educação, no que diz respeito às suas características sociodemográficas, constatámos que a grande maioria dos questionários foi preenchido por mães. A média de idades dos inquiridos situa-se entre os 35 e 44 anos, sendo predominante o estado civil casado. De acordo com a classificação nacional das profissões, a maioria dos pais/encarregados de educação enquadra-se na categoria de especialista das profissões intelectuais e científicas, situando-se o nível de escolaridade no curso superior.

Quanto aos professores, a maioria dos respondentes é do sexo feminino. Relativamente à distribuição por escalão etário salientamos que metade tem entre 35 e 44 anos, predominando igualmente o estado civil casado. O tempo de serviço dos docentes situa-se entre os 15 e 24 anos, pertencendo a maior parte ao quadro de escola. A esmagadora maioria destes apresenta o grau académico de licenciatura. Quer a ocupação profissional, quer as habilitações académicas são relativamente

elevadas, tendo em conta o panorama a nível nacional e sugerem uma amostra com características urbanas.

Quando questionados acerca das concepções sobre a sexualidade, de uma forma geral, os pais/encarregados de educação, apontam os 16 anos como a idade para início de namoro, tanto para os rapazes como para as raparigas. Já os professores referem a idade de 18 anos para ambos os sexos, logo seguida dos 16 anos.

Questionados sobre a idade para ter a primeira relação sexual, pais/encarregados de educação e professores estão de acordo ao considerarem a idade de 18 anos, seguindo-se os 20 anos para ambos os sexos. A idade para casar considerada pelos pais/encarregados de educação situa-se entre os 25 e 30 anos, sendo os 25 anos a mais apontada tanto para os rapazes como para as raparigas. No entanto, relativamente aos professores, apesar de estes também considerarem o mesmo intervalo de idades para o casamento, referem os 30 anos para os rapazes e os 25 anos para as raparigas.

Respeitante à idade para ter o primeiro filho, pais/encarregados de educação e professores apontam a idade de 30 anos. No entanto, destacamos o facto de ambos admitirem, no caso das raparigas, idades inferiores (a partir dos 23 anos) para terem o primeiro filho, comparativamente aos rapazes.

Verificamos, deste modo, que as idades consideradas para o início da actividade sexual, para casar e ter o primeiro filho, se situam na maioria tanto na perspectiva dos pais/encarregados de educação como dos professores.

Quando questionados sobre se há uma idade específica para o início da sexualidade, em geral, a esmagadora maioria dos pais/encarregados de educação e professores responde que não. Contudo, aqueles que consideram uma idade específica situam-na, em ambos os casos, nos 18 anos.

É de salientar que, relativamente a estas questões de caracterização das concepções sobre a sexualidade, verificámos um elevado número de não respostas, tanto por parte dos pais/encarregados de educação como dos professores, o que se compreende pelo carácter privado das mesmas.

No que concerne à percepção dos pais/encarregados de educação e professores quanto ao seu grau de conhecimento sobre a sexualidade, constata-se que ambos consideram, em geral, que ele é bom ou muito bom; apenas uma minoria admite que esse conhecimento é fraco.

De acordo com as respostas obtidas, os valores médios foram de 3,39 nos pais/encarregados de educação e de 3,48 nos professores (numa escala de 1 a 5). Tal

significa que o grau médio de conhecimento relativamente ao tema da sexualidade, quer para pais/encarregados de educação, quer para professores, se situa entre as respostas “bom” e muito bom”, infirmo-se assim a Hipótese 1 de que existem diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento sobre a sexualidade percebida por pais/encarregados de educação e professores.

Relativamente à percepção que os pais/encarregados de educação têm do grau de conhecimento dos seus filhos/alunos, verificou-se também existir sintonia em relação às respostas dos inquiridos, sendo os valores médios de 2,60 nos pais/encarregados de educação e 2,53 nos professores. Quer dizer, ambos reconhecem que os conhecimentos dos seus educandos/alunos sobre o tema da sexualidade estão entre o “fraco” e o “bom”. Deste modo, não se confirma a Hipótese 2 de que existem diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de conhecimento do educando percebido pelos pais/encarregados de educação e professores.

Quanto à iniciativa para abordar o tema da sexualidade com as crianças, pais/encarregados de educação e professores, fazem-no, na sua maioria, por iniciativa própria e, no caso mais específico dos professores, por estar igualmente relacionado com os alguns conteúdos curriculares, sobretudo, no terceiro ano de escolaridade, na área de Estudo do Meio. Contudo, em ambos os grupos, constatámos que a não abordagem do tema da sexualidade se deve, sobretudo à não solicitação por parte dos filhos/alunos, ao facto de se considerar que estes não têm idade e, ainda, por razões que se prendem com alguma falta de vontade e por não saberem como proceder.

Comparativamente ao hábito de o educando colocar dúvidas que envolvam a sexualidade, verificámos que a maioria dos professores refere que os alunos os abordam, contrariamente aos pais/encarregados de educação que alegam, na sua maioria, não serem solicitados para tal. As dúvidas colocadas pelos educandos aos professores enquadram-se na categoria das relações sexuais, nomeadamente “como se fazem os bebés” e “o que é fazer sexo”. Seguem-se as dúvidas relativas à gestação “como nascem os bebés”, “fecundação” e “gravidez” bem como as alterações do corpo e menstruação. O namoro e o casamento são referenciados em menor percentagem.

Quando questionados sobre a capacidade para esclarecer as dúvidas dos seus educandos, pais/encarregados de educação e professores alegam conseguir fazê-lo de forma satisfatória, embora se constate, no caso dos pais/encarregados de educação, que uma percentagem ainda relevante (18,9%) não se sente à vontade para o fazer. Já os valores médios situam-se em 1,19 para os pais/encarregados de educação e 1,09 para os professores. Contudo, não se verifica igualdade na forma das duas distribuições das respostas dos sujeitos inquiridos. Face a este resultado, não se

rejeita a Hipótese 3 de que existem diferenças estatisticamente significativas entre pais/encarregados de educação e professores no que concerne à dificuldade em abordar o tema da sexualidade com os seus educandos.

Quanto aos motivos invocados para explicar a dificuldade em abordar o tema da sexualidade com os seus educandos, constatou-se que, os pais/encarregados de educação, em geral, alegam que não sabem como fazê-lo, seguindo-se a pouca idade do educando. Já alguns dos professores, na sua maioria, advogam a falta de formação dentro desta temática, de forma a poderem suprir as suas dificuldades. Daí que possamos afirmar que estes resultados corroboram a necessidade de se proceder a acções de formação no domínio da educação sexual.

Esta é pois uma questão defendida na legislação em vigor que garante a formação necessária ao exercício destas funções, através de acções e projectos, estabelecendo ainda parcerias com a Direcção-Geral de Saúde, as instituições do ensino superior e o Instituto Português da Juventude, bem como outras organizações devidamente credenciadas. Também para Daniel Sampaio (2008), especialista na matéria, é essencial que se invista cada vez mais na formação de professores. Não será possível continuar a ter à frente das turmas pessoas que dão o melhor do seu esforço, mas que não estão aptas a responder às questões que os alunos colocam, para além da matéria escolar.

Não obstante esta lacuna formativa, em geral, os professores referem não ter grandes dificuldades em abordar a educação sexual junto dos seus alunos, como já havíamos verificado anteriormente. Por conseguinte, há que considerar ainda a falta de vontade de alguns docentes na abordagem desta temática, bem como o receio de poder causar problemas na estrutura familiar do aluno. Neste seguimento, Frade e colaboradores (1992) lembram que são muitos os docentes que se sentem inseguros não só relativamente àquilo que devem dizer e como dizer, mas sobretudo face à reacção das crianças, das famílias e dos próprios colegas.

Globalmente, pais/encarregados de educação e professores procuram partilhar e esclarecer as suas dúvidas, sendo que a maioria dos pais/encarregados de educação o fazem com o cônjuge e os professores com os colegas de trabalho. Em ambos os grupos salienta-se a pesquisa documental no concernente ao esclarecimento de dúvidas. Ainda relativamente aos professores, estes recorrem igualmente ao técnico de saúde e, em menor número, ao encarregado de educação do seu aluno.

No decorrer deste estudo, constatámos que tanto pais/encarregados de educação como professores atribuem um elevado grau de importância ao ensino da sexualidade no 1º Ciclo. Apesar de nos referirmos a alunos num escalão etário em que

o desenvolvimento da sexualidade não é tão visível, a abordagem da temática nesta etapa do desenvolvimento da criança poderá ser considerada um bom suporte para o desenvolvimento sexual na adolescência, pois uma sexualidade vivida com equilíbrio, na infância, torna o adolescente responsável, seguro de si, digno e capaz de se respeitar a si e aos outros e de desenvolver a sua sexualidade com equilíbrio.

Ainda em relação a esta questão, as médias obtidas de 3,27 para os pais/encarregados de educação e de 3,21 para os professores, indicam que ambos consideram importante o ensino da sexualidade em crianças que frequentam o 1º Ciclo. Contudo, uma vez que as distribuições não apresentam idêntica dispersão, não se rejeita a Hipótese 4 de que existem diferenças estatisticamente significativas no que toca à relevância atribuída ao ensino da sexualidade no 1º Ciclo.

Apesar de a grande maioria dos pais/encarregados de educação e professores corroborarem a importância da educação sexual nas escolas, há ainda, dentro destes dois grupos quem não lhes atribua grande relevância, nomeadamente nos pais/encarregados de educação. De assinalar, apenas um número muito reduzido de respostas deste tipo por parte dos professores. As justificações aduzidas prendem-se com o baixo nível de maturidade das crianças e com o argumento de pouco interesse que este tema possa despertar. É também referida a importância da transmissão de valores.

No entanto, a transmissão de valores não se pode restringir apenas à educação sexual ou à sexualidade em geral, “toda a educação tem, necessariamente, um quadro ético de referência. Com efeito, educar, no sentido mais amplo, é sempre uma forma de trabalhar com valores, seja qual for a metodologia aplicada” (Ministérios da Educação e da Saúde, APF, 2000 p. 27). Pais/encarregados de educação e professores procuram uma escala de valores comum e positiva, pois uma abordagem à sexualidade circunscrita apenas a aspectos anátmo-fisiológicos não é completa.

Ainda que os pais/encarregados de educação e professores encarem a abordagem da educação sexual como fundamental no processo educativo, o que é certo é que não se vêem sozinhos nesta tarefa. Na opinião de ambos os grupos, este papel também deverá ser atribuído aos profissionais de saúde devidamente habilitados para abordar esta temática. Tal como defende Osswald (2009), “educar para a sexualidade é tarefa a que não se pode eximir o educador, mas também é óbvio que esta exige a intervenção de vários agentes” (p.285).

Quase na sua totalidade os professores têm conhecimento da obrigatoriedade da leccionação de educação sexual no 1º Ciclo, bem como a maioria dos pais/encarregados de educação. Desde a Lei nº 3/84 até à Lei 60/2009, que estabelece o regime da aplicação da educação sexual em meio escolar, foram

desenvolvidos vários projectos ao longo dos anos; no entanto, pela primeira vez, temos uma Lei que abrange todas as crianças e jovens. Os valores obtidos pelas medidas de tendência central permitem concluir que pais e professores (média de 1,78 e 1,75, respectivamente) concordam com a obrigatoriedade do ensino da sexualidade no 1º Ciclo, infirmado-se a Hipótese 5 de que existem diferenças estatisticamente significativas no que toca à aceitação da obrigatoriedade da leccionação da sexualidade no 1º Ciclo.

Não obstante, verificamos que apenas cerca de metade dos Pais/encarregados de educação conhece a nova Lei. Já em relação aos professores, verificamos que um número considerável (85,7%) está a par da nova legislação. Em ambos os grupos considera-se razoável a carga horária de seis horas anuais para a leccionação da educação sexual no 1º Ciclo; contudo as opiniões dividem-se, no caso dos pais/encarregados de educação, ao considerarem pouco e nada razoável as horas acima referidas com 31,1% das respostas.

Os professores têm uma percepção mais favorável quanto à adequação do número de horas comparativamente aos pais/encarregados de educação. Tal leva-nos a questionar, na esteira de Lopes (2010), o facto de as nossas crianças estarem sujeitas a “horas de educação sexual implícita através dos meios de comunicação social como a televisão, o cinema e a internet ” (p.12). Ainda de acordo com o mesmo autor, a Lei parece pouco ambiciosa, neste Artigo 5º, uma vez que há um desequilíbrio entre o número de horas (seis para o 1º e 2º ciclos e doze para o 3º ciclo e secundário) e o número de horas a que as crianças e jovens estão sujeitos à oferta informal de mensagens, na sua maioria incompletas ou mesmo erradas. Assim sendo, caberá às escolas procurar um equilíbrio na distribuição da carga horária ao longo dos três períodos, pois as crianças e jovens são alvos fáceis de informação e mensagens, nem sempre correctas, ao longo de todo o ano, e também porque as suas dúvidas relativamente a esta temática não se centram só num período escolar.

Como já verificámos anteriormente, apesar de cerca de metade dos pais/encarregados de educação demonstrarem ter conhecimento da Lei 60/2009 de 6 de Agosto, uma percentagem significativa (61,1%) declara não ter conhecimento das finalidades a ela inerentes. Em oposição, 66,1% dos professores afirmam ter conhecimento das onze finalidades que fazem parte do Artigo 2º, que segundo Lopes (2010) é um dos mais importantes. Apesar de elevada, consideramos que esta percentagem deveria ser maior dadas as responsabilidades dos professores neste domínio.

A finalidade apontada com mais ênfase pelos pais/encarregados de educação assenta no esclarecimento e prevenção dos comportamentos de risco, com 14

respostas, correspondentes a 25%. De facto, esta finalidade “reclama a forçosa aposta no desenvolvimento de competências pessoais e sociais robustas” (Lopes, 2010, p.6). Assim, poderá ser adquirida uma vivência mais informada, autónoma e responsável da sexualidade por parte das crianças e jovens. Contrariamente, na opinião de Osswald (2009), as finalidades são na sua grande maioria de natureza biológica, sobretudo no sentido da prevenção de consequências indesejáveis, como sendo a gravidez ou as doenças sexualmente transmissíveis, tornando-se “limitativa da liberdade humana” entrando, desta forma, em choque com as “convicções de grande parte da população” (p.290).

No entanto, e ainda na perspectiva dos pais/encarregados de educação, a finalidade referente à valorização da sexualidade e da afectividade entre as pessoas, destaca-se com 23,2%, seguindo-se a finalidade referente ao respeito pelo outro e pelas diferentes orientações sexuais, com 12,5%.

Relativamente aos professores, a finalidade apontada como sendo a mais pertinente (34,5%) situa-se no campo da afectividade. Esta insere-se na primeira finalidade que visa desenvolver nas crianças e jovens atitudes de reconhecimento da importância dos sentimentos e da própria afectividade na vivência da sexualidade, bem como no reconhecimento da importância das relações afectivas na família. Como sabemos, a afectividade e a sexualidade educam-se e aprendem-se, sendo necessário para tal, encontrar um ponto de equilíbrio.

Ainda em relação aos docentes, estes destacam ainda as finalidades referentes à capacidade de protecção face a abusos sexuais (17,2%) e o respeito pelas diferentes orientações sexuais (17,2%) correspondente às finalidades e) e f) da Lei 60/2009 de 9 de Agosto, respectivamente. Em consonância com esta perspectiva, Lopes (2010) sublinha a importância de se trabalhar as mudanças de atitude e de comportamentos, de forma a diminuir os preconceitos ainda existentes. Tudo isto em prol de toda a comunidade, pois só deste modo se pode viver numa sociedade mais saudável, atenta e aberta à aceitação da diferença.

Os dados relativos à adequação dos conteúdos da sexualidade leccionados no 1º Ciclo, revelam-nos que os pais/encarregados de educação não têm, na sua maioria, conhecimento dos mesmos. Já 92,9% dos professores considera que os conteúdos se mostram adequados à faixa etária em estudo. Pelo exposto, verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas quanto à percepção sobre a adequação dos conteúdos da educação sexual no 1º Ciclo entre pais/encarregados de educação e professores. Também os valores médios diferem, sendo no caso dos pais/encarregados de educação de 0,85 e no caso dos professores de 1,91. Neste

seguimento, estamos perante a aceitação da Hipótese 6, pois ambos os grupos são estatisticamente diferentes.

Relativamente à percepção que pais/encarregados de educação e professores têm sobre o grau de adequação da forma de abordagem do tema da sexualidade no 1º Ciclo, verificamos que, relativamente ao primeiro grupo, na sua maioria, este não tem conhecimento dos conteúdos e, tão pouco, da forma como estes são abordados. Já os professores, em contrapartida, afirmam que os conteúdos leccionados são bastante adequados e, não obstante, sublinham ainda que estes são abordados de forma apropriada. Neste seguimento, estamos, portanto perante a aceitação das Hipótese 7, cujos valores médios são de 1,71 nos pais/encarregados de educação e de 3,08 nos professores, o que nos leva a concluir que existem diferenças estatisticamente significativas.

Podemos ainda afirmar que existe uma coerência das respostas dadas em ambos os grupos estudados relativamente à percepção da adequação dos conteúdos, bem como à percepção que estes têm da sua forma de abordagem. Ou seja, uma vez que os pais não têm conhecimento dos conteúdos, logo não saberão se estes são abordados de forma adequada. O mesmo se passa com os docentes uma vez que consideram os conteúdos adequados, bem como a sua abordagem, visto terem conhecimento dos mesmos.

Relativamente à percepção sobre a preparação para a leccionar conteúdos respeitantes à sexualidade, as opiniões dividem-se tanto no caso dos pais/encarregados de educação como dos professores. Desta forma, encontramos respostas muito repartidas entre os pais que afirmam não terem conhecimento sobre se os docentes estão ou não bem preparados (26,7%), como aqueles que consideram que eles estão suficientemente preparados (25,6%) e até bem preparados (22,2%). Já no caso dos professores, as respostas situam-se, na maioria, entre os que se sentem bem ou muito bem preparados (46,4%) e os que admitem estarem aquém de uma preparação adequada (30,4%).

Apesar de tudo, pais/encarregados de educação e professores consideram ser eficaz ou bastante eficaz a leccionação da educação sexual nas escolas do 1º Ciclo, respectivamente, com 58,9% e 57,1%. Verificamos, deste modo, que as diferenças nas duas distribuições não são estatisticamente significativas quanto ao grau de eficácia de educação sexual do 1º Ciclo percebido por pais/encarregados de educação e professores, o que nos conduz à rejeição da Hipótese 8.

Não obstante, encontramos ainda uma percentagem de certa forma significativa de respondentes em ambos os grupos que considerou pouco ou nada eficaz a leccionação da educação sexual nas escolas do 1º Ciclo, nomeadamente um

total de 29,9% no caso dos pais/encarregados de educação e 37,5% no caso dos professores. As razões aduzidas pelo primeiro grupo reportam-se ao reduzido número de horas, bem como à falta de esclarecimento e existência de dúvidas e de incertezas. No caso dos professores, uma das razões mais apontadas foi a falta de receptividade por parte os pais/encarregados de educação, havendo a necessidade de os preparar melhor para a abordagem desta temática.

De realçar que, em ambos os grupos, uma das razões apontadas para a reduzida eficácia do ensino da educação sexual no 1º Ciclo, foi a necessidade de se investir na preparação dos docentes.

Esta é de facto uma preocupação real e à qual já havíamos feito referência anteriormente. A função e o papel do professor de educação sexual não diferem basicamente do que se lhe atribui nas outras áreas tornando-se, no entanto, útil e até necessário um apoio técnico. É pois desejável que esse auxílio, “a que se chama formação, faça parte da preparação inicial dos professores ajudando-os para que se sintam preparados de forma a desenvolver as competências adequadas” (Ministérios da Educação e da Saúde, APF, 2000 p. 39).

Apesar da Lei 60/2009 estabelecer o regime de aplicação da educação em meio escolar, há factores como a insegurança pessoal e o receio de incompreensão, aliados à falta de formação, que poderão ser um motivo impeditivo da realização e concretização de projectos nesta área. Contudo, trabalhando em equipa, “muitos dos receios iniciais podem ser facilmente ultrapassados” (Frade *et al.*, 1992, p.23). Lopes (2010) lembra-nos que a “falta de formação ou a sua insuficiência não pode continuar a ser a eterna desculpa” (p.14). O facto é que cada professor não precisa de ser um especialista em educação sexual, mas apenas um profissional bem informado com uma grande capacidade de reflexão, partilhando com outros profissionais saberes e experiências.

Neste seguimento, as sugestões dadas pelos pais/encarregados de educação e professores para a melhoria da educação sexual no 1º Ciclo, prendem-se, mais uma vez, com a carência de formação manifestada não só por parte dos docentes, estendendo-se esta aos pais/encarregados de educação. Há ainda a acrescentar, por parte dos docentes, a falta de materiais que possam auxiliar a prática da educação sexual em meio escolar, ou ainda, o uso adequado dos mesmos. Neste seguimento, Frade *et al* (1992) defendem que “partir dos conhecimentos individuais e do grupo, utilizar esses e novos conhecimentos, problematizar e resolver situações, utilizar o humor e o jogo ou trabalhar em pequenos grupos são as metodologias mais eficazes nesta área” (p.21). Desta forma, as metodologias participativas traduzem-se na

utilização de um conjunto muito vasto de técnicas que poderão facilitar o desenvolvimento dos trabalhos.

Quando questionados sobre a valorização da ligação entre a escola e a família no desenvolvimento do tema da sexualidade no 1º Ciclo, verificamos que tanto os pais/encarregados de educação como os professores, consideraram muito importante a articulação entre a escola e a família. Deste modo, estamos perante a não rejeição da Hipótese 9 de existirem diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção dos pais/encarregados de educação e professores quanto à importância da ligação entre a escola e a família relativamente à temática em estudo.

Nas palavras de Lopes (2010), é muito importante, e até benéfico que, a Lei em vigor reconheça e sublinhe a importância da articulação escola-família, pois não se pode “situar o processo de um só lado”; assim como, esta não se “compadece com as habituais desculpas de pais e professores” de que a educação é da responsabilidade ora da escola, ora da família (p.9).

Paiva e Paiva (2002, p.36) afirmam que “a participação dos pais é vital e não é novidade nenhuma que a educação para a sexualidade deve ser por excelência feita na família”. Neste seguimento, Dias *et al.* (2002, p.27) sublinham que é aconselhável que todo o processo educativo se deva desenvolver com “a colaboração das famílias dos educandos, sobretudo porque nesta área se tocam esferas de profunda intimidade”.

No entanto, sabemos, pela experiência, que nem sempre entre os dois universos socializadores mais próximos da criança há coerência nos valores e nos comportamentos. Logo, é necessário ter a consciência de que este facto obriga a encarar a necessidade de se construírem pontes que permitam estabelecer contactos e cooperação entre a escola e a família para ajudar ao sucesso escolar da criança.

Os pais/encarregados de educação e professores que fizeram parte do nosso estudo justificam a importância da articulação entre a escola e a família como sendo um importante meio de troca de informações sobre os filhos/alunos. Ambos os grupos consideram a “escola como um pilar fundamental e de complementaridade para a educação das crianças”, o que nos leva a concluir que se torna efectivamente relevante para o sucesso educativo e escolar do aluno que famílias e escolas se conheçam e se compreendam, pois a educação sexual tem que ser encarada com total naturalidade pelos pais, professores e pelas próprias crianças. A família e a escola têm a responsabilidade de estarem atentas, de intervirem numa forma coerente e em perfeita sintonia, com a finalidade de criarem condições para que as crianças possam ter um crescimento de desenvolvimento verdadeiramente humano.

Neste seguimento, encontramos uma percentagem significativa de pais/encarregados de educação (56,7%) e de professores (67,9%) dispostos a participar em acções de divulgação e/ou formação sobre o tema da sexualidade. Verificamos, assim, que há uma real vontade de ambos os grupos suprirem a falta de formação relativamente a esta temática, enumerada várias vezes ao longo desta investigação.

A afectividade e a importância dos afectos da família e dos amigos foram, sem dúvida, os assuntos mais referenciados por ambos os grupos como sendo aqueles que gostariam de ver abordados em iniciativas de sensibilização e debate, dentro da temática da sexualidade. Este dado vem ao encontro do Artigo 2º da Lei 60/2009 já referenciado referente às finalidades: a valorização da afectividade como finalidade essencial da educação sexual. As alterações do corpo e os comportamentos de risco são também uma preocupação, sobretudo por parte dos pais/encarregados de educação. A julgar por tais respostas, há uma preocupação inerente relativamente à próxima etapa do crescimento: a adolescência. Esta é, portanto, uma idade de mudanças cujo processo inclui simultaneamente “uma dimensão biológica e uma dimensão sociológica às quais se acrescenta um trabalho psicológico de elaboração de uma nova identidade, nomeadamente sexual” (Chaby, 1997, p.7).

Podemos assim concluir que existe uma necessidade de pais/encarregados de educação e professores desenvolverem uma linguagem comum nesta matéria para, desta forma, darem respostas convincentes às dúvidas e inquietações dos seus filhos/educandos, bem como, saberem de que forma abordar, por iniciativa própria, a educação sexual e a sexualidade em geral.

## CONCLUSÃO

Concluir um trabalho, independentemente da sua natureza, é sempre um meio de reflectir em tudo o que se fez, desde a abordagem dos aspectos de ordem teórico-conceptual até à apresentação dos resultados do estudo empírico, com a finalidade de procurar responder ao problema da investigação.

Uma das principais razões para a existência da educação sexual nas escolas, desde cedo, deverá ser a contribuição, ainda que parcial, para uma vivência mais informada, mais dialogante, mais livre e mais responsável da sexualidade.

Pese embora o enquadramento legal, são numerosas as dificuldades e as resistências relativamente à concretização do processo de aprendizagem da educação sexual, pois muitas destas resistências estão subjacentes a grupos que exercem, de forma acentuada, diversas pressões. O facto de esta temática ser para muitos ainda considerada um assunto tabu, gera, por vezes, concepções erróneas que se adquirem através de um processo informal e paralelo de aprendizagens.

O denominador afectivo deve ser algo a não descurar quando se fala em educação, independentemente da especificidade do tema. A relação próxima entre educador e educando proporcionam maior confiança e, conseqüentemente, maior partilha de conhecimentos, sentimentos, opiniões e experiências. Tal como toda a educação, também a educação sexual é regida por um conjunto de valores que devem, sobretudo, respeitar a individualidade de cada pessoa, bem como os valores familiares e culturais de cada um.

É importante ainda lembrar que a interiorização e a assimilação, por parte da criança, de uma moral sexual não acontecem, apenas, por pura transmissão de normas, reforçadas por estímulos positivos ou negativos. Toda a envolvimento referente à temática da educação sexual acontece ao longo da observação dos comportamentos dos pais, professores e comunidade, em geral, passando pela coerência entre as normas verbalizadas e as práticas demonstradas.

A família é o espaço emocional privilegiado para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos saudáveis na área da sexualidade. Os exemplos dos pais, bem como de outros familiares, comunicam valores e crenças face à sexualidade, sendo, por isso, referências muito importantes para o percurso pessoal das crianças e jovens.

Por isso, definimos como fundamental a importância da participação dos pais/encarregados de educação na educação sexual em meio escolar e a cooperação entre a escola e a família e procurámos indagar as suas percepções a respeito da educação sexual em meio escolar.

A escola também deve ser considerada como um contexto importante para possibilitar aos alunos um aumento de conhecimentos na área da educação sexual. Cabe aos professores um papel essencial, promovendo, deste modo, atitudes e comportamentos adequados. No entanto, esta acção deverá organizar-se numa perspectiva de cooperação com os pais/encarregados de educação, de modo a conseguir não só potenciar a informação pertinente, mas também tentar promover um conjunto de comportamentos ajustados e assertivos. Uma visão positiva do futuro, apoio familiar, envolvimento escolar, responsabilização e autonomia na escola são, sem dúvida, uma mais-valia na abordagem desta temática.

Não obstante, verificamos que na caracterização das concepções sobre a sexualidade, houve um elevado número de não respostas, o que nos leva a concluir que, tanto pais/encarregados de educação como professores se sentem pouco à vontade ao responder a algumas das questões colocadas, considerando-as, de certa forma, de carácter privado.

De uma forma geral, os pais/encarregados de educação e os professores apontam as idades de 16 e 18 anos, respectivamente, como sendo a indicada para o início do namoro; contudo, quando questionados sobre a idade para o início da actividade sexual, casamento e filhos, ambos os grupos apontam para a maioridade, ou seja, a partir dos 18 anos. Tal facto leva-nos a concluir que assumir um compromisso como o casamento ou ter filhos, implica já um projecto de vida que necessita obrigatoriamente de uma maturidade e estabilidade financeira e emocional para a qual os jovens ainda não estão preparados. Ainda assim, ambos os grupos, na sua maioria, não considera haver uma idade específica para o início da sexualidade.

Constata-se também uma preocupação e sobretudo um interesse, por parte de ambos os grupos, em abordar o tema da sexualidade com os educandos de forma a esclarecer satisfatoriamente as dúvidas inerentes a esta temática. Em geral, enquadram-se na categoria das relações sexuais, ou seja, o facto de os educandos terem curiosidade em saber como se fazem os bebés, bem como todo o processo inerente desde a concepção até ao nascimento. Contudo, aferimos ainda que alguns pais/encarregados de educação e professores se refugiam na falta de formação, para a não abordagem do tema em estudo e conseqüente esclarecimento de dúvidas. Ainda assim, a pesquisa documental por iniciativa própria é referida por ambos os grupos.

Para que a mensagem referente às dúvidas existentes passe de forma real e correcta, é necessário oferecer momentos de aprendizagem e de informação empregando uma linguagem clara e adequada à compreensão de todos.

Constatámos, deste modo, a necessidade de haver mais formação nesta área devido à complexidade do tema e das questões com que são confrontados. A necessidade de formação dos professores demonstra a responsabilidade destes e a consciencialização das diversas temáticas que se inserem na educação sexual. No entanto, apesar desta lacuna, os professores afirmam não ter grandes dificuldades em abordar o tema da sexualidade junto dos seus alunos. Não obstante, o receio de poder causar problemas na estrutura familiar do aluno é um facto a considerar.

Ambos os grupos, de uma forma geral, consideram muito importante o ensino da educação sexual no 1º Ciclo, sendo esta uma mais-valia na próxima etapa de crescimento: a adolescência.

Apesar deste estudo se centrar em crianças do 1º Ciclo, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, a abordagem da temática nesta etapa de desenvolvimento poderá ser uma mais-valia tanto para os pais/encarregados de educação, como para os professores e até para a própria criança, pois uma sexualidade vivida com equilíbrio na infância, torna o adolescente mais responsável no seu processo de mudança.

A partilha com os pais/encarregados de educação e a comunicação entre estes e os professores estabelecem elos de confiança mútua. Ou seja, os professores ultrapassam a insegurança e o receio de que os pais não concordem ou interpretem mal o que se diz e, por sua vez, estes tornam-se mais confiantes na abordagem e diálogo que possam estabelecer com os seus filhos sobre os assuntos e interesse deles.

No que concerne ao envolvimento de parcerias na educação sexual, pais/encarregados de educação e professores, apontam também os profissionais de saúde devidamente habilitados, o que reforça a convicção de que esta tríade é, à partida, factor de sucesso para a implementação da educação sexual nas escolas. A tarefa de educar para a sexualidade não é exclusiva de pais/encarregados de educação e/ou professores, há que incluir outros agentes como sendo os profissionais de saúde. Só assim, e baseados em pontos comuns, é que a educação sexual faz sentido.

Apesar de serem emanadas leis no âmbito da implementação da educação sexual em contexto escolar, alegando o seu cariz obrigatório, parece-nos importante que, numa primeira fase, haja uma reflexão por parte do grupo docente de forma a colmatar as definições erróneas em torno desta temática, muitas delas interiorizadas

pela comunidade escolar, o que exige uma intervenção cuidada por parte daqueles que querem implementar a educação sexual em meio escolar.

Desde 1984, mais concretamente a partir a implementação da Lei 3/84 até à actual 60/2009, foram desenvolvidos vários projectos relativos à educação sexual em meio escolar. No entanto, temos pela primeira vez uma Lei que abrange todas as crianças e jovens cuja obrigatoriedade é corroborada por pais/encarregados de educação e professores. Contudo, relativamente à carga horária para o 1º Ciclo (6 horas anuais), as opiniões dividem-se entre pais/encarregados de educação e professores. Estes últimos têm uma percepção mais favorável no que diz respeito à adequação do número de horas. Já alguns dos pais/encarregados de educação chegam a considerar pouco razoável as 6 horas anuais. Tal facto prende-se com o número de horas implícitas a que as crianças estão sujeitas relativamente à oferta informal das mensagens relativamente a esta temática, sendo muitas delas incompletas ou mesmo erróneas.

Uma vez que as crianças e jovens são alvos fáceis de informação nem sempre correcta, há que tentar encontrar um equilíbrio na distribuição da carga horária ao longo dos três períodos, pois as dúvidas existentes não se podem compartimentar num só período escolar.

Pais/encarregados de educação e professores destacaram através do número de respostas dadas, a afectividade como sendo um dos pontos a desenvolver com as crianças e jovens na abordagem da educação sexual. Esta insere-se na primeira finalidade do Artigo 2º, considerado um dos mais importantes da Lei 60/2009, que visa desenvolver nas crianças e nos jovens atitudes de reconhecimento da importância de sentimentos e afectos na vivência da sexualidade, bem como o reconhecimento dos mesmos nas relações afectivas na família.

Apostar no envolvimento dos pais/encarregados de educação sensibilizando-os para a participação de projectos dentro desta temática é uma outra importante aposta. Há, por isso, que destacar a nona finalidade que nos remete para a importância da participação dos pais/encarregados de educação, professores alunos e técnicos de saúde neste processo educativo. Tudo isto porque, apesar desta finalidade não ter sido mencionada nem pelos pais/encarregados de educação, nem pelos professores, talvez por desconhecimento da mesma, foi considerada uma peça fundamental na abordagem da educação sexual em meio escolar, no 1º Ciclo.

Partindo do intento que a elaboração de um trabalho de investigação contribuiu para uma posterior reflexão do objecto em estudo, é pertinente o desenvolvimento bem como o aperfeiçoamento do tema em questão com o intuito de despertar consciências, criando, desta forma atitudes de receptividade à mudança. Tudo isto

poderá levar-nos a uma evolução positiva na implementação da educação sexual em meio escolar, esbatendo preconceitos e eliminando tabus.

A implementação da educação sexual em meio escolar depende em larga medida de factores que passam pela revisão dos currículos da formação inicial de professores, da promoção de acções de formação incidindo com especial atenção na temática da sexualidade e na sensibilização dos estabelecimentos de ensino para a inclusão de projectos relacionados com esta temática. Um outro factor a ter em conta é a promoção da articulação entre os estabelecimentos de ensino e os serviços de saúde direccionados para a educação sexual de forma a organizarem-se projectos credíveis e consistentes.

Contudo, fica sempre a ideia de que se trata de uma área vasta, a qual carece de uma contínua pesquisa, tendo em vista a aquisição de novas competências e contributos que possam ser válidos, de forma a conduzir a actividade laboral dos docentes no sentido de uma maior aceitação desta temática. Também a envolvimento dos pais/encarregados de educação é um factor positivo para a educação integral das crianças e jovens.

Assim sendo, é possível que as iniciativas se revistam de maior sucesso e sejam mais adequadas às necessidades das crianças, das suas famílias e da comunidade em geral.

Ainda que o presente trabalho se tenha limitado a um contexto particular, e a uma amostra restrita de pais/encarregados de educação e professores do concelho de Viseu, consideramos que o mesmo pode ser um ponto de partida para estudos posteriores, nomeadamente na comparação dos resultados obtidos neste estudo com outros.

Como pistas para futuras investigações sugerimos a avaliação da implementação de projectos de educação sexual no 1º Ciclo e do impacto dos mesmos, realçando os principais pontos fortes e fracos e a sustentabilidade desses projectos.

Sugerimos também, como pista para ulteriores estudos, a comparação das perspectivas sobre a educação sexual de alunos que frequentem escolas que levam a cabo projectos dentro desta temática, com escolas que não incluem o tema da sexualidade nos seus projectos. Os resultados obtidos poderão ajudar a perceber o contributo de determinadas abordagens e perspectivar melhorias da acção pedagógica.

Um outro âmbito pertinente a pesquisar será o da avaliação/verificação dos manuais escolares e a sua adequabilidade em termos de linguagem e imagem no que

se refere à educação sexual, tendo em vista uma abordagem o mais correcta possível da educação sexual em meio escolar.

Terminamos sabendo que nada está concluído, porque a vida é um constante recomeço, reconstruir e viver pensando que amanhã será melhor. O trabalho desenvolvido mostra que há caminhos para fazer mais e melhor educação sexual. A sexualidade não é uma área avulsa e separável do todo da pessoa humana. Educar para a sexualidade é educar integralmente para a vida.

A cada pessoa deve ser dada a oportunidade de dar a conhecer a sua diversidade e riqueza interior. Impõe-se, assim, o respeito pela diferença e individualidade de cada um.

## BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, C. (2004). *Comportamientos de salud y de riesgo en la adolescencia-determinantes psicosociales y cognitivos*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade de Badajoz.
- Andrade, M. I. (1995). *Educação para a Saúde: Guia para professores e educadores*. Lisboa: Texto Editora.
- Argimon, P. J. & Jimenez, V. J. (2000). *Métodos de Investigación: Aplicados à la atención primária de salud*. Barcelona: Doyma.
- Balancho, M. J. & Coelho, F. M. (1986). *Motivar os alunos: Criatividade na relação pedagógica: conceitos e práticas*. Lisboa: Texto Editora.
- Barroso, C., & Bruschini, C. (1998). *Sexo e juventude: Como discutir a sexualidade em casa e na escola*. São Paulo: Cortez.
- Bastos, A. P. (2003). *Afectividade na adolescência: Sexualidade e educação para os valores*. Lisboa: Edições Paulinas.
- Bock, A. M., Furtado, O., & Teixeira, M. L. (1993). *Psicologias – Uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss: Attachment*. New York: Basic Books.
- Canales, F., Alvarado, E., & Pineda, E. (1990). *Metodologia de la investigacion: Manual para el desarrollo de Personal de salud*. México: Editorial.
- Canavarro, M. C. (1999). *Relações afectivas ao longo do ciclo de vida e saúde mental*. Coimbra: Editora Gráfica de Coimbra.
- Carmo, H., & Ferreira M. M. (1998). *Metodologia da investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Chaby, L. (1997). *A adolescente e o seu corpo*: Lisboa: Instituto Piaget
- Cortesão, I., Silva, M. A., & Torres, M. A. (1989). *Educação para uma sexualidade humanizada*. Porto: Afrontamento.
- D'Hainaut, L. (1990) *Conceitos e métodos da estatística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dias, A. M., Ramalheira, C., Marques, L., Seabra, E. M., & Antunes M. L. (2002). *Educação da sexualidade no dia-a-dia da prática educativa*. Braga: Edição da Casa do Professor.
- Diogo, J. M. (1998). *Parceria escola/família, a caminho de uma educação participada*. Porto: Porto Editora.
- Duarte, I. Canário, C. Serrão, C., & Ricou, M. (2007). A educação sexual em meio escolar: *Uma perspectiva ética*. *Revista do hospital Maria Pia*, XV (1), 24-28.
- Fadiman, J., & Frager, R. (1983). *Teorias da personalidade*. São Paulo: Harbra Editora.
- Félix, I. (2002). Características da sexualidade na infância. In A. M. Marques, D. Vilar, & F. Forreta (Coords.), *Educação Sexual no 1º Ciclo: Um guia para professores e formadores* (pp. 40-48). Lisboa: Texto Editora.
- Félix, I., & Marques, A. M. (1995). *E nós...somos diferentes? Sexualidade e educação sexual na deficiência mental*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- Figueiredo, B. (1996). *Mães e bebés*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Educação.
- Figueiredo, M. (2002). *Formação cívica*. Lisboa: Bola de Neve.
- Forreta, F. (2002). A educação sexual no 1º Ciclo: Objectivos, conteúdos e metodologias. In A. M. Marques, D. Vilar, & F. Forreta (Coords.), *Educação*

- Sexual no 1º Ciclo: Um guia para professores e formadores* (pp. 49-56). Lisboa: Texto Editora.
- Fortin, M. (1999). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Frade, A., Marques, A., Alverca, C., & Vilar, Duarte (1992). *Educação sexual na escola – Guia para professores, formadores e educadores*. Lisboa: Texto Editora
- Freud, S. (1997). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (4ª ed). Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Garcia-Roza, L. A. (1995). *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Gauthier, B. (2003). *Investigação social: Da problemática à colheita de dados* (3ª ed.). Loures.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2003). *O Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora
- Gil, A. C. (1993). *Como elaborar projectos de pesquisa* ( 3ª ed.). S. Paulo: Atlas.
- Kurlinger, F. N. (1980). *Metodologia das Ciências Sociais*. S. Paulo: EPV
- Lopes, N. A. (2010). O próximo passo ou a hora de escolher o futuro - A Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto (educação sexual em meio escolar), lida à lupa. *Educação Sexual em Rede* (6), 4-20. Acedido a (23/11/2010) em <http://apf.pt/?area=002&mid=004&sid=004>
- López, F., & Fuertes, A. (1999). *Para compreender a sexualidade*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- Lossow, J. F. (1990). *Anatomia e fisiologia humana* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Louro, G. (2000). *Currículo, género e sexualidade*. Porto: Porto Editora.

- Marques, A. M. (2002). O envolvimento dos pais em programas de educação sexual. In A. M. Marques, D. Vilar, & F. Forreta (Coords.), *Educação sexual no 1º Ciclo: Um guia para professores e formadores* (pp. 31-38). Lisboa: Texto Editora.
- Marques, A. M. (2002). O que é a educação sexual. In A. M. Marques, D. Vilar, & F. Forreta (Coords.), *Educação sexual no 1º Ciclo: Um guia para professores e formadores* (pp. 10-14). Lisboa: Texto Editora.
- Mauco, G. (1986). *A educação da sensibilidade na criança*. Lisboa: Moraes Editora.
- Ministérios da Educação e da Saúde, APF (2000). *Educação Sexual em meio escolar: Linhas orientadoras*. Lisboa: Ministérios da Educação e da saúde.
- Montagner, H. (1988). *L'attachement, les débuts de la tendresse*. Paris: Editions Odile Jacob.
- Nodin, N. (2000). *A saúde sexual e reprodutiva: Um novo enfoque sobre a sexualidade*. In J. Ribeiro, I. Leal, Dias, M. (Orgs.). *Actas do 3.º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*. (pp. 607-617). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Osswald, W. (2009). Mais uma lei sobre educação sexual na escola. *Revista portuguesa de bioética*, 51 (9). 283-290
- Paiva, J., & Paiva, J. (2002). *Sexualidade e afectos: Para pais, professores e educadores*. Lisboa: Plátano Editora.
- Pereira, M. M., & Freitas, F. (2001). *Educação sexual: Contextos de sexualidade e adolescência*. Porto: Asa.
- Pérez, F. B. (1991). *La educación sexual en los niños y adolescentes*. Valência: Blasquéz ediciones.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N., (2003). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

- Polit, D., & Hungler, B. (1995). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem* (3ª ed). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Paris: Gradiva.
- Ramiro, L., & Matos, M. G. (2008). Percepção dos professores Portugueses sobre a educação sexual, *Revista de Saúde Pública*, 42 (4). 685-686.
- Ramos, M. L. (2005). *Sexualidade na diversidade. Atitudes de pais e técnicos face à afectividade e sexualidade da jovem com deficiência mental*. Lisboa: Secretariado nacional para a reabilitação e integração das pessoas com deficiência.
- Reis, M. H., & Vilar, D. (2004). *A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores*. *Análise Psicológica*, XXII (4), 737-745.
- Ribeiro, P. R. M.(1990). *Educação sexual além da informação*. São Paulo: EPU.
- Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa social, métodos e técnicas* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Rocha, F. (1996). *Educar em valores*. Aveiro: Estante Editora.
- Salgueiro, E. (2000). *Algumas reflexões sobre a sexualidade infantil*. In A. Barbosa, & J. Gomes-Pedro, *Sexualidades*. Lisboa: Faculdade de Medicina Universidade de Lisboa.
- Sampaio, D. (2008). *Daniel Sampaio, conversas com João Adelino Faria*. Lisboa: Editora Relógio D'Água.
- Sampaio, M. (1987). *Escola e educação sexual*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sampaio, M. (2002). A escola, os professores e a educação sexual. In A. M. Marques, D. Vilar, & F. Forreta (Coords.), *Educação sexual no 1º Ciclo: Um guia para professores e formadores* (pp. 24-30). Lisboa: Texto Editora.

- Sayão, Y. (1997). *Orientação sexual na escola: Os territórios possíveis e necessários*. In J. G. Aquino, (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.
- Silva, E. A. (2001). *Filosofia, Educação e Educação Sexual: Matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da Sexualidade Humana*. Universidade Estadual de Campinas, [Online]. [Consulta em 5-06-10]. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/list.php?Tid=27&page=16>, 2001.
- Silva, L. (2008). *Tipos de pais*. <http://trabszttt.blogspot.com/2008/01/tipos-de-pais.html> acessado em 28 de Outubro de 2010.
- Soares, M. G. (1985). *Educação Sexual na escola: Percepção de pais, alunos e educadores: Sugestão de programa*. Dissertação de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Sprovieri, M., & Assumpção F. (2005). *Deficiência mental: sexualidade e família*. São Paulo: Editora Manole.
- Teixeira, M. (1995). *O professor e a escola: Perspectivas Organizacionais*. Lisboa: Editora McGraw-Hill.
- Vaz, J. M., Vilar, D., & Cardoso, S. (1996). *Educação Sexual na escola*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Vilar, D. (2002). Contributos para a história da Educação Sexual em Portugal. In A. M. Marques, D. Vilar, & F. Forreta (Coords.), *Educação Sexual no 1º Ciclo: Um guia para professores e formadores* (pp. 15-23). Lisboa: Texto Editora.
- Vilar, D. (2002). *Falar Disso – A Educação Sexual nas famílias dos adolescentes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vilar, D. (2005). A Educação Sexual faz sentido no actual contexto de mudança? *Revista Educação Sexual em Rede*, 1, 8-14. Acessado a (23/11/2010) em <http://apf.pt/?area=002&mid=004&sid=004>

Wood, G., & Harber J. (2001). *Pesquisa em enfermagem: Métodos, avaliação crítica e utilização*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A.

## **LEGISLAÇÃO CONSULTADA**

Lei nº 3 / 84 de 24 de Março. Educação sexual e planeamento familiar.

Lei nº 46/86 de 14 de Outubro. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 120/99. De 11 de Agosto. Reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva.

Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto. Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.

Decreto-Lei n.º 259/2000, de 17 de Outubro, Regulamenta a Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto (reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva).

O Decreto-Lei nº 769-A/76 de 23 de Outubro regulamentou, em definitivo, a primeira experiência de gestão democrática das escolas públicas.

Despacho nº 25 995/2005, de 16 de Dezembro. Determina a obrigatoriedade de todas as escolas envolverem no projecto educativo a área da educação para a saúde.

Portaria n.º 196-A/2010 de 9 de Abril. Regulamenta a Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.

---

## **ANEXOS**

---

## Anexo 1 – Aprovação dos instrumentos para a recolha de dados

---

From: mime-noreply@gepe.min-edu.pt  
To: jchaves\_77@hotmail.com; jchaves\_77@hotmail.com  
Date: Mon, 8 Nov 2010 16:51:00 +0000  
Subject: Monotorização de Inquéritos em Meio Escolar: Inquérito nº 0148200001

Exmo(a)s. Sr(a)s.

O pedido de autorização do inquérito n.º 0148200001, com a designação *1- Questionário aos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico; 2- Questionário aos pais/encarregados de educação de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico*, registado em 12-10-2010, foi aprovado.

Avaliação do inquérito:

Exmo(a). Senhor(a) Dr(a) Joana Adelaide Pereira Chaves

Venho por este meio informar que o pedido de realização de questionário em meio escolar é autorizado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos de qualidade técnica e metodológica para tal.

Com os melhores cumprimentos

Isabel Oliveira

Directora de Serviços de Inovação Educativa

DGIDC

Observações:

Os dados devem permanecer no âmbito da investigação, que tem o seu objectivo próprio.

Pode consultar na Internet toda a informação referente a este pedido no endereço <http://mime.gepe.min-edu.pt>. Para tal terá de se autenticar fornecendo os dados de acesso da entidade.

## Anexo 2 – Questionário aos pais / encarregados de educação

### Questionário aos Pais/Encarregados de Educação

O presente questionário insere-se no âmbito de uma investigação de Mestrado em Ensino Básico a decorrer na Escola Superior de Educação de Viseu. Tem como principal objectivo conhecer a percepção que os pais e professores do 1º Ciclo do Ensino Básico têm sobre a educação sexual em meio escolar.

A sua opinião é muito importante, pelo que solicitamos que responda de forma sincera às questões.

Não há respostas certas ou erradas. O que importa é a **sua opinião** a respeito dos assuntos referidos.

O questionário é voluntário e anónimo, pelo que os dados recolhidos permanecem rigorosamente confidenciais e destinam-se a fins meramente académicos.

Desde já agradeço a sua valiosa colaboração.

#### I – Caracterização pessoal e profissional

1.- O presente questionário será respondido por: (assinale com X)

Pai	
Mãe	
Outro. Qual? _____	

2. - Idade: \_\_\_\_\_ (em anos)

3. - Sexo: (assinale com X)

Masculino	
Feminino	

4.- Estado Civil (assinale com um X)

Solteiro (a)	
Casado (a)	
Viúvo (a)	
Divorciado (a)	

5.- Profissão: \_\_\_\_\_

6. - Habilitações literárias (assinale com X)

Menos do que o 4º ano	
1º Ciclo (tem o 4º ano)	
2º Ciclo (tem o 6º ano)	
3º Ciclo (tem o 9º ano)	
Ensino Secundário (tem o 11º ou 12º ano)	
Curso Superior (bacharelato ou licenciatura)	
Outro. Qual? _____	

## II – Concepções sobre a sexualidade.

1. - Na sua opinião, de uma forma geral, com que idade (nº de anos) se deve:

1.1 Começar a namorar?

Rapaz \_\_\_\_\_ Rapariga \_\_\_\_\_

1.2 Ter a primeira relação sexual

Rapaz \_\_\_\_\_ Rapariga \_\_\_\_\_

1.3 Casar

Rapaz \_\_\_\_\_ Rapariga \_\_\_\_\_

1.4 Ter o primeiro filho

Rapaz \_\_\_\_\_ Rapariga \_\_\_\_\_

2. - Considera que há uma idade de início da Sexualidade, em geral? (assinale com um X)

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

Se **sim**, qual?

No rapaz: \_\_\_\_\_ Na rapariga: \_\_\_\_\_

3. – Como classifica o seu grau de conhecimento sobre a sexualidade?

(na resposta às seguintes questões, coloque um X)

Muito fraco	
Fraco	
Bom	
Bastante bom	
Muito bom	

4. – Em relação ao conhecimento do seu educando sobre a sexualidade, pensa que é:

Muito fraco	
Fraco	
Bom	
Bastante bom	
Muito bom	

5.- Como Encarregado de Educação já alguma vez tomou a iniciativa para abordar o tema da sexualidade com o seu educando?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

6. – Se já abordou o tema da sexualidade, fê-lo:

Por iniciática própria	
Por iniciática do seu educando	
Por solicitação de um técnico de educação ou saúde	
Outro. Qual? _____	

6.1 – Se não abordou o tema, qual o motivo?

Porque o educando não o solicitou	
Por falta de tempo	
Porque não se sente à vontade	
Porque essa tarefa não compete aos pais	
Porque não sabe como fazê-lo	
Porque o educando não tem idade	
Outro. Qual? _____	

7.- O seu educando costuma colocar-lhe dúvidas que envolvam a sexualidade?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

7.1 – Em caso afirmativo, dê exemplo de dúvidas.

---

---

8. – Dentro desta temática, geralmente consegue esclarecer as dúvidas do seu educando de um modo:

Insatisfatórios	
Pouco satisfatório	
Satisfatório	
Bastante satisfatório	
Muito satisfatório	

9. – Como Encarregado de Educação sente dificuldade em abordar este tema com o seu educando?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

9.1 – Em caso afirmativo, diga quais as razões.

---

---

10. – Quando se depara com alguma dúvida e/ou angústia ao abordar este tema com o seu educando, tenta partilhá-la ou esclarecê-la?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

10.1 – Em caso afirmativo, com quem?

Cônjuge	
Outro familiar	
Professor do educando	
Técnico de saúde	
Colega de trabalho	
Pesquisa documental (livros, net, ...)	
Outro. Qual? _____	

### III – Percepção do Encarregado de Educação sobre a sexualidade.

(Na resposta às seguintes questões, coloque um X)

1.- Qual a importância que atribui ao ensino da sexualidade em crianças que frequentam o 1º Ciclo?

Nada importante	
Pouco importante	
Importante	
Bastante importante	
Muito importante	

1.1.- No caso de considerar **nada** ou **pouco importante** a abordagem deste tema no 1º Ciclo, justifique (dê duas razões):

---

---

2.- Na sua opinião, a sexualidade é um tema que deverá ser abordado com as crianças do 1º Ciclo pelo: (pode assinalar mais do que uma opção)

Professor	
Encarregado de Educação	
Profissional de saúde	
Outro: _____	

3.- Sabe que é obrigatória a leccionação da educação sexual no 1º Ciclo do Ensino Básico?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

3.1 – Concorda com essa obrigatoriedade?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

4. – Tem conhecimento da Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

5. – Ainda referente à Lei nº 60/2009, a carga horária dedicada à educação sexual no 1º Ciclo é no mínimo de seis horas. Considera esta carga horária:

Nada razoável (insuficiente)	
Pouco razoável	
Razoável	
Bastante razoável	
Muito razoável	

6.- De acordo com a Lei anteriormente referida, tem conhecimento das finalidades que constituem a educação sexual em meio escolar?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

6.1.- Em caso afirmativo refira as mais pertinentes.

---

---

7.- Acha que os conteúdos sobre a sexualidade leccionados no 1º Ciclo se adequam à faixa etária em questão?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_ Não tenho conhecimento: \_\_\_\_\_

8.- Na sua opinião, a forma como os conteúdos (sobre a temática da sexualidade) são transmitidos é:

Inadequada	
Pouco adequada	
Bastante adequada	
Muito adequada	
Não tenho conhecimento	

9.- Na sua perspectiva, os agentes que leccionam nas escolas os conteúdos respeitantes à sexualidade direccionados ao 1º Ciclo estão:

Nada preparados	
Pouco preparados	
Suficientemente preparados	
Bem preparados	
Muito bem preparados	
Não tenho conhecimento	

10.- Na sua opinião, acha que a Educação Sexual leccionada actualmente nas escolas tem-se mostrado:

Nada eficaz	
Pouco eficaz	
Eficaz	
Bastante eficaz	
Muito eficaz	

10.1.- Se respondeu **nada eficaz** ou **pouco eficaz**, aponte duas razões:

---

---

10.2.- Neste seguimento, diga por favor, o que poderia ser feito ou implementado para melhorar esta situação.

---

---

11.- Julga ser importante a ligação entre a escola e a família no desenvolvimento deste tema?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

Porquê? \_\_\_\_\_

11.1.- Estaria disposto em participar em formas de sensibilização e debates sobre estratégias e métodos de ensino a aplicar aos educandos do 1º Ciclo sobre a temática em questão?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

Obrigada pela sua colaboração  
*Joana Adelaide Pereira Chaves*

## Anexo 3 – Questionário aos professores

### Questionário a Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico

O presente questionário insere-se no âmbito de uma investigação de Mestrado em Ensino Básico a decorrer na Escola Superior de Educação de Viseu. Tem como principal objectivo conhecer a percepção que os pais e professores do 1º Ciclo do Ensino Básico têm sobre a educação sexual em meio escolar.

A sua opinião é muito importante, pelo que solicitamos que responda de forma sincera às questões.

Não há respostas certas ou erradas. O que importa é a **sua opinião** a respeito dos assuntos referidos.

O questionário é voluntário e anónimo, pelo que os dados recolhidos permanecem rigorosamente confidenciais e destinam-se a fins meramente académicos.

Desde já agradeço a sua valiosa colaboração.

#### I – Caracterização pessoal e profissional

1. - Idade: \_\_\_\_\_ (em anos)

2. - Sexo (assinale com X)

Masculino	<input type="checkbox"/>
Feminino	<input type="checkbox"/>

3. - Tempo de serviço: \_\_\_\_\_(em anos)

4.- Estado Civil (assinale com um X)

Solteiro(a)	<input type="checkbox"/>
Casado(a)	<input type="checkbox"/>
Viúvo(a)	<input type="checkbox"/>
Divorciado(a)	<input type="checkbox"/>

5. - Situação profissional: (assinale com X)

Quadro de Escola	
Quadro de Zona Pedagógica	
Contratado	
Outra. Qual? _____	

6. - Habilitações académicas (assinale com X)

Bacharelato	
Licenciatura	
Pós-graduação	
Mestrado	
Doutoramento	

## II – Concepções sobre a sexualidade

1. - Na sua opinião, de uma forma geral, com que idade (em anos) se deve:

1.1 Começar a namorar?

Rapaz \_\_\_\_\_

Rapariga \_\_\_\_\_

1.2 Ter a primeira relação sexual

Rapaz \_\_\_\_\_

Rapariga \_\_\_\_\_

1.3 Casar

Rapaz \_\_\_\_\_

Rapariga \_\_\_\_\_

1.4 Ter o primeiro filho

Rapaz \_\_\_\_\_

Rapariga \_\_\_\_\_

2. - Considera que há uma idade de início da sexualidade, em geral?

Sim \_\_\_\_\_

Não \_\_\_\_\_

Se **sim**, qual?

No rapaz: \_\_\_\_\_

Na rapariga: \_\_\_\_\_

3. – Como classifica o seu grau de conhecimento sobre a sexualidade?

(na resposta às seguintes questões, coloque um X)

Muito fraco	
Fraco	
Bom	
Bastante bom	
Muito bom	

4. – Em relação ao conhecimento do seu aluno sobre a sexualidade, pensa que é:

Muito fraco	
Fraco	
Bom	
Bastante bom	
Muito bom	

5.- Como Professor já alguma vez tomou a iniciativa para abordar o tema da sexualidade com os seus alunos?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

6.- Se já abordou questões que tenham a ver com a sexualidade fê-lo:  
(pode assinalar mais do que uma opção)

Por iniciativa própria	
Por iniciativa dos alunos	
Por estar relacionado com alguns conteúdos curriculares	
Por solicitação dos encarregados de educação	
Por iniciativa da própria escola	
Outro. Qual? _____	

6.1 – Se não abordou questões que têm a ver com a sexualidade, qual o motivo?  
(pode assinalar mais do que uma opção)

Porque os seus alunos nunca o solicitaram	
Por falta de tempo	
Porque não se sente à vontade	
Porque essa tarefa não compete aos docentes	
Porque os alunos não têm idade para abordar este tema	
Porque não sabe como se faz	
Outra. Qual? _____	

7.- Os seus alunos costumam colocar-lhe dúvidas que envolvam a sexualidade?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

7.1 – Em caso afirmativo, dê exemplo de dúvidas.

---

---

8. – Dentro desta temática, geralmente consegue esclarecer as dúvidas dos seus alunos de um modo:

Insatisfatório	
Pouco satisfatório	
Satisfatório	
Muito Satisfatório	
Bastante satisfatório	

9. – Como Professor sente dificuldade em abordar este tema com os seus alunos?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

9.1 – Em caso afirmativo, diga quais as razões.

---

---

10. – Quando se depara com alguma dúvida e/ou angústia ao abordar este tema com os seus alunos, tenta partilhá-la ou esclarecê-la?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

10.1 – Em caso afirmativo, com quem?

Familiar	
Enc. de Educação do educando	
Técnico de saúde	
Colega de trabalho	
Pesquisa documental (livros, net, ...)	
Outro. Qual? _____	

### III – Percepção do Professor sobre a sexualidade.

(Na resposta às seguintes questões, coloque um X)

1.- Qual a importância que atribui ao ensino da sexualidade em crianças que frequentam o 1º Ciclo?

Nada importante	
Pouco importante	
Importante	
Bastante importante	
Muito importância	

1.1.- No caso de considerar **nada** ou **pouco importante** a abordagem deste tema, refira duas razões:

---

---

2.- Na sua opinião, a sexualidade é tema que deverá ser abordado com os alunos do 1º Ciclo pelo:

(pode assinalar mais do que uma opção)

Professor	
Encarregado de Educação	
Profissional de saúde	
Outro: _____	

3.- Sabe que é obrigatória a leccionação da educação sexual no 1º Ciclo do Ensino Básico?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

3.1 – Concorda com essa obrigatoriedade?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

4. – Tem conhecimento da Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

5. – Ainda referente à Lei nº 60/2009, a carga horária dedicada à educação sexual no 1º Ciclo é no mínimo de seis horas. Considera esta carga horária:

Nada razoável (insuficiente)	
Pouco razoável	
Razoável	
Bastante razoável	
Muito razoável	

6.- De acordo com a Lei anteriormente referida, tem conhecimento das finalidades que constituem a educação sexual em meio escolar?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

6.1.- Em caso afirmativo, refira as mais pertinentes.

---



---

7.- Acha que os conteúdos sobre a sexualidade leccionados no 1º Ciclo se adequam à faixa etária em questão?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_ Não tenho conhecimento: \_\_\_\_\_

8.- Na sua opinião, a forma como os conteúdos (sobre a temática da sexualidade) são transmitidos é:

Inadequada	
Pouco adequada	
Muito adequada	
Bastante adequada	
Não tenho conhecimento	

9.- Na sua perspectiva, os professores que leccionam nas escolas os conteúdos respeitantes à sexualidade direccionados ao 1º Ciclo estão:

Nada preparados	
Pouco preparados	
Suficientemente preparados	
Bem preparados	
Muito bem preparados	
Não tenho conhecimento	

10.- Na sua opinião, acha que a Educação Sexual leccionada actualmente nas escolas tem-se mostrado:

Nada eficaz	
Pouco eficaz	
Eficaz	
Bastante eficaz	
Muito eficaz	

10.1.- Se respondeu **nada eficaz** ou **pouco eficaz**, aponte duas razões:

---

---

10.2.- Neste seguimento, diga por favor, o que poderia ser feito ou implementado para melhorar esta situação.

---

---

11.- Julga ser importante a ligação entre a escola e a família no desenvolvimento deste tema?

---

---

11.1.- Estaria disposto em participar em formas de sensibilização e debates sobre estratégias e métodos de ensino a aplicar aos alunos do 1º Ciclo sobre a temática em questão?

Sim: \_\_\_\_\_ Não: \_\_\_\_\_

Obrigada pela sua colaboração  
*Joana Adelaide Pereira Chaves*

## Anexo 4 – Tabela das finalidades referidas pelos pais / encarregados de educação

Finalidades de educação sexual referenciadas pelos pais/encarregados de educação			
Finalidades da educação sexual (Lei)	Indicadores	Nº de respostas	%
“a) A valorização da sexualidade e afectividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa”.	Afectividade Valores Reconhecer a importâncias das relações afectivas, na família Informar sobre os namoros	9 2 1 1	
Subtotal		13	23,2
b) O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade.	Noção da sexualidade	2	
Subtotal		2	3,6
“c) A melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais dos jovens”.	A importância do amor nos relacionamentos Promoção das relações	1 2	
Subtotal		3	5,4
“d) A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infecções sexualmente transmissíveis”.	Esclarecer sobre as doenças sexualmente transmissíveis Prevenção de gravidez Prevenção de comportamentos menos correctos Métodos contraceptivos	7 5 1 1	
Subtotal		14	25,0
“e) A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais”.	A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais Alertar para os abusos sexuais	3 1	
Subtotal		4	7,1
“f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais.”	O respeito pelo outro Respeito pelas diferentes orientações sexuais	6 1	
Subtotal		7	12,5
“g) A valorização de uma sexualidade responsável e informada”.	Responsabilidade e informação Sexualidade informada	2 3	
Subtotal		5	8,9
“h) A promoção da igualdade entre os sexos”.	Promoção da igualdade entre os sexos	3	
Subtotal		3	5,4
“i) O reconhecimento da importância de participação ao processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnico de saúde”.			
Subtotal		0	0
“j) A compreensão científica do funcionamento dos mecanismos biológicos reprodutivos”.	Conhecimento do corpo Informação sobre o desenvolvimento sexual das crianças	3 1	
Subtotal		4	7,1
“l) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual”	A discriminação	1	
Subtotal		1	1,8
<b>Total</b>		<b>100</b>	

## Anexo 5 - Tabela das finalidades referidas pelos professores

Finalidades da educação sexual referenciadas pelos professores

Finalidades da educação sexual (Lei)	Indicadores	Nº de respostas	%
a) "A valorização da sexualidade e afectividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa".	Afectividade Reconhecer a importâncias das relações afectivas, na família Valorizar a sexualidade Relações de parentesco e outros modelos familiares para além do tradicional	7 1 1 1	
Subtotal		10	34,5
b) O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade.	Noção da sexualidade Desenvolvimento de competências que permitam escolhas informadas e seguras	1 1	
Subtotal		2	6,9
"c) A melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais dos jovens".			
Subtotal		0	0
"d) A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infecções sexualmente transmissíveis".	Esclarecer sobre as doenças sexualmente transmissíveis Prevenção de gravidez	2 1	
Subtotal		3	10,3
"e) A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais".	A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais Alertar para os abusos sexuais Saber procurar apoio	3 1 1	
Subtotal		5	17,2
"f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais."	O respeito pelo outro Respeito pelas diferentes orientações sexuais	1 4	
Subtotal		5	17,2
"g) A valorização de uma sexualidade responsável e informada".			
Subtotal		0	0
"h) A promoção da igualdade entre os sexos".	Promoção da igualdade entre os sexos	1	
Subtotal		1	3,5
"i) O reconhecimento da importância de participação ao processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnico de saúde".			
Subtotal		0	0
"j) A compreensão científica do funcionamento dos mecanismos biológicos reprodutivos".	Conhecimento do corpo	2	
Subtotal		2	6,9
"l) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual"	A discriminação	1	
Subtotal		1	3,5
<b>Total</b>			<b>100</b>